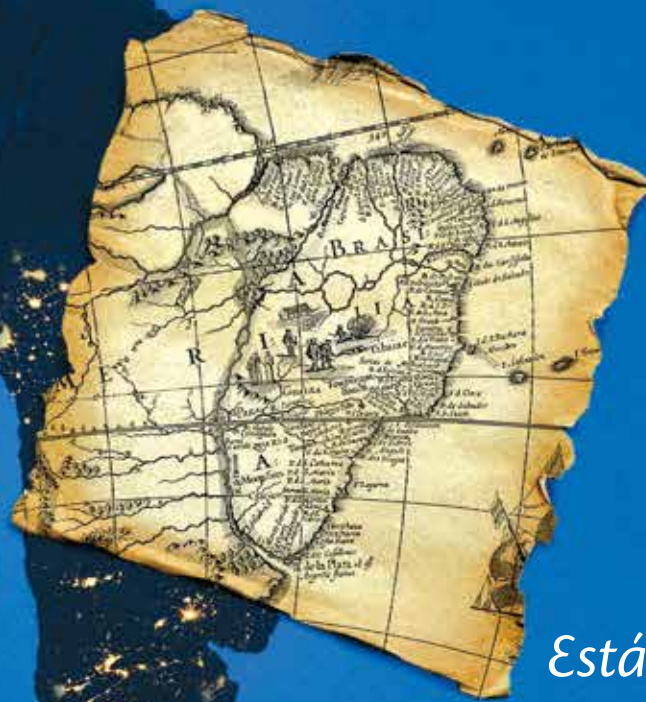


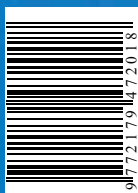


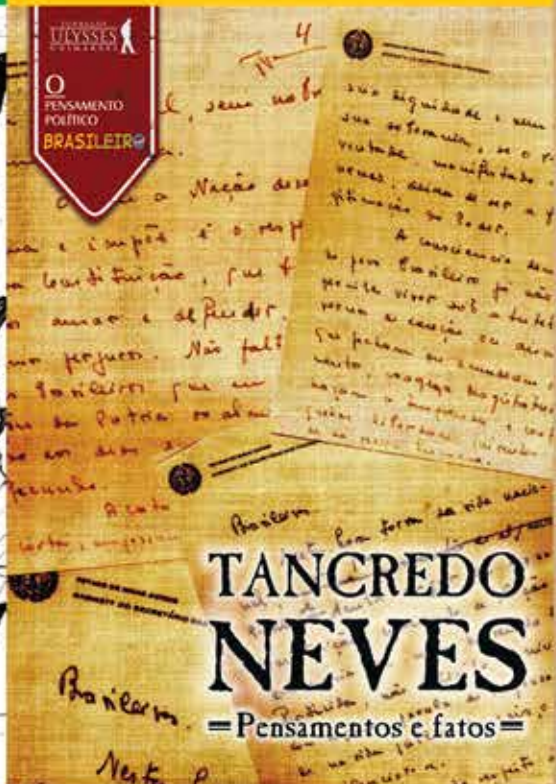
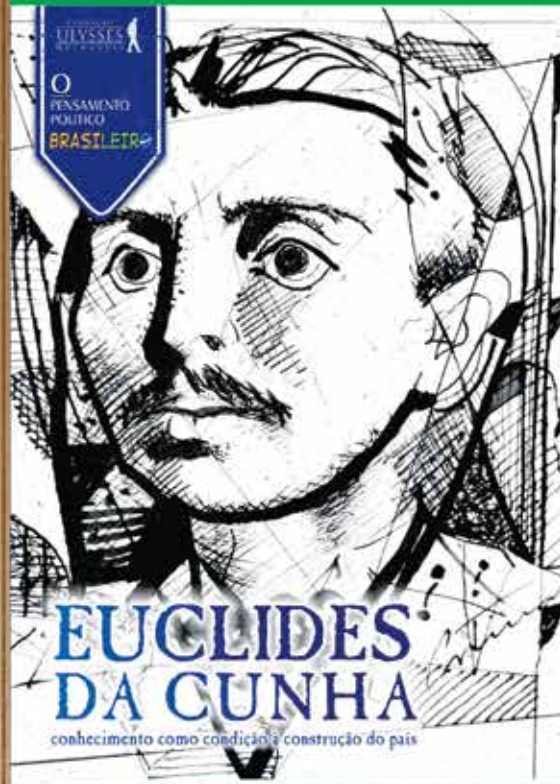
ULYSSES

ano VI - n.º 12 - fevereiro|março|abril 2013



**Brasil:
para onde
caminhamos?**
*Está na hora de pensar o
que queremos para o futuro*

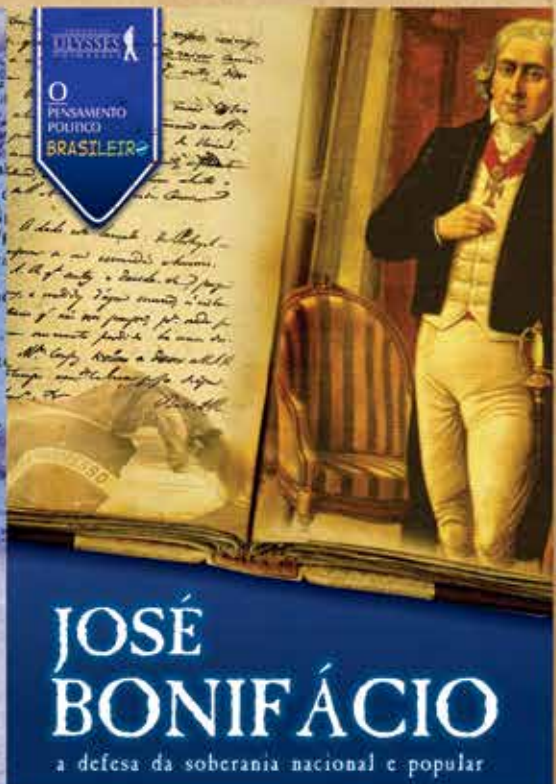
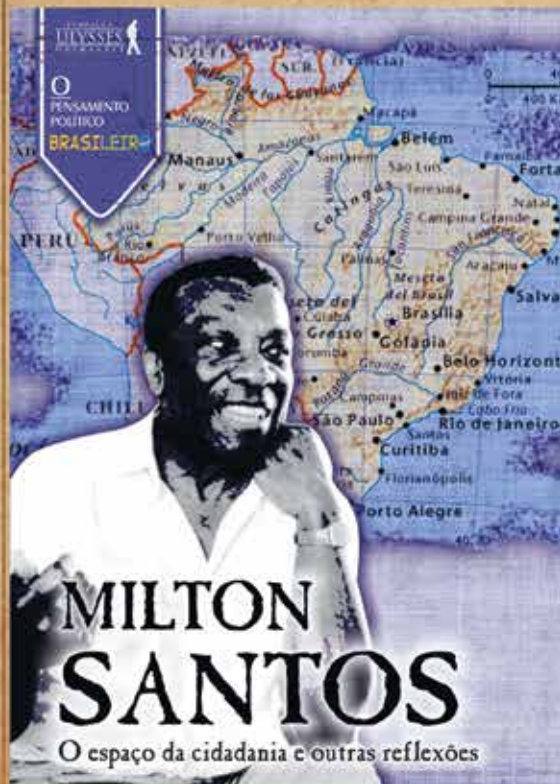




O PENSAMENTO POLITICO BRASILEIRO

A coletânea O Pensamento Político Brasileiro reúne as produções de 15 nomes que contribuíram, alteraram ou até protagonizaram o cenário político de sua época. Todos os textos transcritos são originais e representam a opinião fiel de seu autor em seu tempo.

A Fundação Ulysses Guimarães oferece o pensamento de grandes nomes e o leitor interpreta segundo o seu.



Diretoria administrativa da Fundação Ulysses Guimarães

Presidente: Eliseu Padilha

Vice-Presidente: Edinho Bez

Diretor Secretário: Edson Ezequiel

Diretor Tesoureiro: Afrísio Vieira Lima Filho

Secretário-Executivo: João Henrique de Almeida Sousa

Diretores: Moisés Avelino, Wellington Coimbra

Marinha Raupp, Waldemir Moka e Romero Jucá

Diretores Suplentes: Osmar Terra, Aparecida M. Bezerra e Mauro Benevides

Secretário-Executivo Adjunto: Francisco de Assis Mesquita

Conselho curador da Fundação Ulysses Guimarães

Presidente: Esacheu Cipriano Nascimento

Membros: Michel Temer, Ronan Tito, Evandro Mesquita, Carlos Eduardo Fioravanti, Adenor Piovosan, Pedro Simon,

Francisco Donato Jr., Wolney de Siqueira, Regina Perondi e Henrique Pires

Suplentes: Rosemary Soares Antunes Rainha, Gleire Belchior de Aguiar Bezerra e Colbert Martins

Expediente



Eliseu Padilha
editor



Thatiana Souza
jornalista responsável
(reg. prof. 3487-DF)



Graziela R. Camargo
ciências políticas

Conselho editorial

Michel Temer
Gastão Vieira
João Henrique de Almeida Sousa
Itamar de Oliveira
Waldemir Moka
Carlos Eduardo Fioravanti da Costa

Agência de Notícias Fundação Ulysses
Jornalistas: Ana C. Silva, Jolie Castro
(EAD), Paulo Marcial e Roberta Ramos
Fotos: OBrito News e Wendel Lopes
Revisão de texto: Tayana Moritz Tomazoni
Projeto gráfico: Zoltar Design
Ilustrações: Zoltar Design
Impressão: Gráfica Pallotti
Tiragem: 15 mil exemplares
Distribuição gratuita

Câmara dos Deputados, Anexo I, 26º andar Sala 04
Cep: 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216.9758 / 9759
Fax: (61) 3325.5510
revistaulysses@fundacaoulysses.org.br

A Revista Ulysses é uma publicação trimestral da Fundação Ulysses Guimarães.

A Ulysses não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados.

Índice

07		Cartas
08		Editorial <i>A impostergável definição de rumo para nosso desenvolvimento</i>
10		Entre aspas
12		Debate <i>A crise financeira internacional</i>
20		Artigos <i>A crise nos países europeus</i>
24		Artigos <i>Sobre fraqueza e fortaleza ou sobre crise e oportunidade</i>
30		Capa <i>Para onde caminha o Brasil frente à economia mundial?</i>
46		Notícias <i>Fundação homenageia Ulysses Guimarães com um busto no Bosque dos Constituintes</i>
50		Notícias <i>Tecendo a Rede - Formando um novo cidadão</i>
62		Notícias <i>Fundação Ulysses Guimarães apresenta uma Proposta de Reforma Política</i>
64		Persona <i>Ulysses por ele mesmo</i>
90		Cátedra <i>Discurso proferido na sessão de 5 de outubro de 1988</i>
100		Fechamento <i>Ideias de crescimento para o Brasil</i>

cartas@fundacaoulysses.org.br



A Fundação criou um grupo de discussão com vistas a apresentar à sociedade uma Proposta de Reforma Política para o Brasil.
Participe enviando sua contribuição pelo site www.fundacaoulysses.org.br ou pelo e-mail acs@fundacaoulysses.org.br



As revistas da Fundação são ótimas, trazem recordações dos bons tempos de luta do saudoso Doutor Ulysses.

Elisete Pereira – Aluna do Programa EAD de Paranavaí/PR

Estou relendo o Curso para Gestores Públicos Municipais - Módulo II - Poder Legislativo, da Fundação Ulysses Guimarães Nacional. O material está contribuindo muito para o meu conhecimento e posterior mandato com responsabilidade e entusiasmo para nosso povo.

Vereador Luciano Salgado – Mediador do Programa EAD em Ibatiba/ES

Como não se orgulhar da nossa Fundação Ulysses Guimarães?

Carlos Quarteza – Mediador do Programa EAD em Conceição da Barra/ES

Parabéns a toda equipe da Fundação Ulysses Guimarães pelo trabalho maravilhoso!

Rosemary Rainha – Presidente da Fundação Ulysses DF

Eu, Maria das Graças, fiquei muito feliz pelo meu partido estar financiando tão belíssimo curso aos seus. Nilo Peçanha abraçou esta causa, a da Formação Política, com muito carinho. Espero que mais cursos sejam criados, eles capacitaram os servidores do município, inclusive eu mesma o fiz.

Maria das Graças Soares de Oliveira - Ex-prefeita de Nilo Peçanha/BA

Presidente Eliseu Padilha, tenho orgulho de você fazer parte do PMDB.

Thiago Andrade- Aluno do Programa EAD em Queimados/RJ

Soubemos da existência da Revista aqui em Curitiba.

Como Ecologista que somos, fazemos um trabalho junto a Escolas e Comunidades, e vamos fazer uso da Revista em nossa Ong “O Despeertar da Consciência”, onde educamos as crianças no interior do Paraná.

Parabéns pelo trabalho, temos certeza de que pelo Espírito do Grande Ulysses Guimarães, vocês estarão ajudando em muito na Sustentabilidade.

José Pedro Naisser – Ecologista, Curitiba/PR

Saudações!

Sou professor na Unicamp desde 1975, quando conheci o Dr. Ulysses. Participei de diversos encontros com ele e com alguns de seus amigos e correligionários, como Severo Gomes.

Quando soube da notícia do desaparecimento do helicóptero em que voava, e que possivelmente caíra no mar, escrevi um pequeno verso em sua homenagem, nunca divulgado ou publicado.

De qualquer modo, e para qualquer fim que julguem útil, segue abaixo:

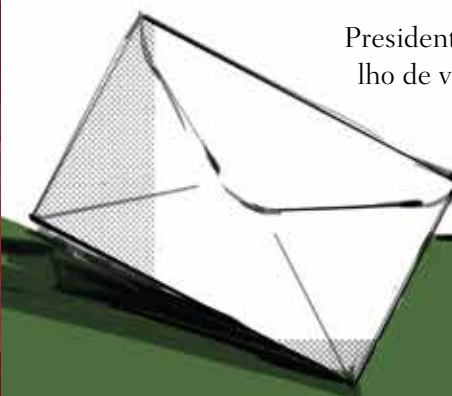
Vai, Ulysses, navegar!
Para sempre navegar.

Vira luz, farol, estrela, guia.

Vai com amor,
amor de Mora.

Vive, Ulysses!
Vive, Mora!

Ulysses, Mora, no mar...
Oséas de Avilez – Campinas/SP



A impostergável definição de rumo para nosso desenvolvimento

A Revista Ulysses tem procurado construir, de forma permanente, o debate de temas que digam respeito à cidadania brasileira. A posição em que nos encontramos e para onde nos dirigimos como nação, sob os pontos de vista político, social e econômico, são questões importantes a serem respondidas.

Com a absoluta globalização da informação e, principalmente, da economia, não há mais limites aos quais tenhamos de nos atar, nem mesmo ao territorial, que corporifica institucionalmente o Estado. Temos é que, de fato, estar preparados para competir em todos os quadrantes do mundo globalizado.

Não há mais espaço ou tempo para ações improvisadas, tópicas ou temporárias por parte dos atores deste novo cenário, tanto no que cumpre aos interesses e projetos privados, quanto no que compete às ações da gestão pública. É por isso que todas as iniciativas e projetos terão de ser, interna e externamente, competitivos.

Nesta edição da Revista *Ulysses*, sob a desafiadora interrogação “PARA ONDE CAMINHAMOS?”, procuramos provocar o contraditório e centrar o debate no atual cenário socioeconômico nacional, levando em conta os competidores da América do Sul, da América Latina, dos chamados BRICs e de todo o globo.

A globalização da economia, desde sua eclosão, tem resultado numa globalização de crises, especialmente as denominadas “Crises Econômicas”. Em tempos variados, diferentes incertezas e conflitos abalaram economias em todos os continentes, embora sejam neste momento, a crise da União Europeia e a dos Estados Unidos da América a ocupar os maiores espaços midiáticos globalizados. Inclusive agora, hoje, uma grande crise econômica atinge algum, ou até alguns estados nacionais.

Nenhum caos econômico é produzido da noite para o dia. Seus componentes são construídos em um dado período de tempo, e os sinais de sua presença são palpáveis ao observador mais atento. Contudo, sendo adotadas as necessárias medidas, o período de construção do caos pode ser interrompido. Este é um dos exercícios diários e permanentes realizados por aqueles que assumiram a responsabilidade de ditar os rumos socioeconômicos no campo privado e no setor público.

Sempre que existir uma crise, na mesma proporção, juntamente com ela, haverá uma oportunidade. Em tempos de Civilização do Co-

nhhecimento, como este em que estamos vivendo, nossa capacidade para aproveitar a oportunidade estará diretamente relacionada ao nível de conhecimento médio de nossa população, responsável direta pela qualidade e pela competitividade do que produzimos.

Por isso, um Plano Nacional de Desenvolvimento, calcado, principalmente, em um Plano Nacional de Educação – de Produção do Conhecimento – e em um Plano Nacional de Infraestrutura, mais do que antes, passa a ser ferramenta indispensável para a inserção competitiva da produção nacional no cenário interno e externo. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem mostrado aos brasileiros que nossa indústria, por vários fatores, mas especialmente pela pouca qualificação de nossa mão de obra, não tem conseguido crescer. A FIESP sustenta direta e objetivamente que, pelos mesmos motivos, estamos vivendo um processo de desindustrialização.

As avaliações de nosso crescimento ante o cenário internacional – América do Sul, América Latina, BRICs, etc. – tem comprovado que não estamos conseguindo nos inserir entre os mais destacados países, nem entre os médios. O sinal de alerta está soando há vários anos e seu som é cada vez mais forte.

No que diz respeito ao IDH e ao nível educacional – de formação – de nossa população estamos situados, invariavelmente, em inexpressível posição. O nível médio de conhecimento

do cidadão brasileiro é muito deficitário ante as exigências da produção industrial no mercado globalizado. Como consequência, a cada ano, nosso mercado para a produção industrial perde expressão e peso.

Atualmente, nossa maior sustentação econômica está amparada na competitiva produção e na oferta de “commodities”. Estas, no entanto, têm espaço ou tempo de produção limitados. A cada dia, nossa dependência de mercados para a comercialização de nossas produções extrativista, agrícola e pecuária é maior e se sobrepõe à dependência da produção industrial.

Nação que almeje, de forma consequente e viável, situar-se entre as mais desenvolvidas do mundo, como de forma permanente temos buscado, não pode deixar de priorizar o planejamento e a adoção das medidas que o viabilizem.

A Fundação Ulysses Guimarães entende que é missão sua na defesa da cidadania brasileira, perguntar e também solicitar a cada um e a todos os brasileiros que repitam a pergunta proposta pela Revista Ulysses – “Brasil! Para onde caminhamos?” –, participando da construção da resposta a esta grande questão.

Nós e as gerações de brasileiros que nos sucederão dependemos e dependerão de como vamos corresponder à esta expectativa nacional.

Eliseu Padilha
presidente



“O Brasil desacelerou por dois motivos em 2011 e 2012. Primeiro, a redução do crescimento da China e dos preços de algumas commodities. Segundo, a sobrevalorização do real, que complicou o desafio do Brasil para ganhar competitividade.”

Jim O'Neill, economista da Goldman Sachs, criador do termo BRIC



“O mais valioso dos capitais é aquele investido em seres humanos.”

Alfred Marshall



“O homem não teria alcançado o possível se, repetidas vezes, não tivesse tentado o impossível.”

Max Weber



“Para se transformar em um país desenvolvido, o Brasil precisa cuidar bem da exploração do petróleo da camada pré-sal, melhorar a qualidade da educação pública, estabelecer regras para aumentar a atração de investimentos privados de longo prazo e acelerar a redução da pobreza e da desigualdade.”

Michael Reid, editor da revista britânica *The Economist*



“Uma sociedade que não possui a ideia de nação dificilmente experimentará um desenvolvimento sustentável.”

Luiz Carlos Bresser-Pereira, *Novos Estudos Cebrap*, 93, julho 2012: 101-121 - *Brasil, sociedade nacional-dependente*



“Se comprares aquilo de que não careces, não tardarás a vender o que te é necessário.”

Benjamin Franklin



“O que distingue uma época económica de outra, é menos o que se produziu do que a forma de o produzir.”

Karl Marx



“Logo que na ordem econômica não haja um balanço exacto de forças, de produção, de salários, de trabalhos, de benefícios, de impostos, haverá uma aristocracia financeira, que cresce, reluz, engorda, incha, e ao mesmo tempo uma democracia de produtores que emagrece, definha e dissipa-se nos proletariados.”

Eça de Queirós



“A riqueza de uma nação se mede pela riqueza do povo e não pela riqueza dos príncipes.”

Adam Smith



A crise financeira internacional

Graziela R. Camargo

O Bê-a-bá da Crise Mundial

A História

A desregulamentação dos mercados ganhou destaque na década de 70, influenciada pelas pesquisas da Universidade de Chicago e pelas teorias de Ludwig Von Mises, Friedrich von Hayek, Milton Friedman, entre outros.

Porém, para entender o pensamento que fundamenta a desregulamentação, precisamos voltar ao final da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente ao sistema emanado das conferências de Bretton Woods.

As bases políticas do sistema Bretton Woods podem ser encontradas na confluência de vários elementos: nas experiências nacionais da Grande Depressão, na concentração de poder em um pequeno número de Estados e na presença de uma potência dominante capaz assumir um papel de liderança.

A Grande Depressão da década de 1930 foi diagnosti-

cada como resultado da excessiva liberdade dos mercados e do sistema financeiro. Para saná-la, os governos nacionais passaram a realizar políticas intervencionistas como forma de estimular a economia e direcionar as forças produtivas do mercado. Neste contexto, surgiu o Estado de Bem-Estar Social, que, para além das intervenções econômicas, na forma de políticas fiscais e monetárias, também criou sistemas de segurança social, como o que compreende o direito a auxílio desemprego e a aposentadoria.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, motivada pelos projetos de expansionismo e de domínio da Alemanha nazista, alertou os governos para a necessidade de concertação financeira entre as nações. Meses antes de terminar a guerra, teve início uma série de conferências internacionais – das quais participaram as nações mais ricas do globo –, com o objetivo de construir um sistema de coordenação de esforços e de consulta sobre medidas de resgate da economia mundial. O objetivo era o de evitar, no futuro, o recurso a soluções de força.

As conferências de Bretton Woods, portanto, definiram o sistema de gerenciamento econômico internacional. Em julho de 1944, foram estabelecidas as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo. O sistema de Bretton Woods foi o primeiro exemplo, na história mundial, de uma ordem monetária totalmente negociada, cujo propósito era o de governar as relações monetárias entre estados independentes.

O objetivo das conferências foi preparar a reconstrução do capitalismo mundial. Assim, 730 delegados das 44 nações aliadas encontraram-se em Bretton Woods, New Hampshire, para a Conferência monetária e financeira das Nações Unidas.

A principal disposição do sistema Bretton Woods foi impor a cada país a obrigação de adotar uma política monetária que mantivesse

a taxa de câmbio de suas moedas dentro de um determinado valor indexado ao dólar, mais ou menos a um por cento. Este valor, por sua vez, estaria ligado ao ouro numa base fixa de 35 dólares por onça. Nesse contexto, também foram criadas duas instituições financeiras, o FMI e o Banco Mundial.

O sistema de Bretton Woods funcionou com relativa estabilidade até a década de 1970, quando alguns países começaram a questionar o papel dos EUA como fiduciário das finanças internacionais.

Em 1971, diante de pressões crescentes na demanda global por ouro, Richard Nixon, então presidente dos Estados Unidos, suspendeu unilateralmente o sistema de Bretton Woods, cancelando a conversibilidade direta do dólar em ouro.

Este ato unilateral do Presidente norte-americano deixou um vácuo de poder na governança financeira internacional, pois nenhuma outra organização internacional era vista com condições de ocupar o lugar do sistema Bretton Woods.

As origens imediatas da crise

As décadas de 70 e 80 são intituladas nos compêndios de história como décadas de crise internacional; na América Latina, convencionou-se chamar a década de 1980 como “década perdida”. Os estados voltaram a perseguir objetivos individuais sem pensar nos problemas coletivos que este processo poderia acarretar – mesmo tendo passado por duas guerras mundiais que tiveram como pano de fundo a busca de recursos individuais sem considerar as consequências coletivas. Os maiores produtores de petróleo – membros da OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo) – decidiram aumentar o preço do barril em 1973, em protesto aos EUA pelo apoio prestado a Israel na Guerra do Yom Kippur. O aumento de 300% deu início a um

longo período recessivo nos EUA, o que ocasionou uma rápida disseminação da crise em nível mundial. Este evento teve grande impacto nas finanças brasileiras porque os EUA, para se recapitalizarem (atraírem o retorno de dólares aos EUA), aumentaram suas taxas de juros dramaticamente. Para o Brasil e outros países da América Latina, foi trágico, pois isso significou o aumento de suas dívidas externas para com o país do norte, onde as taxas haviam sido prefixadas.

Com o objetivo de repensar as organizações internacionais e as regras do comércio internacional, formaram-se grupos informais de concertação financeira e econômica, como o G7, em 1975, formado por Itália, Japão, Inglaterra, França, Alemanha e Canadá – este último se juntou ao grupo em 1976. Na época, havia um maior grau de incerteza nos regimes de conversão cambial, mas certa era a percepção de que as mudanças só poderiam ser feitas pelas grandes locomotivas da economia, o que motivou a entrada da Rússia no grupo, em 1998, quando o grupo passou a ser intitulado de G8.

Nas reuniões relativamente informais dessas grandes potências econômicas, surgiu gradativamente o consenso de que o principal culpado das recorrentes crises vividas pelos mercados era o Estado e o seu papel excessivamente intervencionista, o que gerou a conclusão de que o Estado deveria ser esvaziado e tornado “mínimo”. Os “dez mandamentos” provindos do consenso de Washington, formulado em 1989, resumem o pensamento corrente dos países do G8. Eles deveriam passar a orientar a ação dos estados na relação com a economia por meio de: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, criação dos juros de mercado e do câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) e direito à propriedade intelectual.

Diversos países industrializados, como



o Reino Unido e os EUA, aplicaram essas teses antes mesmo de elas serem compiladas sob o “consenso”. Líderes estatais como Ronald Reagan e Margareth Thatcher, dos EUA e do Reino Unido respectivamente, ficaram conhecidos como sendo os baluartes do estado mínimo e da liberalização dos mercados.

Na América Latina, o consenso foi adaptado diferentemente para ajustar-se à realidade de cada país. No Brasil, o histórico era de sofrimento econômico devido ao aumento unilateral das taxas de juros nos EUA, que fez o câmbio nacional aumentar drasticamente e, por consequência, abrir espaço para o fortalecimento da dívida externa. Por este motivo, o Brasil adotou o receituário gradativamente, em especial a partir do início da década de 1990, quando teve início a onda de privatizações de instituições estatais. Já a Argentina, com o Presidente Menem, adotou a agenda neoliberal – nomenclatura conferida à pauta da nova agenda liberal – quase que em sua integralidade, tendo, inclusive, “dolarizado” sua economia, o que se mostrou um grande erro no longo prazo.

Voltando ao caso do Brasil, a explicação para que as adaptações provindas do neoliberalismo fossem parcialmente adotadas se explica, em parte, pela realidade econômica e

social existente na época. O Brasil caracterizava-se historicamente por forte desigualdade na distribuição da riqueza. Num contexto assim, o Estado tem papel fundamental na formulação e na condução de políticas mais equitativas de distribuição de renda. Por isso, esta função primordial, que é a de corrigir as “distorções” ocasionadas pela liberdade do mercado, nunca foi abandonada pelo Brasil, nem por alguns outros países com características semelhantes às nossas, o que mostrou que esta opção fora a mais acertada, como se veria no longo prazo.

Os abalos financeiros do século XXI - A crise de 2008

O século XXI teve início de maneira turbulenta e um tanto assustadora. Na virada do século, temia-se o “bug do milênio” – um problema nos *softwares* de grandes empresas que usavam o sistema de dois dígitos para definir o ano; assim, ao virar o ano para “2000”, os computadores inadvertidamente entenderiam que havíamos retornado ao ano de “1900”. Clientes de bancos veriam suas aplicações rendendo juros negativos, credores passariam a ser devedores, e boletos de cobrança para o mês seguinte seriam

emitidos com 100 anos de atraso, ou seja, seria o caos. Porém, nada disso aconteceu, porque as empresas conseguiram atualizar seus softwares em tempo.

O pior, contudo, ainda estava por vir. Em 2001, os EUA, maior potência financeira global, sofreram uma série de ataques do grupo islâmico e terrorista Al Qaeda. O primeiro alvo, as Torres Gêmeas nos EUA, símbolo do poder americano sobre as finanças globais, foram atacadas por terroristas que sequestraram aviões comerciais lotados com passageiros civis. O mundo ficou em choque com a violência e a crueldade dos ataques.

Temendo a retração do consumo, entre outros temores, claro! – situação que diminui a produção e o investimento e traz a recessão –, o Federal Reserve (FED - Banco Central Americano) diminuiu as taxas de juros e passou a incentivar empréstimos e financiamentos para fazer consumidores e empresas gastarem mais. Com mais moeda circulando no mercado, maior a liquidez; mas, também, maior a especulação financeira mundial.

A partir desta roda financeira, o crédito abundou não só nos EUA como no mundo todo. Empresas hipotecárias, bancos e financeiras começaram a emprestar e a financiar pessoas e empreendimentos, cada vez mais. Qualquer um poderia retirar um empréstimo ou financiar um imóvel. Surgiu a figura dos NINJAS (no Income, no Job, no Assets – sem salário, sem emprego e sem ações) que, por menos confiáveis que pudessem ser, ainda assim conseguiam acesso ao crédito!

Uma das principais fontes de consumo eram os imóveis. Consumidores compravam casas com dois objetivos: possuir imóvel próprio para dele fazer residência, e também realizar algum investimento com essa aquisição, já que, por meio do dinheiro de empréstimos, se comprava barato para revender o imóvel por maior valor. Tudo isso era fruto da expansão do

mercado imobiliário dos Estados Unidos, que estimulava os clientes de banco a tomarem empréstimos e a darem como garantia suas casas, hipotecando-as. Como era de se esperar, com essa expansão, o mercado imobiliário entrou em crise. Bancos transformaram esses empréstimos hipotecários em papéis e os venderam a outras instituições financeiras, que também acabaram sofrendo perdas. Alguns dos maiores bancos dos Estados Unidos anunciaram prejuízos bilionários, como o Citigroup e o Merrill Lynch, que perderam quase US\$ 10 bi cada um no 4º trimestre do ano da crise.

Como consequência da crise imobiliária, os preços dos imóveis caíram e reduziram-se também as garantias dos empréstimos. Em suma, as financeiras americanas confiaram de modo excessivo em clientes que não tinham bom histórico de pagamento de dívidas nos últimos anos.

Os clientes inadimplentes passaram a compor os chamados “subprimes”: clientes de um segmento de renda mais baixa, para quem os empréstimos apresentam maior risco de inadimplência (quando o cliente não cumpre o contrato ou, simplesmente, não paga o que deve). Esse segmento é constituído também de mutuários (pessoas que retiram os empréstimos) que não conseguiam facilmente comprovar renda ou que tinham algum histórico de inadimplência.

Apesar de tudo, o mercado estava tão aquecido – ou seja, com crédito sobrando – que o próprio crédito se tornou mais barato. Isso porque, devido aos gastos dos americanos que bancos e outras instituições financeiras começaram a adquirir das hipotecárias, aumentou a aquisição dos créditos denominados “podres”, ou seja, dos créditos dos clientes subprimes. Para passar os “subprimes” adiante, estes créditos eram misturados aos de clientes “primes” (os que tinham nome limpo na praça). Dessa forma, cada vez mais empréstimos eram feitos (e incentivados), dando início a uma imensa roda de especulação

com um dinheiro que não existia.

A crise começou a se mostrar quando o óbvio passou a acontecer: os clientes subprimes simplesmente não pagaram seus empréstimos. Para alguns, o prejuízo significou perder suas casas (em ações de “foreclose”: despejo) e, para muitos outros, significou acordar em um mar de dívidas. Como as pessoas que adquiriam os créditos eram a fonte inicial do dinheiro, e como a empresa que lhes emprestou o dinheiro ou que lhes adquiriu o crédito “podre” acabou no prejuízo também, ninguém recebeu o dinheiro que esperava receber.

Consequências

Para as exportações: como os EUA estão entre os maiores consumidores e importadores do mercado global, todo o mundo é afetado. Países que exportam para lá, como o Brasil, passam a exportar menos.

Para as finanças: as Bolsas mundiais, incluindo a brasileira, sentiram o baque e tiveram perdas fortes. Na Europa e na Ásia, os índices de ações regionais também expressaram perdas.

E o Brasil?

Ao longo de todo o período da crise, falou-se em “blindagem” da economia brasileira. O raciocínio é o de que a demanda de países emergentes, principalmente a da China, por matérias-primas (setor em que o Brasil produz de forma abundante) manteria a economia brasileira aquecida e impediria uma desaceleração maior. O consumo interno aquecido, em função da grande quantidade de crédito, ajudaria a contrabalançar uma eventual redução das exportações para os EUA. No plano financeiro, o Brasil encontrase relativamente estável, pois possui volume de reservas internacionais que hoje está próximo de US\$ 200 bilhões, o que ajuda os investidores a manterem a confiança na capacidade do país de



honrar suas dívidas.

Ao ser comparado com países considerados desenvolvidos, como os europeus, o Brasil sai em vantagem. A crise mundial agravou os problemas financeiros de alguns países da União Europeia. Para diminuir os impactos da crise, os governos ajudaram os setores mais frágeis da economia com pacotes bilionários, medida que tentou evitar perdas de empregos e atenuar os efeitos negativos das turbulências no setor financeiro. Com a multiplicação de pacotes de ajuda, a arrecadação destes governos diminuiu e eles ficaram ainda mais endividados.

O caso da Grécia foi o mais complicado. O país acumulou um rombo nas suas contas públicas equivalente a 12,7% do PIB (Produto Interno Bruto: a soma de todas as riquezas produzidas por uma nação). Segundo o professor da Fundação Getúlio Vargas, Antonio Gelis Filho, há algum tempo a Grécia já apresentava problemas financeiros: “A Grécia é um país que tem uma economia pouco competitiva se comparada à média dos países da zona do euro, e ela tem gastos públicos muito grandes. É um país frequentemente acusado de ser mal gerenciado”.

Pelas regras da União Europeia, as dívidas públicas dos países membros não podem ultrapassar o equivalente a 3% do PIB, e, caso a violação desta regra venha a persistir por dois anos seguidos, os países poderão até ser expulsos do bloco. Países como Espanha, Portugal, Irlanda e Itália estão entre os que possuem o maior endividamento, bem acima do limite imposto pela União Europeia, e também entre os que têm maior dificuldade de tirar as contas do vermelho.

No Brasil, contudo, a crise não ocasionará os impactos verificados em outras partes do mundo, ainda segundo Gélis. “No Brasil, as preocupações se concentram no setor de exportação e no dólar. Porém, em uma economia mundial que já não está passando pela sua melhor fase, o crescimento brasileiro pode sofrer

consequências negativas”.

Um dos problemas é o deslocamento dos fluxos comerciais, que direciona investimentos do exterior para o mercado brasileiro na tentativa de recuperar as perdas geradas em outros mercados. Por exemplo, uma fábrica europeia que tenha filial no Brasil pode gerar lucro aqui e mandar o dinheiro para o exterior. Essa movimentação é comum e ajuda a salvar as empresas europeias da crise, segundo Ricardo Tadeu Martins, gerente de pesquisa da Planner Corretora.

A zona do euro pode até atrapalhar a recuperação de diversos países europeus, mas não é a grande detonadora da crise no cenário internacional. A Europa foi a última a sair da crise porque não tem a força do mercado brasileiro, que há meses vive a expansão da classe média. Para Frederico Turolla, professor do mestrado em gestão internacional da Escola Superior de Propaganda e Marketing e sócio da consultoria Pesco, o Brasil não está tão ameaçado com a crise na eurozona: “O Brasil fez o dever de casa e se tornou protegido. O que vem pela frente não é tranquilo, mas não é desesperador”.

A situação do Brasil está mais bem analisada no texto de Eduardo Lopes Júnior, “Sobre Fraqueza e Fortaleza ou sobre crise e oportunidade”, também publicado nesta Revista. ■



Conceitos

DESREGULAMENTAÇÃO

A desregulamentação é a remoção ou a simplificação de regras e normativas emanadas pelo governo que buscam restringir ou controlar o mercado. A desregulamentação é defendida por aqueles que acreditam que o mercado não necessita de interferência de governos, uma vez que possui leis “invisíveis”, que são intrínsecas ao seu funcionamento. Os que defendem a desregulamentação dizem que quanto maior a liberdade do mercado, maiores os ganhos individuais e coletivos.

ALAVANCAGEM

Em finanças, alavancagem é o termo geral para qualquer ação que tenha por objetivo multiplicar a rentabilidade por meio de endividamento. O incremento proporcionado através da alavancagem também aumenta os riscos da operação e a exposição à insolvência. As formas comuns de conseguir alavancagem são: tomar dinheiro emprestado, comprar ativos fixos e usar derivativos.

Por exemplo, uma sociedade anônima pode alavancar seu patrimônio líquido tomando dinheiro emprestado. Quanto mais ela tomar empréstimos, de menos capital próprio ela irá precisar. Assim, a empresa apresentará uma relação lucros (ou perdas)/capital proporcionalmente maior, porque a base será menor.

Uma empresa pode alavancar suas receitas comprando ativos fixos. Isso vai alavancar a proporção de custos fixos em relação aos custos variáveis da empresa, e a variação da receita irá resultar da maior variação nas receitas operacionais, isto é, da variação nas receitas decorrentes da atividade principal da empresa. Hedge funds frequentemente alavancam seus ativos usando derivativos. Um fundo pode, por exemplo, obter ganhos ou perdas sobre o valor de \$20 milhões de óleo cru, depositando apenas \$1 milhão como garantia. Portanto, só existe alavancagem financeira se a empresa possuir capital de terceiros em sua estrutura de capital.

A crise nos Países europeus

—contexto e causas—

Graziela R. Camargo

A crise da dívida dos países europeus faz parte de uma contínua crise que tornou difícil, ou mesmo impossível para alguns países da zona do euro, refinar suas dívidas governamentais sem a assistência de terceiros.

Desde 2009, começou a crescer entre investidores o temor de que haveria um endividamento dos países europeus como resultado do aumento dos níveis de débito, tanto privados quanto governamentais. E o temor se justificou: houve, realmente, um “downgrading” (rebaixamento) das dívidas governamentais dos países europeus que provocou uma crise cujas causas variaram de país para país.

Em diversas economias europeias, débitos privados oriundos da bolha imobiliária foram transferidos para dívidas soberanas como resultado dos socorros ao sistema financeiro e das respostas dos governos à desaceleração econômica pós-bolha. Na Grécia, setores públicos insustentáveis, como o dos pensionistas, contribuíram para o aumento da crise.

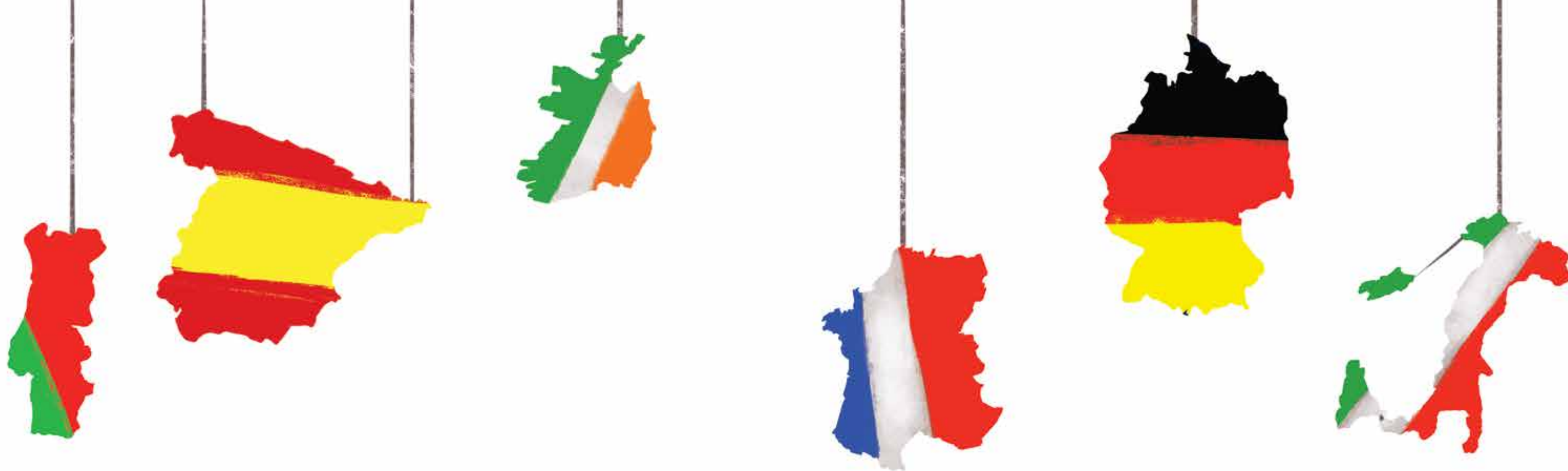
A estrutura da Eurozona como uma união monetária (euro como moeda comum), sem união fiscal (por exemplo: diferentes taxas e regras para o setor público de pensão), contribuiu para a crise e prejudicou a habilidade dos líderes da União Europeia de responder a essa situação.

Os bancos europeus devem um valor significativo de suas dívidas soberanas, valores tão altos que preocupações relativas à solvência do sistema bancário e dos governos estão reforçando negativamente a percepção sobre a possibilidade de solução da crise.

Preocupações intensificaram-se de 2010 em diante. Neste ano, os ministros das finanças dos países europeus reuniram-se para aprovar um pacote de resgate de €750 bilhões com o objetivo de assegurar a estabilidade financeira da Europa, tendo, para isso, criado o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira.

Em outubro de 2011 e fevereiro de 2012, os líderes da Eurozona concordaram em estabelecer mais medidas para evitar o colapso





das economias-membro. Este acordo incluiu uma cláusula que garantia aos credores privados aceitarem um abate da dívida grega em 53.5%. Para aumentar a confiança na Europa, líderes da União Europeia também concordaram em criar o Compacto Fiscal Europeu, incluindo o compromisso de cada país participante de introduzir uma alteração orçamental equilibrada.

Formuladores de política europeus também propuseram uma maior integração da gestão bancária com o euro, no que se refere à quantidade de depósito compulsório, à supervisão bancária e às medidas conjuntas para a recapitalização ou a resolução de bancos falidos.

O Banco Central Europeu tomou medidas para manter os fluxos monetários entre bancos europeus ao diminuir as taxas de juros e ao prover empréstimos mais baratos a países em crise.

Embora a dívida soberana tenha aumentado substancialmente em apenas alguns poucos países da zona euro, a crise tornou-se um problema para aquela área como um todo,

porque levou especialistas à especulação contínua de um rompimento possível da zona euro. No entanto, a partir de meados de novembro de 2011, o euro acabou sendo negociado de forma ligeiramente superior ao mês anterior, antes de perder algum terreno nos meses seguintes.

Três países foram significativamente afetados – Grécia, Irlanda e Portugal. Suas dívidas, à época, somavam coletivamente 6% do produto interno bruto. Em junho de 2012, a Espanha também passou a ser fonte de preocupação, quando o aumento das taxas de juros afetou a habilidade de os espanhóis acessarem os mercados de capital, levando o país a um resgate dos bancos e à definição de outras medidas. Para tentar resolver os problemas mais profundos desses desequilíbrios econômicos, países da União Europeia concordaram em adotar o Pacto Euro Mais, composto de reformas políticas para melhorar a solidez fiscal e a competitividade. Isso tem obrigado os países mais fracos a elaborar medidas de austeridade cada vez maiores para diminuir os deficits nacionais

e os níveis de dívida

Tais políticas neokeynesianas têm sido criticadas por diferentes economistas, muitos dos quais pediram uma nova estratégia de crescimento com base em investimentos públicos, financiados por taxas favoráveis ao crescimento. Essas taxas seriam impostas sobre terras, propriedades, riqueza e instituições financeiras e com base em uma nova taxa a ser proposta pela União Europeia para incidir sobre as transações financeiras.

Líderes da União Europeia concordaram em aumentar moderadamente os fundos do Banco de Investimentos europeus para iniciar os projetos de infraestrutura e aumentar os empréstimos ao setor privado. Além disso, demandou-se das economias mais frágeis da União Europeia a restauração da competitividade por meio da desvalorização interna de suas moedas e dos custos relativos de produção.

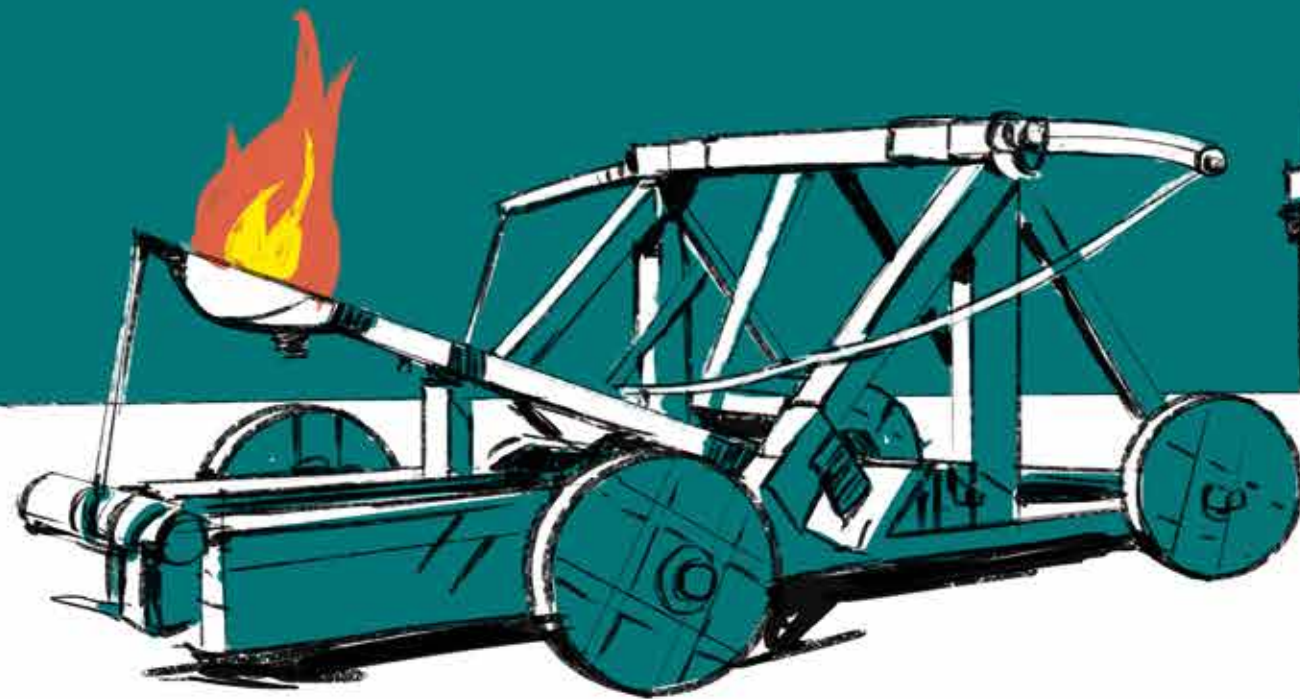
Espera-se que essas medidas diminuam o atual desequilíbrio nas contas correntes entre os membros da eurozona e que, gradualmente,

dissolva-se a crise que ocasionou importante impacto na política da União Europeia, causando mudanças de poder em vários países europeus, mais notadamente na Grécia, Irlanda, Itália, Portugal, Espanha e França.

Muito se falou em fim da zona do euro, porém, este resultado é o mais improvável de todos, pois o aspecto político da formação supranacional tem papel fundamental na estruturação das relações de poder na Europa e no mundo. ■



Referência: *The Economist*



Sobre fraqueza e fortaleza ou sobre crise e oportunidade

Eduardo Monteiro Lopes Jr.

O repertório diário

A democracia, afirmam os compêndios de história geral, nasceu na Grécia. E lá também morreu. As manifestações maciças do povo grego foram qualificadas por seus representantes políticos como movimentos desprovidos de legitimidade e promovidos por uma plebe em estado de histeria coletiva, incapaz de compreender a racionalidade indelével das forças do mercado. As irresponsabilidades dos conglomerados financeiros – por suas autoconcedida desregulamentação, irrestrita alavancagem e insana expansão

creditícia – foram interpretadas por coalizões pró-mercado como irresponsabilidades públicas, incompetências político-administrativas, prodigalidade orçamentária, prejudicial exuberância das políticas do “welfare state”. Estas consequências, provindas de um protoneossocialismo antiliberal, foram inevitáveis. Não que essa realidade não exista de fato, mas está longe de ser a principal causa da atual crise. De qualquer forma, revitaliza-se a velha solução para as intermitentes crises do sistema capitalista: a socialização das perdas.

Além da óbvia ingerência política dos oligopolizados interesses da finança global, a crise financeira internacional – agora a ameaçar os próprios fundamentos macroeconômicos da União Europeia – mostrou claramente a fra-

gilidade das instituições políticas e o enorme distanciamento entre elas e as instituições do mercado. A crise, que começou a partir da incapacidade sistêmica de atribuir ordem e estabilidade ao desenvolvimento capitalista em sua fase globalizante, aprofundou-se mais ainda, deslocando-se do segmento das finanças para o da economia real, de um continente a outro, até minar a crença nos próprios valores do liberalismo político e agravar a inoperância dos governos democraticamente eleitos. A fragilização da política pelo mercado blindou a economia com as intervenções estatais e ocasionou a impossibilidade da autoestabilização do mercado pelo próprio mercado, o que demonstrou a necessidade de intervenções públicas. A fraqueza do Estado, contudo, inviabilizou polí-

ticas governamentais e intergovernamentais, agravando a crise. Por consequência, estratégias anticíclicas recessivas, sem respaldo político, enrijeceram políticas públicas de estabilização. A expansão sistêmica da crise, por sua vez, descreditou ainda mais as instituições políticas, revitalizando o credo neoliberal. O ciclo vicioso se renova.

O tamanho do tombo

Agora se indaga quando a recessão, já internacionalizada, atingirá o Brasil. Entretanto, mais importante do que o exercício corriqueiro de futurologia (quando?) seria a tentativa de saber “como” a crise afetará o desenvolvimento brasileiro para, a partir daí, começar-se a pensar em respostas adequadas. Iniciemos, pois, com um pouco de senso comum: “Quanto maior o sujeito, maior o tombo”. Este ditado popular nos sugere que é razoável afirmar que os efeitos recessivos da crise internacional serão tão prejudiciais quanto maior vier a ser a desaceleração econômica brasileira. Portanto, saber o “como será” pressupõe saber o “como foi”.

Sempre fomos pequenos, por isso nosso tombo não trará mais do que alguns arranhões. De fato, entre 1995 e 2011, o Brasil teve um crescimento médio de seu PIB na ordem de 3,15%, abaixo do crescimento apresentado pelas nações em desenvolvimento da América Latina e Caribe (3,22%) – dados da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) que demonstram pífio incremento no crescimento médio do PIB da América Latina em relação ao índice médio mundial (2,81%), medido pelo Banco Mundial. Isto posto, no quesito crescimento econômico e, por conseguinte, no que se refere aos efeitos da recessão mundial, o Brasil apresenta “vantagens” por seu atraso histórico. A desaceleração econômica mundial não provocará uma desaceleração de efeitos devastadores na economia brasileira, que sempre manteve obstá-

culos estruturais ao crescimento sustentado, ou seja, sempre preservou com inclusão social as barreiras à expansão produtiva por meio da ampliação dos mercados de consumo e de trabalho. Não melhoraremos, mas também não pioraremos muito nossa situação econômica. O fato é que deixaremos de crescer.

Os efeitos da crise sobre o mercado de trabalho estão longe de ser catastróficos. De 1995 a 2010, o incremento médio da força de trabalho no Brasil foi de pouco mais de 2% ao ano, enquanto no triênio mais turbulento da crise (2008-2010) houve um crescimento de 1,72% da população economicamente ativa, isso em um contexto de manutenção das taxas de crescimento demográfico em torno de 1% ao ano. Ademais, entre 2006 e 2008, houve uma contínua redução do desemprego total, de 15,9% e, após o fatídico ano de 2008, o aumento do desemprego chegou a 16,9% (dados do Banco Mundial). No agregado, a crise gerou 1% de incremento do desemprego em 2009.

O ganho de renda dos trabalhadores manteve-se, apesar da desaceleração resultante de fatores extraeconômicos em 2011 e 2012. Um desses fatores diz respeito ao adiamento da entrada no mercado de trabalho por jovens que ampliaram o tempo de dedicação à educação. Embora não possamos afirmar que essa extensão educacional venha a se traduzir em trabalhadores mais qualificados, é certo que tal externalidade fez reduzir a oferta de mão de obra historicamente abundante, bem como fez sustentar a renda salarial deste grupo. Além das mudanças no perfil da mão de obra, a elevação do salário mínimo como política nacional de redistribuição da renda agregada tornou o vetusto costume de (sub)emprego de trabalhadores domésticos, economicamente insustentável para muitos lares e, para outros, um incentivo à formalização da relação empregatícia.

Não corremos o risco de superprodução, pois na quadra imediatamente anterior à da cri-

se, a economia brasileira chegou ao quase limite do pleno emprego, gerando, inclusive, pressões inflacionárias, estas resultantes da combinação do aumento da demanda agregada e das limitações à expansão produtiva, especialmente da mentalidade rentista de nossos (pseudo)empreendedores. Agora não há argumentos economicistas razoáveis a defender a manutenção da taxa de juros básica da economia brasileira em patamares incivilizados. Inclusive, talvez até fiquem mais claros os entraves recíprocos entre distribuição de renda (= mercado consumidor ampliado) e cultura oligopolística de nossos mercados.

O tamanho de nossos erros

A cultura rentista dos capitalistas brasileiros, além de engendrar uma estrutura de mercado oligopolizada, sempre estimulou a eficiência subótima do fator de produção menos acessível a nossa economia e, hoje, em escassez global (em função das altas taxas de risco) – o capital. A fase de acumulação primitiva do capital nacional – mediante a superexploração da força de trabalho, seja por meio da escravidão, seja pelo histórico achatamento da base salarial do trabalho livre – nunca foi superada, o que determinou: a manutenção da alta intensividade da mão de obra na economia, o baixo teor tecnológico de nossas empresas, a dependência a mercados e a bens de baixo valor agregado e a exploração prestamista da dívida pública. A mentalidade prestamista majora o custo do capital na medida em que eleva o risco das operações de crédito a fim de torná-lo altamente dependente do endividamento constante daquele agente econômico que detém o monopólio legal da emissão de moeda de curso forçado e da estipulação de seu valor pela taxa de juros básica: o Estado. Ademais, a pressão emissionista sobre o governo para administrar seu endividamento promove inflação, o que, por sua vez, exige nova majoração dos

juros, elevando o custo da rolagem da dívida pública e da obtenção de crédito pelas empresas e famílias. Dentro dessa perspectiva, quem promove o chamado “crowding out” (deslocamento do crédito disponível ao custeio do estado) são os próprios detentores do fator “capital”. As causas da crise podem ser interpretadas, inclusive, como uma espécie de contestação (não legal) ao monopólio do Estado de emitir moeda e estabelecer seu valor, isto é, um tipo de oposição às suas prerrogativas de determinar a liquidez na economia. É que a banca internacional passou a ter o poder de criar títulos de capital de alta liquidez, e baratos, sem a devida coordenação com as políticas macroeconômicas monetárias. Mas isso é uma digressão.

Não é apenas o “spread” bancário (custo do capital, do crédito) que mina a expansão produtiva brasileira e que, por ironia do destino, torna os efeitos da desaceleração econômica bem menos prejudiciais nesse período de crise mundial. A inabilidade distributiva de nossa economia cumulada, com a tendência oligopolizante de nosso sistema produtivo limita tanto a expansão dos mercados quanto os efeitos recessivos da crise. Como nosso mercado consumidor nunca foi pujante, em virtude de nossa “africana” distribuição de renda, a demanda por bens de alto valor agregado (bens duráveis e semiduráveis) sempre esteve restrita a uma minguada classe afluyente, cuja propensão marginal ao consumo limitou-se ou ao acesso a bens importados, ou a uma produção nacional sem perspectiva de ampliação maciça. Mesmo no contexto da ascensão da classe “C” a um novo patamar de consumo, a indústria, em geral, demonstrou sua limitação em elevar a oferta e, com isso, manteve níveis de preço relativamente altos. Sem um vasto mercado consumidor para incentivar a expansão produtiva, as empresas preferem manter suas restritas fatias de mercado e sua taxa de lucro fundada na relativa inelasticidade, tanto da demanda quanto da oferta. Com o passar do

tempo, as empresas se acostumam a funcionar dentro desses mercados restritos e cativos em que a “percepção de valor” (preços relativos) é distorcida. Daí a influência recíproca entre oferta agregada limitada e mercado consumidor restrito.

A manutenção dos níveis de produtividade das empresas abaixo da quantidade eficiente e acima do nível de preços de equilíbrio apenas reforça as vantagens setoriais da estrutura oligopólica e reduz ainda mais o poder de compra do mercado consumidor. Esse contexto limita o crescimento econômico e, por ironia do destino, ocasiona sua desaceleração. Nossa fraqueza é nossa fortaleza.

Mas crise também é oportunidade – pelo menos em chinês, em que crise e oportunidade são representadas pelo mesmo ideograma. Para debelar a crise, sejamos, pois, oportunistas. Sejamos oportunistas, porém, sem sermos imediatistas. Isenções fiscais apenas concentram renda, principalmente em uma estrutura produtiva oligopolística como a nossa. Elevação dos tributos sobre a importação transfere a renda do consumidor para as empresas e promove a ineficiência produtiva. Políticas econômicas recessivas não promovem o crescimento, assim como o aumento dos gastos de custeio do governo somente reforçam a ineficiência da máquina pública. Não existem soluções simples, mas sim soluções típicas politicamente viáveis. Temos de fazer mais

O tamanho de nosso futuro

Então, estamos **totalmente imunes** aos efeitos da crise?

Não. Para nós, país em **desenvolvimento**, a crise representa a impossibilidade de continuar a incluir, economicamente, contingentes populacionais legatários de um **histórico** atraso social. Para **países** que já chegaram a um **nível altíssimo** de desenvolvimento **econômico e social**, a crise significa a perda de **padrões de consumo** e de afluência **conquistados por amplos** contingentes populacionais, o que traz, **inevitavelmente**, instabilidade política. Para os já ricos, portanto, **a crise atinge o orgulho** da prosperidade alcançada. Para nós, a crise **debilita o próprio sentimento coletivo** de esperança num **repensar** nosso projeto de **desenvolvimento** futuro melhor.

com o que já possuímos; inverter a lógica sistêmica da mediocridade sem subverter a ordem política; mudar as instituições para transformar a cultura econômica que nos relega ao atraso.

Nossa estrutura tributária incentiva a ineficiência, tanto do Poder Público quanto das empresas. Reformá-la, porém, pressupõe novas políticas distributivas para as receitas dos entes federados. A solução de tal dilema seria a constituição de um sistema de válvulas de compensação que diluam os impactos da redução progressiva dos tributos sobre as receitas públicas.

Que tal a criação de um fundo de compensação entre IPI e ICMS? Como o ICMS é atualmente embutido no preço do produto, ter-se-ia que igualá-lo ao IPI (imposto cobrado por fora do preço) para tornar tais impostos reciprocamente compensáveis. Desse modo, as políticas tributárias dos entes federados convergiriam gradualmente (termo importantíssimo para a Política): sempre que se alterassem as alíquotas do IPI ou do ICMS, deveria haver uma acomodação recíproca entre União, Estados e Municípios, uma vez que todos teriam de redistribuir as perdas de receita participativa que há nesses impostos. Dessa forma, a convergência traria, gradualmente, maior previsibilidade para as empresas e reduziria seus custos tributários.

O ICMS e o IPI assim “sincronizados” poderiam servir à compensação do famigerado “Custo Brasil”, caso fossem cobrados após a dedução dos custos operacionais da Receita Operacional Bruta, isto é, após os descontos do ônus da ineficiência de nossos portos, estradas, ferrovias, crédito (spread), etc. O Poder Público seria assim punido com a redução de sua receita tributária. Entretanto, como não se pode criar um incentivo à ineficiência empresarial, que não se esforçará a cortar custos, faz-se indispensável a adaptação da política de comércio exterior como ferramenta de política de concorrência e, portanto, de eficiência produtiva. Mas como?

Conectar as tarifas alfandegárias a uma

política de preços máximos sem subvenções ou subsídios seria uma opção viável e barata. Dessa forma, as tarifas externas poderiam ser automaticamente reduzidas quando os preços superassem um limite máximo, tornando-os prejudiciais à renda dos consumidores ou à eficiência produtiva dos mercados. Assim, os empresários veriam um limite à transferência de custos operacionais aos preços, isto é, aos consumidores. Por meio desse mecanismo, transformar-se-ia, além do mais, a política de comércio exterior em política interna de contenção inflacionária sem custo ou ônus político (políticas anticíclicas).

Poderíamos sugerir, ainda, uma política de aumento da renda das famílias (consumidores), seja por meio da criação de faixas adicionais de contribuição para o IR – de maneira a distribuir de forma mais justa essa carga tributária –, seja por intermédio de restituições maiores para contribuintes menores, estas custeadas pelo término das isenções aos custos de educação e saúde particulares, ou aos rentistas imobiliários. Contudo, isso se traduziria em mais pressões políticas e financeiras sobre os governos federados. Devagar com o andor.

Somos o que esperamos para nosso futuro. Com os olhos no porvir e os pés no presente, definimos nosso caminho em um mundo em crise. Tamanho é documento sim, porém é também uma percepção subjetiva. O tamanho do nosso futuro dependerá de nossa capacidade de imaginá-lo agora; dependerá também da esperança transformada em força; uma força capaz de transpor a crise, as dificuldades do presente e as nossas fraquezas. A oportunidade faz-se nossa fortaleza. ■



Se você quiser trocar ideias, enviar críticas ou sugestões ao autor, escreva para: eduardo.ml.pol@gmail.com

Para onde caminha o Brasil frente à economia mundial?

Thatiana Souza

N

os últimos anos, o Brasil ocupou lugar de destaque nos noticiários nacionais e internacionais, em especial na área econômica, pois vinha decolando para alcançar céus cada vez mais altos. Mas, no segundo semestre do ano de 2012, o país aterrissou e passou a ouvir críticas pela constante desaceleração econômica experimentada nos últimos meses. Um cenário apático para uma nação que havia crescido no ano de 2010, chegando a 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB), e que havia apresentado média de crescimento de 4,5% no período de 2004 a 2010.

Em 2011, o PIB atingiu apenas 2,7%, despencando em relação aos anos anteriores e, no primeiro trimestre de 2012, o índi-

ce divulgado pelo IBGE demonstrou um crescimento de apenas 0,1% entre janeiro e março; um crescimento fraco que apontava um processo de desaceleração da economia em 2012.

No 2º trimestre de 2012, a economia brasileira voltou a cair, pois as medidas do governo (redução de juros e do IPI para alguns setores da economia) não resultaram no crescimento econômico esperado: nos últimos doze meses, o PIB brasileiro cresceu apenas 1,2%.

O que esperar para 2013? Como será o Brasil do futuro? Como vencer os desafios econômicos e sociais de uma nação que ocupa a 7ª posição entre as maiores do mundo e a 84ª no ranking de desenvolvimento humano da ONU? Para entender um pouco mais sobre o assunto, a Revista Ulysses convidou para uma entrevista o diretor do BRICLab da Columbia University, em Nova York, o doutor e mestre em Sociologia das Relações Internacionais, Marcos Troyjo.

Segundo o professor, não dá para ser o Brasil do futuro com baixa produtividade e com os outros países dependendo apenas de nossas *commodities*. Para ele, o futuro do Brasil começa de fato apenas no dia 1º de janeiro de 2015. “O país precisa de um pacto estratégico. Para que isso possa acontecer, é necessário um consenso em relação ao papel que o Brasil quer ter no mundo, não somente aquilo que queremos para o mundo, mas o que queremos do mundo. Eu tenho a impressão de que nós não temos essa noção muito clara”, afirmou.

Nesta edição da Revista Ulysses, estamos tratando do tema Economia, em especial sobre a crise financeira e econômica no mundo e no Brasil. Como o senhor enxerga essa crise hoje?

Marcos Troyjo – Ela é, sobretudo, uma crise de duas dimensões. A primeira dimensão é a mais fundamental: o mundo vem carecendo de inovações capazes de gerar aumentos de produti-

vidade. Ganhos de produtividade que sejam robustos o bastante para compensar uma série de excessos na remuneração dos chamados "ativos" de economia, fato que se observou principalmente na última década. É como se nós disséssemos que valores e preços subiram, mas que as irresponsabilidades financeiras foram maiores do que o aumento da produtividade. No limite, a produtividade é o que ancora fundamentalmente os valores da economia. Então, a primeira dimensão indica que há menos inovação e, conseqüentemente, menor produtividade em escala global do que deveria haver. A segunda dimensão da crise também é muito importante. Ela diz respeito àquilo que eu gosto de chamar de "incontinência administrativa" em relação aos grandes bancos, às grandes seguradoras, aos grandes agentes financeiros do mundo. Vou explicar melhor: a incontinência administrativa surge da incapacidade dos bancos centrais e das autoridades monetárias em colocar molduras no comportamento desses atores financeiros. Resultado: a irresponsabilidade financeira na criação de produtos sem nenhuma vinculação com o mundo real acabou agravando aquilo que nós poderíamos chamar de "crise". Esta, pela etimologia grega, significa um momento de julgamento, um parar para pensar. Eu também acho que crise é algo inerente às economias de mercado, ao jogo de oferta e demanda, e ao momento do capitalismo que hoje nós estamos percebendo não apenas no Brasil, mas no mundo todo. Na realidade, nós estamos vivendo uma espécie de transição. Eu gosto muito de uma definição de crise que é atribuída ao Antonio Gramsci: “crise é o momento em que aquilo que é velho ainda não morreu. E aquilo que é novo ainda não nasceu”.

E como o senhor enxerga a crise?

Marcos Troyjo – Nós, talvez, tenhamos de enxergar a crise mais como uma fase de transição

“Agora, a crise já está num segundo momento, que tem menos a ver com os vírus financeiros e mais com a questão da produtividade e da inovação. E, neste caso, o Brasil é muito vulnerável.”

do que como uma situação de grandes ameaças ao sistema econômico global. Aliás, acho que já estivemos próximos a um perigo maior em 2008 – com a eclosão dos aspectos imobiliários e financeiros da crise, sobretudo nos EUA e na Europa – e, no ano passado – com o grande temor que girou em torno dos efeitos colaterais e multiplicadores das crises de dívidas soberanas em países como a Grécia, Espanha e até mesmo a Itália. Acho que um pouco disso já passou e o panorama parece ser um pouco melhor para 2013. No caso do Brasil, nos últimos quatro anos, fomos menos afetados pela crise por duas razões. A primeira se relaciona ao fato de o perfil externo da economia brasileira ser razoavelmente pequeno. Se nós somarmos tudo aquilo que o Brasil importa com o que ele exporta, não chega a 20% do nosso Produto Interno Bruto (PIB). Ou seja, nós somos um ator pequeno no cenário do comércio internacional e, de maneira proporcional, o comércio exterior é componente razoavelmente limitado de toda nossa atividade econômica. Por via de regra, privilegiamos muito mais o mercado interno do que o mercado externo. A segunda razão para sermos menos acometidos pela crise mundial é que ela eclodiu num instante em que as contas macroeconômicas brasileiras estavam em ordem, ao contrário do que ocorreu em outros momentos históricos. O Brasil tem sustentado uma grande reserva cambial, uma baixa relação entre dívida externa e PIB e uma boa relação entre dívida externa e exportações. Inclusive, recentemente, o Brasil adotou

parâmetros macroeconômicos essenciais, como responsabilidade fiscal, metas de inflação e superávit primário. Muitos ainda agregam a esse tripé a opção pelo câmbio flutuante. Ou seja, o Brasil macroeconomicamente estava muito bem preparado para fazer frente às ondas negativas que vinham de fora. Agora, a crise já está num segundo momento, que tem menos a ver com os vírus financeiros e mais com a questão da produtividade e da inovação. E, neste caso, o Brasil é muito vulnerável.

Por que o Brasil é vulnerável em produtividade e inovação?

Marcos Troyjo – Porque a produtividade brasileira nos últimos 25 anos tem-se expandido de uma maneira muito mais tímida se comparada à situação de alguns de nossos competidores como a China, o Chile e a Coreia do Sul, ou seja, nós não temos expandido a produtividade na mesma proporção que os mercados emergentes mais dinâmicos. Talvez este seja o grande desafio brasileiro; caso contrário, a continuada expansão da economia brasileira vai depender de dois fatores: do continuado aumento do apetite do mercado interno pelo consumo – acho que hoje existe o consenso de que nós já estamos chegando muito perto de um limite de crescimento baseado no aumento do consumo do mercado interno – e da demanda externa pelos produtos em que o Brasil tem vantagem comparativa, como é o caso do minério de ferro, dos minerais, dos produtos agrícolas e de alguns produtos de proteína animal. Ou seja, não dá para ser o Brasil do futuro com baixa produtividade e com outros países dependendo apenas de nossas *commodities*.

Quando fala sobre as potências emergentes, o senhor identifica de fato uma mudança nesse locus, isto é, no papel decisório dessas potências emergentes,

ou o senhor ainda acha que os emergentes estão sendo muito influenciados pelas grandes potências, por exemplo, pelo G8? Qual a sua visão em relação a isso?

Marcos Troyjo – Eu sou estudioso de relações internacionais e vou falar um pouco conceitualmente a partir dessa área. Creio que existe uma diferença entre sistema internacional e ordem internacional. O sistema internacional é o conjunto daquelas instituições que foram construídas de modo a permitir mais governança global. Quais são estas instituições? O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio. Acho que no sistema internacional, nós ainda estamos vivendo uma situação que é muito parecida na sua arquitetura com o desenho criado na segunda metade dos anos 40. Não houve uma grande atualização das instituições desde lá. O diretor-geral do Fundo Monetário Internacional, por via de regra, continua sendo um europeu; o diretor-geral do Banco Mundial é sempre um americano; o Conselho de Segurança da ONU tem os mesmos cinco membros permanentes desde há muito tempo. Ou seja, não há muita atualização no sistema internacional. Contudo, do ponto de vista da ordem internacional e, mais especificamente da ordem econômica internacional, que diz respeito aos pesos relativos de cada um dos países, aí nós temos uma mudança brutal. Veja o caso da China. Dez anos atrás, a China tinha uma economia do tamanho da economia da Itália. Hoje, a China tem uma economia de 7,6 trilhões de dólares. Se a China continuar a crescer com números entre 7% e 9% nos próximos dez anos, ela vai ultrapassar os EUA como maior economia do mundo, o que é uma coisa rara na história. A última vez que isso aconteceu foi em 1871, quando os EUA ultrapassaram o Reino Unido. Para você ter uma ideia de quanto tempo faz, naquela época o presidente americano era o desconhecido

do Rutherford B. Hayes; e a monarca britânica, era a rainha Vitória. E, quando isso acontecer com a China, nós vamos ter outro fenômeno: a maior economia do mundo, que será a da China, ainda assim será uma economia pobre, porque quando ela ultrapassar os EUA, ela vai ter uma renda per capita de em torno de 12 mil dólares por habitante, que é mais ou menos a renda per capita que o Brasil tem hoje. O Brasil, quer queira, quer não, ainda é um país pobre. É um país de renda média relativamente baixa. Agora, sem dúvida alguma, a parte importante da ordem econômica internacional está migrando para os países ditos emergentes. Vamos a al-



guns números: China com 3,7 trilhões de dólares em reservas cambiais; Índia com 300 bilhões de dólares; Rússia com mais de 500 bilhões, e o Brasil, que se avizinha dos 400 bilhões. Se você somar todos esses valores, você será capaz de comprar 80% das empresas cotadas diariamente na Nasdaq, que é a bolsa das empresas de alta tecnologia dos EUA. Inclusive, hoje, o maior credor líquido do governo dos EUA é o governo chinês. Além desses números, temos observado a emergência das chamadas empresas transnacionais globais – gigantescos animais corporativos que operam em diferentes plataformas – nos países emergentes. É o caso da Infosys (indiana), da Tata (indiana), da Sinopec (chinesa) da Huawei (chinesa), da Vale e da Petrobrás. Do ponto de vista da composição orgânica do PIB mundial, nós também estamos percebendo uma tendência, irreversível eu acho, de aumento de peso das chamadas economias emergentes e de diminuição de peso de economias tradicionais, ou melhor, das economias do G8, como você mencionou, ou, mais amplamente, das economias da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O senhor mencionou anteriormente, ao analisar a crise mundial, que nós estamos vivendo um momento de transição. Na sua visão, quais são hoje os principais motores da economia mundial que podem alavancar esse desenvolvimento?

Marcos Troyjo – Acho que é um tripé. Um dos apoios deste tripé, sem dúvida alguma, corresponde ao chamado "bônus demográfico", ou seja, ao fato de que uma parte importante da população de um país se dirige de forma ascendente a um pico demográfico de elevado consumo e de elevada produtividade. Logo, o comportamento da população economicamente ativa – que precisa encontrar um ponto médio de consumo – influencia a economia. O encontro deste ponto

médio é uma das condições que fazem o PIB indiano continuar crescendo e, na mesma medida, o PIB brasileiro e o chinês. Vejamos também o exemplo da Rússia: alguns entendem que este país sofrerá o problema resultante do chamado elemento demográfico porque se levarmos em consideração a atual dinâmica demográfica da Rússia – país com atuais 150 milhões de habitantes – e se projetarmos a população para daqui a 50 anos, este país chegará em 2050 com 100 milhões de habitantes. Logo, ele perderá praticamente 1/3 da população, dentre outras coisas, devido ao decréscimo da taxa de natalidade. Os outros dois apoios que sustentam o tripé da economia mundial são a inovação e a produtividade. Aqueles países capazes de se adaptar criativamente à economia global ou de fazer aquilo que nós chamamos de destruição criativa – que é a inovação em termos de economia global – estarão mais aptos a vencer a fase de transição com sucesso. A razão pela qual os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) obtiveram relativo sucesso nesses últimos 20 anos reside no fato de eles conseguirem se adaptar criativamente àquilo que a economia tem sido até agora. O fato é que a estrada que esses países emergentes percorreram do passado até o presente é uma estrada diferente daquela que nos levará do presente até o futuro. Por exemplo, para a China o trajeto até o presente significou mão de obra barata, baixa carga tributária sobre os produtos chineses, parcerias público-privadas e um modelo muito voltado para a conquista de mercados externos de modo que o capital estrangeiro ajudasse na construção da infraestrutura do país. Esta foi a adaptação criativa chinesa que permitiu à China um dramático crescimento econômico nos últimos 25 anos. Agora, o futuro para a China é evidente. Significa remuneração mais elevada da força de trabalho, mais consumo interno, redução do percentual do PIB a ser investido na própria China e na poupança chinesa e, por consequência dessas medidas, me-

nor dependência chinesa das exportações para os tradicionais mercados dos EUA e da Europa. Em síntese, a China vai redirecionar um pouco a sua bússola econômica a seu próprio mercado interno.

Os países do BRIC terão sucesso neste projeto de inovação e de produtividade?

Marcos Troyjo – Nós ainda não sabemos, porque uma parte importante para obtenção desse sucesso está diretamente ligada ao aumento da dotação de liberdades econômicas para que também as empresas de pequeno e médio porte possam fazer parte dessa transição. Essa condição, por vezes, vem acompanhada da necessidade de liberdade democrática, realidade que não é característica da China. No caso da Índia, ela leva a vantagem de que um contingente impor-

tante da sua população fala inglês. Além disso, comparativamente aos outros países do BRIC, a Índia tem constituído alguns núcleos de excelência em tecnologia da informação, *software*, siderurgia, indústria farmacêutica e têxtil, investimento que permitiu que a Índia se convertesse numa espécie de alternativa de baixo custo, sobretudo para empresas americanas. A Índia tornou-se então – conforme está escrito em “O Mundo é Plano”, de Thomas Friedman – o grande destino de *call center*, *webcenter*, do chamado "outsourcing". E esta foi a adaptação criativa que a Índia encontrou e que utiliza até o presente. Mas, essa realidade não vai continuar, porque uma parte importante dos *call centers* e *webcenters* está voltando aos EUA e empregando pessoas de idades mais avançadas, que têm mais familiaridade com o modo de fazer negócios e com a sociedade norte-americana. Então



“como as coisas começaram a dar certo para nós, deixamos de pensar no planejamento de longo prazo para ter um caso de amor com o presente; a nos divertir presente.”

a Índia vai ter que se reinventar. Já no caso do Brasil, a adaptação criativa pela qual optou nosso país foi baseada em um momento da economia global que elevou a demanda por produtos de baixo valor agregado, cenário em que o Brasil leva vantagem comparativa. Vejamos como isso ocorreu: a renda média na China subiu e os chineses passaram a consumir mais alimentos, o que alavancou as exportações de carnes e de bens agrícolas brasileiros; quando aumentou o investimento em infraestrutura na China, aumentou também a demanda por minério de ferro brasileiro, e assim sucessivamente. O Brasil pegou, então, uma carona nesse foguete que foi o crescimento chinês. E, ao mesmo tempo, adquiriu algumas vantagens – competitivas, e não comparativas – em setores como petróleo em águas profundas, biocombustíveis e agricultura de alto valor agregado (pela aplicação efetiva de técnicas desenvolvidas pela Embrapa). Embora tudo isso tenha feito muito bem para o Brasil, nosso país tem também seus calcanhares de aquiles. O Brasil poupa apenas 18% do seu Produto Interno Bruto e investe apenas 19% deste indicador. Hoje há um consenso de que o Brasil não conseguirá crescer mais de 4% ou 5% se ao menos 23% do seu Produto Interno Bruto não forem investidos. A carga tributária no Brasil é muito elevada, nós estamos perto de 40%. Na Coreia do Sul, que foi um dos países que conseguiu fazer a transição entre nação emergente

e nação rica, a carga tributária é hoje de 26%. Acho que, no limite, é o seguinte: as coisas foram relativamente bem para o nosso país nos últimos dez anos. Tradicionalmente até se diz que o Brasil é o país do futuro. Mas, como as coisas começaram a dar certo para nós, deixamos de pensar no planejamento de longo prazo para ter um caso de amor com o presente, a nos divertir com o presente.

Mais especificamente quanto ao Brasil, o senhor acha que ainda estamos mais interessados no presente do que no futuro?

Marcos Troyjo – Eu acho que este momento, no mundo, está sendo muito marcado pela retomada da preocupação com o futuro. E preocupação com o futuro significa fazer alguns sacrifícios de curto prazo em nome de objetivos de longo prazo. Quanto ao Brasil, é preciso encontrar respostas para algumas perguntas como: o que o Brasil quer para si? Uma situação de pleno emprego, como ocorre hoje, mas, por outro lado, um setor público ineficiente e superinflado; ou uma taxa um pouco maior de desemprego, mas maior eficiência nas relações entre o governo e o estado? O Brasil vai manter muito dos seus custos sociais ou optará por aumentar o percentual do PIB em pesquisas, desenvolvimento e inovação? Vai manter a carga tributária do jeito que está ou vai diminuí-la para que a iniciativa

privada também possa fazer os seus investimentos? Essas são as escolhas que o Brasil vai ter de fazer, embora, muito honestamente, eu ache que, pelos próximos dois anos, a discussão sobre essa dinâmica ficará congelada no Brasil. Muitas dessas reformas são sacrifícios. São dolorosas. Elas demandam muito capital político, e é muito pouco provável que a atual Presidente da República, ou mesmo o discurso dos seus antagonistas, venha a tocar, nestes próximos dois anos, em alguns dos pontos nevrálgicos que dizem respeito às reformas competitivas no Brasil. Na minha opinião, infelizmente, o futuro para o Brasil começa apenas no dia 1º de janeiro de 2015.

Diante desse contexto que o senhor descreveu, não falta ao Brasil um plano estratégico de governo? O que estamos vendo, a cada eleição, não é, na verdade, a construção de um programa partidário?

Marcos Troyjo – Eu creio que a ideia de ter uma política de Estado estratégica é o ideal. No entanto, eu creio que é muito difícil de implantá-la no âmbito de uma democracia. Não estou aqui fazendo apologia aos sistemas fechados. Mas o fato é que é muito difícil construir uma democracia, porque você precisa de um pacto. E o que é um pacto? Este termo já esteve muito tempo em voga no Brasil, e eu torço muito para que ele volte, pois o Brasil precisa de um pacto estratégico. Pacto é um vocabulário original-

mente relacionado à ideia de partes que estão em conflito e que precisam se harmonizar. Pacto é, então, um ato de paz. Pelo pacto, você pacifica as demandas de um determinado momento. Para que isso possa acontecer, é necessário um consenso em relação ao papel que o Brasil quer ter no mundo, não somente aquilo que o Brasil quer para o mundo, mas o que o Brasil quer do mundo, ou seja, o interesse nacional. Eu tenho a impressão de que nós não temos essa noção muito clara. Por exemplo, em 2033, daqui a 20 anos, de qual porcentagem do comércio inter-

nacional nós queremos participar? Qual o número de doutores e PhDs nós queremos ter para cada 100 mil habitantes? Qual o número de professores per capita nós queremos formar? Qual o percentual do PIB para investimentos em educação, ciência e tecnologia nós vamos destinar? Estas questões são fundamentais e fazem parte do organismo de um projeto estratégico, que é o conteúdo do pacto ainda não colocado. Nós estamos sempre administrando por curto prazo e esse tipo de administração é que favorece os diferentes interesses e as diferentes interpretações que são oferecidas pelos partidos políticos. Eu diria até que diferentes interesses surgem menos das linhas partidárias e mais da cultura relacionada a este ou àquele momento do governo. Ou seja, o Brasil acaba sempre, no longo prazo, subperformando, porque é pouco ambicioso e tem grande



dificuldade de construir os consensos necessários para que se realize um salto para o futuro. O sistema partidário brasileiro de baixa fidelidade dificulta esse processo.

O senhor falou sobre o Brasil ter pegado uma carona na situação da China. Não está na hora de deixarmos de ser um país exportador de *commodities* e avançarmos um pouco mais?

Marcos Troyjo – Uma das maneiras de você observar isso é olhar para o campo no qual se é possível julgar a competitividade em nível mundial: as exportações. Quando você está exportando, não está protegendo o seu mercado interno, já que para exportar é preciso competir com todo mundo. Se você analisar a pauta de exportações brasileiras do ano de 2012, o quanto de produtos tecnológicos, manufaturados, semimanufaturados e agrícolas saiu do país, e avaliar também o valor agregado desses produtos, você vai perceber que esta composição de 2012 é exatamente idêntica àquela que o Brasil obteve em 1978. Dez anos atrás, por exemplo, o principal item da pauta de exportações brasileira eram os aviões da Embraer. Agora, num certo sentido, este tipo de exportação regrediu e nós ficamos mais ‘commoditizados’ em nosso perfil exportador. O que significa isso? Nós não estamos fazendo a transição entre uma sociedade de produtos de baixo valor agregado para uma sociedade intensiva em tecnologias. Como é que se facilita essa passagem do velho mundo das *commodities* para o novo mundo das tecnologias inovadoras? Aumentando o percentual que a sociedade e o estado direcionam para a ciência, para a tecnologia e para a inovação. E quando você olha para esse quesito, você percebe que, desde o ano de 1992, o Brasil encontra-se colado no teto de 1% do PIB direcionado para investimento em pesquisa e desenvolvimento. A Coreia do Sul já alcançou 3,7% do PIB, e a China, 1,5% – um aumento de



90% em dez anos. No momento em que a China ultrapassar os EUA como a maior economia do mundo, daqui a 10 anos, os chineses vão passar a investir entre 2,3% e 2,4% do seu PIB em pesquisa e desenvolvimento. Outro fato desalentador para o Brasil é que, se analisarmos aquele 1% com lupa, veremos que essencialmente 80% deste percentual vêm de instituições estatais. Ou seja, se o país quer investir em pesquisa e desenvolvimento, e se o setor privado brasileiro investe pouco – esfera que supostamente possui maior capacidade de traduzir tecnologia em produtos levados ao mercado – o benefício econômico do atual investimento é muito pequeno. E por que os empresários brasileiros não

investem em tecnologia? Possivelmente eles vão nos dizer o seguinte: eu tenho de pagar um empregado atendendo a uma das legislações trabalhistas mais medievais e antiquadas do mundo; eu tenho de me sujeitar a uma carga tributária de 40% do PIB, enquanto os meus concorrentes são submetidos a uma carga bem menor: 23% no México, 26% no Chile e 26% na Coreia do Sul. Os empresários ainda vão identificar outras dificuldades estruturais no Brasil que estão colocando uma camisa de força na capacidade de eles investirem em inovação. Logo, essa situação não é fácil para o Brasil. Mas, ao contrário de momentos históricos anteriores, nosso país tem a seu favor o fato de que têm surgido novas vantagens comparativas em agricultura e em biocombustíveis, riqueza esta que também será gerada a partir dos combustíveis fósseis, sobretudo a partir das reservas do pré-sal. Da mesma maneira que esses recursos podem facilitar a transição socioeconômica, eles podem ser utilizados para tentar resgatar injustiças do passado que, apesar de moralmente legítimas do ponto de vista econômico, são mais importantes como investimento em áreas estratégicas, tais quais robótica, novos materiais, bioengenharia e assim por diante.

Quando o senhor fala em ciência e tecnologia, o senhor considera que o Brasil possui quadros preparados e qualificados para, por exemplo, operar junto ao pré-sal? Ou vamos ter de importar mão de obra?

Marcos Troyjo – Nós temos pessoal e empresas no Brasil que possuem importante capital intelectual, só que esse recurso não é suficiente para a escala dos desafios que nós temos. Como resolver esse problema? Importando talentos, saber e *know-how* para reunirem-se aos nossos. Assim, por meio de parceria internacional, será possível formar gente para atuar nessas áreas. O Programa *Ciência sem Fronteiras* é um inte-

ressante programa que visa a atuar sobre problemas relacionados ao déficit de cérebros, mas, embora este seja um programa importante, nosso problema em tecnologia é maior, o que exige investimento. A grande dificuldade do Brasil não é de gerar grandes cientistas, e, sim, de gerar patentes, produtos e tecnologia que sejam passíveis de ser levados ao mercado. Por que será que o Brasil não tem o seu próprio Instagram, seu Google, ou sua própria Apple? Porque nós temos dificuldades para fazer a já comentada transição. Uma empresa de alta tecnologia é uma empresa intensiva em talentos tecnológicos. Mas, ao se instalar no Brasil, a empresa vai ter dificuldade de contratar pessoas, porque os cérebros são poucos e porque a legislação trabalhista é muito menos amistosa neste caso do que se for para montar operações no Vietnã, na Coreia do Sul, na Tailândia ou mesmo na China. A carga tributária brasileira também é muito pouco atraente do ponto de vista da geração de lucro para as empresas. Então, a maneira pela qual o Brasil consegue atrair esse tipo de empresa é oferecendo aos empresários grandes contratos governamentais e a perspectiva de que o mercado interno continuará de certa forma protegido. A oferta é a de que só aquelas empresas que realizarem suas operações em território nacional vão poder gozar do acesso a essa proteção. Esta é a razão pela qual o Brasil tem conseguido atrair volumes significativos de investimento estrangeiro direto. Ou seja, as empresas de base tecnológica estão se instalando no Brasil não por conta da grande competitividade ou da qualidade da mão de obra, nem do ambiente do negócio que temos aqui, mas, sobretudo, para formar neste país uma plataforma de revenda da tecnologia para o próprio mercado interno brasileiro.

Falamos da China e falamos do Brasil. E a crise americana? Ela vai ser capaz de atingir o Brasil?

Marcos Troyjo – Eu acho que o pior para os EUA já passou. A crise americana estava muito associada a três fatores principais: à escalada das expectativas negativas em relação a grandes bancos imobiliários, como o *Fannie Mae* e o *Freddie Mac*, à solvência de algumas grandes instituições financeiras, como a que ocasionou a quebra do *Lehman Brothers*, e ao resgate governamental em Detroit das grandes empresas automobilísticas. Acho que isso está ficando para trás. Houve um custo grande para os EUA, e este custo se manifestou, sobretudo, pela existência de um recorrente cabo de guerra entre a Casa Branca e o Congresso dos EUA diante

da definição de medidas que viessem a promover a queda do endividamento americano e que viessem a resolver o problema do câmbio fiscal. Esse é um tipo de crise que os EUA vão deixar progressivamente para trás. Os EUA já cresceram mais do que o Brasil em 2012, e vão crescer mais em 2013. Os primeiros dias de 2013 mostram também um maior apetite pelas ações. A produtividade americana no setor de manufaturados tem aumentado, e, além disso, os custos relativos de produção na China têm levado o mercado a uma reorientação da alocação de ativos, bens estes que estão retornando para os EUA, e até para o México, mesmo sendo curioso o México ter se beneficiado do aumento do custo relativo de produção na China. Tudo isso vai ser muito bom para os EUA.

Qual o impacto disso para o Brasil?

Marcos Troyjo – O Brasil não tem mais os EUA como seu principal parceiro comercial. A China tomou esse espaço. Agora, infelizmente, é muito maior o percentual de mercadorias de baixo valor agregado que o Brasil exporta para a China, muito maior que para os EUA. O fato é que temos um comércio de maior valor agregado com os EUA em relação ao que temos com a China. Do ponto de vista governamental, os EUA estão prestando muito pouca atenção no Brasil. Mesmo assim, ainda existe um interesse grande dos homens de negócios americanos em nosso país, interesse que costuma ser barrado, seja pelo protecionismo, seja pelas legislações de conteúdo local, de parte a parte. Os EUA continuam como principal investidor estrangeiro direto no mundo e no nosso país. Então, a recuperação da economia americana é uma boa notícia para o Brasil. Seria uma notícia ainda melhor se nós retomássemos, por exemplo, a ideia de acordos de livre comércio, em um ou em outro setor, entre os dois países, como, aliás, alguns dos nossos vizinhos têm feito. O México hoje já conta com

44 acordos de livre comércio, mesmo depois de ter conseguido, nos anos 90, ser parte da chamada Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). A Colômbia também recentemente celebrou este tipo de acordo com os EUA e passou a ser um dos países latino-americanos que mais cresceram nesses últimos anos. A recuperação da economia americana é muito boa para o Brasil. O meu temor é que essa recuperação, mais uma vez, seja subaproveitada pelos agentes econômicos do nosso país.

O senhor é um profundo conhecedor dos BRICs. Como o senhor vê este bloco, hoje, frente à transição da economia mundial? Qual a sua expectativa? Qual o seu prognóstico?

Marcos Troyjo – Em primeiro lugar, eu gosto muito de estudar os BRICs, mas eu sempre fui um “brics-cético”, não um “brics-otimista”, pois eu sempre achei muito pequena a possibilidade de os BRICs se constituírem como um grupo, um bloco, um clube, que viesse a influir de maneira significativa no futuro do cenário mundial.

Por quê?

Marcos Troyjo – Em primeiro lugar, porque a diferença entre os interesses dos quatro países é muito grande ao lidarem com temas sensíveis. Peguemos, por exemplo, a reforma do Conselho de Segurança da ONU, órgão do qual a China e a Rússia são membros permanentes e, por isso, julgam-se num status superior aos dos demais mesmo que, digamos assim, não sejam vozes muito importantes na tentativa de reforma e de atualização do Conselho. A Índia quer ser membro permanente e a China não vê isso com bons olhos. O Brasil quer ser membro permanente, mas chineses, russos e americanos jamais se manifestaram de maneira favorável a essa pretensão brasileira. Quando o assunto

passa a ser a reforma das instituições financeiras multilaterais – do Fundo Monetário e do Banco Mundial – estas instituições sempre recebem muita crítica e os países envolvidos se mostram indispostos em avançar na discussão, talvez porque a alternativa preveja parte significativa dos próprios estoques de liquidez para implementar tal reforma. Eu lembro uma vez, há uns dois anos, que eu estava conversando com o presidente do *Eximbank* chinês, e que perguntei a ele: “O senhor acha que a China gostaria de revolucionar o Fundo Monetário, o Banco Mundial?”. Ele me respondeu o seguinte: “Não, nós temos outras prioridades; uma delas é a elevação do padrão de vida do chinês médio”. E me disse mais uma coisa que não saiu da minha cabeça: “A China ainda é um país em desenvolvimento”. Por isso que eu sou um “brics-cético” em relação aos BRICs se tornarem algo parecido com o que era o G8. Por outro lado, é verdade que os BRICs estão dando seus passos rumo a uma maior organicidade. Por exemplo, no âmbito da reunião do FMI em outubro, os quatro países mais a África do Sul anunciaram a criação de um banco de desenvolvimento que nasceu com uma carteira de 50 bilhões de dólares. Além disso, tornou-se algo regular o encontro entre os chefes de estados e os ministros da Fazenda dos quatro países do BRIC, mais a África do Sul. Essas são notícias bastante positivas. Voltando à ideia de os países terem dificuldade para realmente formarem um bloco, é necessário dizer que Brasil, Rússia, Índia e China apresentam grande importância individual e que partilham algumas características comuns, como grande território, população, economia, mercado interno, e também grande potencial para gerar cooperação ou conflito. Tudo isso faz com que a gente deva estudar esses quatro países, mesmo sabendo que é como comparar uma onça brasileira com um urso russo, ou com um elefante indiano, ou com um panda chinês.



Caso a China venha a ocupar o lugar dos EUA como a grande potência mundial e econômica, o senhor não acha que os BRICs conseguirão alavancar sua atuação para se tornarem um bloco forte como o G8?

Marcos Troyjo – Não. Eu acho que a natureza da ascensão chinesa é diferente da natureza da ascensão dos outros três países. A China vai se tornar talvez a principal economia do mundo sem ser a principal liderança do mundo. Por via de regra, na história, houve quase que uma relação siamesa, umbilical, entre liderança econômica e liderança política. Isso não vai acontecer com a China, até pela própria vocação da China como ator das relações internacionais. O tipo de liderança que, por exemplo, os EUA exerceram é aquilo que eu gosto de chamar de liderança de expansão; ou seja, o poder flui do núcleo para fora. No caso da China, sem dúvida alguma, há um centro, mas o fluxo é diferente: o poder flui de fora para dentro. É quase que uma ideia de absorção, de fechamento. Qual é a única construção do homem que é possível de ser vista do

espaço sideral? É a Muralha da China. E para que serve este muro? Para fechar, para proteger. A principal obra arquitetônica do poder chinês é a Cidade Proibida. O nome por si já é esclarecedor: “proibida”, para ninguém entrar. A arquitetura do local é formada por diferentes quadradinhos que vão diminuindo em tamanho até chegar à figura central do imperador. Como podemos perceber, a China sempre manteve essa coisa do autocentrismo. Eu acho também que a China sabe o que ela quer do mundo e ela usa isso muito bem. Ela tem um projeto para ela própria no mundo, mas não tem um projeto para o mundo. É diferente da liderança dos EUA. Os EUA sabem o que querem para si e para o mundo porque guardam uma ideia de como o mundo deve funcionar. Quanto aos chineses, eles acham que o mundo deve funcionar de tal maneira que venha a produzir os benefícios de interesse da China. Logo, nós não vamos ver um eclipse econômico, do ponto de vista do tamanho do PIB, se a liderança geopolítica americana vier a ser substituída por uma chinesa. Nós teremos um mundo em que os EUA não serão mais hegemônicos, mas continuarão sendo protagonistas dentre uma série de coadjuvantes muito importantes.

Se o senhor fosse hoje o presidente da República e se

tivesse que criar um sistema estatal, em quais setores aplicaria os recursos? Poderia enumerar pelos menos cinco setores por ordem de importância?

Marcos Troyjo – Antes de tudo, o chefe de estado no Brasil tem de ser muito transparente sobre quais são os grandes desafios estratégicos do país e oferecer à população grandes objetivos estratégicos em relação a tais desafios. Veja o grande momento da liderança de Churchill durante a Segunda Guerra Mundial, quando ele disse ao povo britânico que não tinha nada a oferecer “a não ser sangue, suor e lágrimas”. Ou seja, ele foi muito transparente no sentido de passar à população britânica a noção do desafio a que iriam se submeter. Sobre as cinco vertentes de aplicação de recursos que você solicitou, eu respondo indicando cinco condições para que a aplicação de recursos seja adequada. A primeira delas é saber o que nós queremos ser: um país mais do presente ou mais do futuro. Se a resposta for mais do futuro, nós teríamos de diminuir a composição dos nossos gastos públicos e privados e aumentar a poupança nacional – precisamos sair de 18% do PIB para algo próximo de 23% a 25%. Esta evolução só será possível com sacrifício. Portanto, seria necessário congelar algumas demandas sociais e, feliz ou infelizmente, diminuir a empregabilidade do setor público no Brasil o que, provavelmente, faria o Brasil ter de conviver com uma taxa um pouco maior de desemprego durante algum tempo. Em segundo lugar, nós precisaríamos reorientar os tributos no Brasil para que mais recursos viessem a permanecer no âmbito dos segmentos que de fato constroem a riqueza: as empresas. Para fazer isso, nós teríamos de reorientar, e este é o terceiro ponto, a relação capital/trabalho no Brasil. O trabalho no Brasil é um pouco caro e também pouco produtivo. O salário mínimo no Brasil é três vezes maior que o salário mínimo no Vietnã.

Então se uma empresa de calçados ou de *software* quer montar a sua base, ela provavelmente não optará pelo Brasil, e sim, por exemplo, pela periferia de Hanói. Em quarto lugar posso dizer que, da mesma maneira que nós criamos incentivos específicos por meio de renúncia fiscal, nós precisamos criar outros mecanismos de incentivo para a internacionalização da pequena e média empresa do Brasil. O Brasil é um país com 200 milhões de pessoas, mas com apenas 10 empresas multinacionais. A Suécia é um país de 10 milhões de habitantes, com 200 empresas multinacionais. Quanto maior o grau de internacionalização das empresas brasileiras, maior também é a competitividade. Sendo assim, são necessários mecanismos de incentivo para o Brasil seguir essa linha de produtividade. A quinta e mais importante condição para aplicação de recursos, em minha opinião, é que, em se fazendo esses sacrifícios nas áreas fiscal, pública e trabalhista, nós teríamos de redirecionar os recursos excedentes para a pesquisa e o desenvolvimento internacional. Nós precisamos inundar o Brasil com capital disponível para empreendedores tecnológicos. Isso é muito importante. Só assim a produtividade no Brasil vai aumentar porque o grau de componentes tecnológicos da economia brasileira será elevado. Aí você pode me perguntar: para atender a estas condições – transparência nas relações governo e sociedade, reorientação tributária e orientação trabalhista, internacionalização das empresas brasileiras e redirecionamento de recursos excedentes para pesquisas, desenvolvimento e inovação – haverá sacrifício? Sim, sem dúvida alguma as alterações demandarão sacrifício. Mas é verdade também que os três setores nos quais identificamos vantagens comparativas – agronegócio, biocombustíveis e petróleo em águas profundas – são capazes de nos gerar recursos excedentes para que esse sacrifício não apenas seja menor, mas também que seja menos duradouro. Se o Brasil

fizer isso, vai ser uma das sociedades mais dinâmicas nos próximos 30 anos. Já se não o fizer, nós vamos continuar como uma sociedade mediana, que está sempre, digamos assim, gerando resultados abaixo do seu potencial.

Então, qual o futuro do Brasil?

Marcos Troyjo – Sinceramente acho que a história dos últimos dois anos tem sido a história da reação. Se algo não dá certo, o governo brasileiro reage. A economia cresceu somente 2,7% em 2011, e o governo de imediato adotou algumas medidas táticas. Em 2012, o Brasil cresceu em torno de 1% e mais iniciativas foram tomadas. Embora se perceba essa atitude reativa do governo, não é a "reatividade" que estabelece uma agenda de competitividade. Conforme mencionei no início da nossa conversa, acho que 2013 e 2014 são anos perdidos para fins das grandes reformas que o Brasil tem de fazer, isso por conta do próprio jogo político eleitoral. Então eu não vejo o Brasil nos próximos dois anos embarcando seriamente nas reformas que ele deveria realizar. Inclusive, como os dois próximos anos da economia global serão melhores que os últimos dois, essa provável tranquilidade econômica vai maquiagem a falta de competitividade brasileira. Em poucas palavras, o jogo só vai começar para valer em 1º de janeiro de 2015. ■

Glossário

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

É a soma de todos os serviços e bens produzidos num período (mês, semestre, ano) numa determinada região (país, estado, cidade, continente). É um importante indicador da atividade econômica de uma região,

Quem é Marcos Troyjo?

- Economista e Cientista Social, Doutor e Mestre em Sociologia das Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo
- Estudos superiores na Kennedy School, Harvard University
- Pós-doutorado na Columbia University
- Especialista em Empreendedorismo Internacional
- Professor do Ibmec
- Palestrante em Diplomacia Empresarial, Educação, Mídia, Convergência Tecnológica e Conjuntura Global
- Pesquisador do CEAQ (Centre d' Études sur l' Actuel et le Quotidien) da Université Paris V - Sorbonne
- Diretor do BRICLab da Columbia University

representando o crescimento econômico. O PIB per capita (por pessoa), também conhecido como renda per capita, é obtido pela divisão do PIB de uma região pelo número de habitantes desta região.

“A grande dificuldade do Brasil não é de gerar grandes cientistas, e, sim, de gerar patentes, produtos e tecnologia que sejam passíveis de ser levados ao mercado.”





*Fundação homenageia
Ulysses Guimarães com
um busto no Bosque
dos Constituintes*

Como parte dos eventos que lembraram os 20 anos do desaparecimento do presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, o ex-deputado Ulysses Guimarães, a Câmara dos Deputados e a Fundação Ulysses Guimarães inauguraram um busto em homenagem àquele que foi um dos maiores expoentes políticos do PMDB e do Brasil. A solenidade aconteceu no dia 7 de novembro de 2012, no Bosque dos Constituintes, monumento histórico criado pela Câmara dos Deputados e inaugurado um dia antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Em seu pronunciamento, o presidente nacional da Fundação Ulysses Guimarães, Eliseu Padilha (RS), ressaltou a simbologia do Bosque dos Constituintes. “Se pensarmos na Constituição como algo material, é imprescindível lembrar Ulysses e a sua luta, que hoje é levada, nesta homenagem, à concretude plena. Ulysses, no final da década de 70, conseguiu antever quais seriam as grandes dificuldades do nosso processo político e as traduziu em ensinamentos”, enalteceu.

Para Padilha, a participação efetiva na cidadania era muito maior na época em que Ulysses conduziu o país ao movimento das eleições diretas. “Nós, parlamentares, temos um débito com Ulysses. Precisamos fazer com que as ideias de Ulysses possam chegar à sociedade. Essa homenagem é um bom momento para refletirmos sobre isso. Tivemos, no país, transformações muito grandes e devemos nos adequar a essa nova realidade. A legitimação dos atos políticos poderá ficar prejudicada, se não houver uma maior participação política por parte da sociedade”, ponderou.

O presidente nacional do PMDB, sena-



dor Valdir Raupp (RO), lembrou sua própria trajetória política: “fui inspirado a entrar na política por dois políticos: Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, que inspiraram também políticos de todos os partidos”. Para Raupp, “se não fosse Ulysses Guimarães, o PMDB não teria o tamanho que tem; ninguém nunca fez o mesmo que ele em nenhum partido”.

A vice-presidente da Câmara dos Deputados, Rose de Freitas (ES), ressaltou a história do partido e a imagem que ela guarda do jovem PMDB. “Queria ter de volta aquele sentimento proveniente do momento político em que Ulysses estava entre nós”. Para ela, “as pessoas confundem o exercício da política com o exercício do poder. Não se pode confundir uma coisa com a outra”, e Ulysses não os confundia.

O senador Pedro Simon (RS), contemporâneo do homenageado no período da luta democrática, lembrou a importância histórica do companheiro. “Ulysses era uma figura interessante, e tão emblemática que essa reunião parece até singela. Mas é a singeleza o símbolo do



que foi nossa luta, e o que foi Ulysses Guimarães. O tempo está passando e nós vamos reconhecer a relevância dele na história. Ele fez história. Viveu uma época de luta. Na época eram considerados corajosos os que compunham a resistência, a guerrilha, quem defendia a extinção de partidos. E nesse momento, Ulysses liderou um movimento de luta contra a ditadura, em favor da anistia, das diretas já, do fim da tortura e da liberdade de imprensa. Foi nesse momento que o MDB se unificou, e o povo passou a acreditar em nós. O povo aplaudiu essa luta”, declarou.

Para o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), a coragem e a força de Ulysses Guimarães são o legado maior do líder partidário: “muitas conquistas foram alcançadas ao lado de Ulysses”.

Homeageados - Durante o evento foram distribuídos certificados em homenagem àqueles que estiveram ao lado de Ulysses ao longo de sua

trajetória, entre eles o assessor pessoal, Osvaldo Manicardi, e o jornalista Orlando Brito. Os jornalistas Jorge Bastos Moreno e Luiz Gutemberg, que não puderam estar presentes à cerimônia, também foram homenageados.

O jornalista Orlando Brito acompanhou a Assembleia Nacional Constituinte e é um dos repórteres que mais fotografou Ulysses Guimarães. “Lembro de diversas passagens com Ulysses Guimarães, em especial de um almoço que aconteceu com jornalistas em que alguém falou sobre medo, ao que ele respondeu: ‘medo é natural do ser humano e todas as pessoas estão sujeitas a ele, o que não pode faltar a elas é a coragem’. Tomei essas palavras como o caminho para a minha profissão”, lembrou.

Ao final, os agraciados, os parlamentares presentes, os funcionários da Casa e convidados puderam plantar mudas de árvores ao longo do Bosque. ■

"Tecendo a Rede"

- Formando um novo cidadão

percorrerá o Brasil em 2013

A Fundação Ulysses Guimarães realizou, em Brasília, nos dias 7 e 8 de novembro de 2012, o encontro de final de ano: "Tecendo a Rede – Formando um novo cidadão". Os objetivos da reunião foram debater o Plano de ações para 2013 e avaliar a contribuição do ensino a distância para as eleições municipais.

A Instituição, que adotou a bandeira da educação libertadora, realizou, durante os dois dias, troca de informações e experiências entre os presidentes das Fundações Estaduais e os coordenadores do Ensino a Distância. Tecendo a Rede é um programa que visa fortalecer a rede do PMDB. Uma rede que emite e recebe informações, na qual



cada um tem uma importância fundamental: a de ser retransmissor de impressões e orientações em seu estado, e, por conseguinte, de passá-las às regiões e municípios. Assim, as informações saem de cada um dos 5.568 municípios brasileiros e também chegam a cada um deles.

Na abertura dos trabalhos, o presidente nacional da Instituição, deputado Eliseu Padilha (RS), ressaltou em seu discurso a importância dessas atividades. “A ideia do evento é fazermos uma análise do que foram as eleições de 2012, sob a ótica da Fundação, e nos prepararmos para 2013, ano que antecede a eleição de 2014 e que requererá a realização de uma jornada país a fora, como forma de sustentarmos e embalsarmos o nosso sonho do PMDB”.

E, acrescentou: “a Fundação, por meio do programa de formação política, começou, nas últimas eleições, a marcar com letras de ouro e de forma muito expressivas o resultado do trabalho que nós estamos fazendo em todo o

Brasil. Os estados de melhor desempenho nas urnas foram aqueles onde também temos tido a maior participação no programa. Isso mostra que o conhecimento, inclusive no processo político, faz grande diferença. A nossa missão de levar conhecimento está colhendo os primeiros grandes frutos e começa a mostrar que está sendo cumprida”.

O presidente nacional do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), também presente na solenidade de abertura, falou sobre o papel do PMDB no cenário nacional e sobre o desempenho do Partido nas eleições municipais. “Os peemedebistas servem o Brasil há 46 anos no combate ao regime militar e ao processo de redemocratização do país. A transição democrática também foi encabeçada pelo PMDB. Nunca deixamos de contribuir com esse país. Neste momento, depois de 46 anos, continuamos fortalecidos e em constante processo de renovação. Muitos não acreditaram que chegássemos

ao primeiro lugar nessas eleições. Nossa meta era eleger mil, e elegemos 1.022 prefeitos. Agora o foco é o ano de 2014 e o de 2016”, afirmou.

O ministro de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e ex-presidente da Fundação, o peemedebista Moreira Franco (RJ), destacou sua alegria em já ter comandado a Fundação. “Já tive muitas experiências na vida pública, mas uma das que mais me gratificaram foi presidir a Fundação Ulysses Guimarães”.

“Hoje percebemos a importância histórica do patrono da nossa Fundação, o dr. Ulysses Guimarães. Eu creio que a mais importante colaboração foi a de ser uma liderança política, que teve o compromisso e a visão de fortalecer a vida democrática por meio do partido político. ‘Mais importante do que colocar o número é colocar a legenda do partido’, dizia Ulysses. Ele dedicou-se por inteiro a fortalecer o PMDB. Várias vezes por ano ele percorria o país inteiro para discutir com a militância do partido, um debate que fazia da política um instrumento de formar as maiorias”, lembrou Moreira Franco.

O vice-presidente da República, Michel Temer (SP), disse que a militância atuante da Fundação conseguiu dar outra dimensão ao PMDB, a de que o Partido tem um espaço forte para formação de debates. “Este é o centro pensante dos peemedebistas. Temos que divulgar um pouco mais essa ideia, a de que temos um centro pensante no partido”, defendeu.

Michel Temer também destacou a importância da democracia social e da democracia política, que são teses do PMDB e que foram assimiladas pela sociedade brasileira e por boa parte da classe política: “essa foi a grande contribuição do partido para a estabilidade do país”.

Estados

Durante os dois dias de encontro, aconteceram palestras e debates entre cada um dos 27 estados da Federação. Na ocasião, os presidentes ou representantes das Fundações nos Estados puderam apresentar os números das eleições municipais, trocar ideias e falar sobre ações futuras.



Estas apresentações foram coordenadas pelo presidente da Fundação Ulysses Guimarães do Espírito Santo, Francisco Donato, que iniciou o debate apresentando um balanço detalhado das eleições municipais. A síntese resultou da compilação de dados sobre porcentagem de candidatos a prefeito pelo PMDB em cada estado, sobre a quantidade de eleitos, sobre o número de eleitores, além da quantidade de abstenção.

A intenção do estudo foi verificar numericamente a situação do Partido comparativamente à dos demais, principalmente à dos chamados nanicos. Os dados estão sendo encaminhados para as Fundações Estaduais.

Apesar da redução do número de eleitos nestas eleições em relação às últimas, o PMDB continua com o maior número de prefeitos, 1.023, e também de vereadores, 7.964. Foi verificado também o percentual de mulheres eleitas nessas eleições, que aumentou para 33%.

Mulher

A 1ª vice-presidente do PMDB Mulher Nacional, Regina Perondi, destacou que foi realizado, pelo núcleo do PMDB Mulher, no ano de 2012, o lançamento do Regimento Interno do PMDB Mulher.

Reformulado a partir de propostas dos estados e da Executiva Nacional, o Regimento Interno apresenta informações históricas, estrutura administrativa, diretrizes de conduta e organização dos núcleos nos estados. No documento, também, constam instruções para



as convenções municipais e estaduais, além de modelos de documentos úteis na administração dos núcleos.

Para Regina, que estava à frente do projeto da elaboração do Regimento Interno, este documento é extremamente importante por ser subordinado ao estatuto do Partido, obedecendo-lhe as diretrizes partidárias. “Considero o número muito relevante porque foi cumprida a cota de 30% de candidatas, alcançando-se um aumento no número de prefeitas eleitas”, disse.

Palestrantes

O secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, professor Ricardo Paes de Barros, foi o primeiro expositor. No painel “A importância do conhecimento para formulação de Políticas Sociais”, ele destacou que “em um país como o Brasil, onde as transformações sociais estão ocorrendo de forma rápida, as políticas públicas também precisam seguir o mesmo dinamismo, já que os anseios e os problemas da população também vão se modificando”.

O segundo painel foi apresentado pela coordenadora do Ensino a Distância (EAD), Elisiane Silva, que explicou a importância de se criar transparência, controle interno e social nas administrações estaduais e municipais.

Em sua palestra, Elisiane recorreu à filosofia grega para explicar os limites entre as esferas público-privadas, a relevância da incorporação deste conceito no dia a dia das prefeituras brasileiras, além do papel do gestor. “É essencial

Notícias

que os cidadãos e os agentes públicos tenham um entendimento real dos objetivos do Estado. Precisamos ter clara a seguinte questão: a quem compete resolver os problemas da sociedade como fome, drogas e tantos outros?” A resposta foi de imediato formulada por ela: “Ao Estado, e não à iniciativa privada”, afirmou.

A coordenadora do EAD lembrou que a ação do agente público não pode extrapolar os limites legais previamente estabelecidos. “Estamos falando de moralidade, eficiência e publicidade, que, de uns tempos para cá, tornaram-se erroneamente sinônimos de transparência. No direito, o ser público é o início de efeito do ato; se não publicar, não é válido. A transparência tem alguns requisitos como clareza, objetivida-

de e o amplo acesso à informação”, disse.

A terceira palestrante foi a professora Leene Marques, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), com o painel “Emendas Parlamentares e Convênios”. Ela tratou das transferências voluntárias do governo para os municípios, que são aquelas não determinadas pelo Orçamento Federal ou por qualquer outra legislação. “Preciso ressaltar a importância de termos gestores com formação e conhecimento para realizar uma boa administração pública. É preciso que os gestores municipais saibam gerir bem os recursos, caso contrário estes valores voltarão para a União corrigidos, o que penalizará o município ainda mais”, afirmou Leene. ■







Tecendo a Rede é um programa que visa fortalecer a rede do PMDB. Uma rede que serve de mediadora a estados, regiões e a cada um dos 5.568 municípios, na tarefa de trocar informações.



Por isso, na Rede, cada um tem importância fundamental: a de ser um divulgador de sua realidade. A ideia é que, num movimento contínuo, diferentes propostas e informações transitem por todo o Brasil e que a sociedade também plante suas sementes, fazendo parte de Tecendo a Rede.





Fundação Ulysses Guimarães apresenta uma Proposta de Reforma Política

A necessidade de uma Reforma Política é latente no País. É um clamor da sociedade, ansiosa por mudanças. Sempre atenta aos debates políticos, a Fundação Ulysses Guimarães, em encontro nacional realizado em Brasília em novembro de 2012, entendeu que não é bom para o Brasil o avanço desmedido do processo de substituição da democracia representativa pela democracia direta, num cenário em que as iniciativas populares passem a determinar a agenda do Congresso Nacional em virtude da omissão deste na sua missão precípua de legislar.

Seria, por assim dizer, a declaração de falência da democracia representativa e dos Partidos Políticos como veículos de condução da vontade dos cidadãos.

A Fundação Ulysses Guimarães considerou ainda que cabe ao PMDB – Partido responsável pela condução da derrota da ditadura militar e pela institucionalização da democracia através da Constituição de 1988

– a responsabilidade de liderar o movimento de articulação para aprovação da Reforma Política. Esta articulação priorizaria o debate, ainda que inicialmente limitado aos pontos em que já se identifica uma maior convergência de apoio.

Com o propósito de disparar o processo de discussão sobre a Reforma Política, a Fundação, sob a presidência de Eliseu Padilha, criou um grupo de trabalho composto pelos companheiros João Henrique de Almeida Souza (Coordenador), Esacheu Cipriano Nascimento, Gleire Belchior de Aguiar Bezerra, Fernando Melo e Genebaldo Correia. “O tema é atual e de grande importância para a sociedade, porque implica diretamente a forma como são conduzidas as eleições no Brasil. O nosso papel é fomentar o debate e subsidiar nosso Partido com os conhecimentos necessários para a defesa de uma Reforma Política que atenda aos anseios dos cidadãos”, afirmou Padilha.

Em cinco reuniões, o Grupo de Trabalho da Reforma Política, com a colaboração do dr. Osvaldo Ferreira, da Assessoria Jurídica do

PMDB na Câmara dos Deputados, reuniu, em quadro comparativo, as principais propostas em tramitação no Congresso – dando-se ênfase aos relatórios das Comissões Especiais criadas pelo Senado e pela Câmara dos Deputados – e as principais contribuições das entidades civis a respeito do tema.

O Grupo também ouviu as opiniões dos deputados federais Marcelo Castro e Edinho Araújo, especialistas no assunto na Bancada da Câmara Federal. Em sua exposição ao Grupo de Trabalho, o deputado Marcelo Castro deu conta de pesquisa realizada na Bancada do PMDB, diagnóstico este que possibilitou a identificação dos índices de aceitação dos principais pontos da Reforma Política.

Com base nesses elementos e após debatê-los internamente, o Grupo de Trabalho da Fundação Ulysses Guimarães apresentou ao presidente desta instituição, Eliseu Padilha, as propostas para composição de um parecer que pudesse representar a opinião da entidade sobre o assunto. Em seguida, o trabalho foi apresen-

tado ao vice-presidente da República, Michel Temer, e a Presidência do PMDB, na pessoa do senador Valdir Raupp.

Durante a reunião com Michel Temer, o vice-presidente voltou a defender o voto majoritário, conhecido como Distritão. “No voto proporcional não há maioria. Aliás, todo arcabouço constitucional é montado com bases nas maiorias. Esta regra do voto proporcional enrola o princípio de que o poder emana do povo”, ponderou.

Os temas abordados foram: coincidência de datas para eleições gerais, extinção de coligações partidárias em eleições para deputado federais, estaduais e vereadores, sistema eleitoral com voto distrital misto, suplência de senador, legitimidade de mudança de filiação partidária, e financiamento público de campanha.

Na avaliação dos componentes do Grupo de Trabalho, os debates sobre a Reforma Política já se desenvolveram, de forma intensa, no Congresso, nas principais instituições do país, nas universidades, na imprensa, entre os cientistas políticos, e internamente, nos partidos políticos.

Para o presidente nacional da Fundação Ulysses Guimarães, o documento tem o propósito de apontar caminhos, estimular o debate e o contraditório. “Vamos receber sugestões e, depois, levar este caderno ao conhecimento da sociedade brasileira”.

Uma vez cristalizado o pensamento da Fundação sobre a Reforma Política, cabe-lhe então a importante e decisiva missão de fazer com que, a partir daí, se consiga construir a posição do PMDB através da manifestação do Conselho Nacional do Partido, ao qual cabe, estatutariamente, a competência para fixar as diretrizes políticas da agremiação. ■

Para ter acesso ao trabalho, envie e-mail para ead@fundacaoulysses.org.br

Ulysses por ele mesmo

“Felizes aqueles, como Ulysses, que fizeram uma bela viagem.”

Joachim du Bellay (1524-1575), no poema Regrets.



Ulysses Guimarães (Rio Claro, SP, 1916 – Angra dos Reis, RJ, 1992) experimentou centenas de autodefinições. Graves, irônicas, melodramáticas. A preferida era uma paródia da linguagem dos geneticistas: “Se quiserem imitar a classificação mendeliana, considerem-me do gênero parlamentar; espécie, deputado”.

Daí, nenhuma das suas fontes biográficas é mais importante do que os discursos, a forma mais eschada de expressão dos parlamentares. “Modéstia à parte, não fiz nada melhor na vida senão falar, do povo ao papa”, gabava-se. Para completar a receita, e seguindo a miscelânea que eram seus

próprios arquivos, juntemos aos discursos uma seleção de textos literários, notas partidárias, frases e epigramas, cartas e telegramas. São traços tão diversos quanto indispensáveis do seu perfil.

Garimpendo nas fontes originais as peças mais exemplares, identifica-se sem dificuldade o processo criativo de quase tudo quanto Ulysses escreveu e falou. A partir das anotações em que registrava a primeira inspiração de uma frase ou raciocínio, rastreando-as, vai-se encontrá-las reproduzidas em livros, folhetos, gravações de som e vídeo, publicações no *Diário do Congresso*.

Tudo quase sempre começou nas “tripas”, como diziam seus secretários. Eram papeluchos em que garatujava o que lhe viesse à cabeça. Eram ideias e lembranças que lhe ocorriam durante o dia e a noite. Providências prosaicas, como comprar um animal para o sítio, telefonar a alguém, marcar um jantar, organizar uma viagem. Ou ideias para frases. Até minutas de discursos e cartas. Tudo de tal forma misturado, já que concebido e registrado sem disciplina, que ajuda a revelar o estado de espírito que o dominava quando tomou determinada decisão. Essas anotações cumpriam longo processo. Ele as escrevia onde estivesse, bastava que lhe ocorresse inspiração. Guardava no bolso do paletó e viajava com elas o dia inteiro, “de ceca em meca”, como dizia, até que se defrontava com um dos seus secretários e a safra de “tripas” era recolhida. Antes que tais textos se transformassem em documentos para receberem sua assinatura, ou que ele subisse a alguma tribuna para lê-los, ou utilizá-los como roteiro para improvisações, iria corrigi-los uma, duas, três vezes, tantas eram as tentativas frustradas dos seus colaboradores para decifrar os hieróglifos. A dificuldade para os tradutores derivava da temática variada, do universo vocabular que sempre renovava, e do gosto pela criação surpreendente. Não dava para aplicar na decifração de um texto a mesma lógica que havia dado certo no anterior. Esses testemunhos do processo criativo não só comprovam a autoria dos discursos, mas também indicam que não há amostras mais autênticas da sua vida, obra e pensamento. O Ulysses que falava era o mesmo da intimidade, não havia outro.

O repertório diário

A documentação disponível de Ulysses – os arquivos que mantém no seu gabinete, no Congresso, hoje depositados no Cepedoc da Fundação Getúlio Vargas, examinei-os enquanto ele vivia, e seus papéis íntimos, na sua casa da rua Campo Verde, em São



Paulo, ainda intocados depois da sua morte, e a mim franqueados pela família – privilegia os discursos. Não há nada melhor e mais revelador para montar sua biografia, sejam os discursos propriamente ditos ou sejam os que disfarçava sob a forma de declarações à imprensa. Não os dizia da tribuna, ditava-os aos repórteres como entrevistas, mas funcionavam de fato como intervenções oportunas e consequentes nos debates nacionais. Eram respostas, provocações, propostas, recados oportunos aos companheiros e adversários, malícias, ironias. Pronunciamentos, como preferia. Ouvi-o muitas vezes pedir à secretária: “Me traga aquele pronunciamento da semana passada, sobre...”. Poucos homens públicos tiveram registros mais numerosos das suas palavras. Muitas frases encontradas nesses recortes de jornais e revistas tornaram-se bordões e assinalaram eventos importantes da longa luta contra o regime militar de 64. Eram repetidas no país inteiro como palavra de ordem, fonte

de esperança, estímulo à organização oposicionista. Relidas, distante do momento histórico, revelam-se como sínteses competentes e quase sempre trazem acentuadas marcas de espírito e senso de humor.

Uma surpreendente revelação dos arquivos é a constatação de que muitas das frases e comentários que apareceram na época como improvisos não passavam de transcrições literais de textos garatujados nas “tripas” e que Ulysses já entregava aos seus assessores acompanhados dos nomes dos repórteres e colunistas a quem eram destinados. Sinal de que já os compunha pensando onde publicá-los, na forma e estilo daquele colunista.

Apesar da sua famosa oralidade, de amante apaixonado da boa conversa (e também do bom copo, da boa mesa, da boa música, da boêmia), Ulysses era de acordar cedo e concentrar-se longamente, solitário, no pequeno escritório, junto ao quarto de dormir, pen-

sando e anotando o que seria sua agenda do dia. Agenda, não. Repertório. Tinha consciência de que era um *performer*. Assim mesmo, no jargão universal midriático. Sabia que se usasse a palavra adequada em português – artista – correria o risco da conotação pejorativa.

A oratória parlamentar, mais do que a forense – o modelo da juventude de que se distanciou com o tempo – compensavam-no da frustração de não haver cumprido a vocação artística que imaginava possuir. Tanto que tentou encontrá-la não só na ficção literária, mas na música. Estudou piano, desde a adolescência, em Lins, no interior de São Paulo. Já na capital paulista, acadêmico de Direito, cursou até o sexto ano do Conservatório, onde foi aluno do escritor e musicista Mário de Andrade (1893-1945), de quem se tornou amigo. Essa amizade seria um dos troféus da sua vida e a citaria sempre com orgulho, lembrando que foi o autor de *Macunaíma* quem o desiludira ternamente do piano, consolando-o com a lembrança de que sua vocação não era a música. Ou ele achava pouco as oportunidades de criação e exibição da política em que se iniciava na Faculdade de Direito?

Tudo indica que, mesmo abandonando o piano, persistiu na tentativa de se tornar artista. Tentou a poesia, a ficção, a historiografia, o ensaio literário e só abandonou tais tentativas quando se profissionalizou político. Mas, mesmo assim, trabalhando como matéria-prima a dramaticidade da cena política, procurava realizar sua vocação artística. Tinha plena consciência de que, ao fazer política e sem prejuízo da sua autenticidade, representava. No sentido de encarnar um papel teatral. Como protagonista da História, na condição de autor e ator de momentos decisivos da política, não poderia dispensar a elaboração dramática. Precisava situar-se nos cenários, otimizar o uso da voz, até tirar partido dos efeitos da iluminação. Usava os recursos histriônicos sem ser um ator. Compreen-

deu que o púlpito dos sermões e as tribunas dos parlamentos e tribunais tanto quanto as próprias catedrais, plenários e auditórios, até os palanques e praças, deixaram de ser recintos finitos. A eletrônica os havia aberto ao público infinito do rádio, da televisão e dos vídeos. Mais do que o prodígio da multiplicação instantânea da audiência, criou-se a questão da documentação. O videoteipe permitia o arquivamento fácil dos sons e imagens. Ulysses costumava alertar os amigos: o videoteipe não servia apenas para apurar os erros das arbitragens do futebol. Tornara-se o tira-teima para demonstrar a incoerência dos homens públicos. A multiplicação dos públicos era apenas o enunciado do novo teorema que se apresentava aos oradores. Agora, além de siderar as plateias visíveis, cujas reações ajudavam o desenvolvimento do discurso, precisavam posicionar-se diante das câmaras. Ulysses era de tal forma fascinado pela luzinha vermelha das câmaras de televisão que, ao vê-la acender-se,

◆◆◆
**Na política, o
 povo ou é tudo ou
 é nada, ou é
 personagem como
 cidadão ou é
 vítima como
 vassalo.**
 ◆◆◆



onde estivesse, assumia responsabilmente seu papel na cena. Havia aprendido o suficiente das teorias sobre meio e mensagem para comportar-se com racionalidade diante dos fenômenos da comunicação eletrônica. Sabia que, até para a elementar projeção da sua imagem mais autêntica e despojada, necessitava proteger-se das deformações que esse novo veículo impõe aos que não o usam adequadamente. Sua mulher, D. Mora, dizia que havia ficado mais fácil vesti-lo, fazê-lo aceitar ternos bem cortados, combinar meias, camisas e gravatas. A percepção do fenômeno da multimídia lhe permitiria usar, como ninguém, suas aparições na televisão.

O alvo e as pretensões

Ulysses formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1940, em plena era dos bacharéis. Ao colar grau, devia optar entre a advocacia, a

magistratura, o ministério público ou a política, que sob o regime fascista do Estado Novo significava um emprego público. Os rebeldes, liberais ou esquerdistas, aliados circunstancialmente, geralmente se camuflavam na advocacia liberal para conspirar contra a ditadura Vargas.

O caminho de Ulysses foi o serviço público. Ele apuraria sua vocação numa espécie de estágio probatório no Departamento Administrativo de São Paulo, que na verdade era um conselho. Criado conforme o estilo fascista, visava a reduzir o poder dos interventores federais e era formado por políticos desempregados com o fechamento, em 1937, das câmaras legislativas. Seus membros eram escolhidos, designados e nomeados pelo presidente Vargas, que os chamava ao Rio e, um por um, em separado, ungi-os, depois de transmitir-lhes instruções pessoais. O Departamento Administrativo de São Paulo exercia funções de tribunal de contas

e câmara legislativa disfarçada. Politicamente, funcionava para o regime como uma espécie de limbo em que o ditador retirava da tentação conspiratória um bom número de bacharéis e intelectuais sem oportunidades democráticas de atuação. No Departamento Administrativo estavam empregados e entretidos com o controle das prefeituras municipais.

Por sua vez, os conselheiros – cumprindo o papel do Departamento Administrativo de cooptar vocações políticas que se constituiriam um problema para o regime do Estado Novo – cercavam-se de um bom número de assessores e assistentes. Eram quase sempre bacharéis, equivalentes na época aos economistas e tecnocratas de hoje, que encontravam nos gabinetes dos conselheiros um clima de oficina de aprendizagem política. Esses jovens aprendiam feitiçaria política com os conselheiros – entre outros, Miguel Reale, Antônio Feliciano, Godofredo da Silva Teles, Artur Paquerobody Whitaker, Marrey Júnior – vindos da tradição dos antigos Partido Republicano Paulista e Partido Democrático.

O jovem bacharel Ulysses Guimarães, depois de breve tentativa de compor um escritório de advocacia com seu amigo Antônio Sílvio Cunha Bueno, trabalhava no Departamento Administrativo com o conselheiro Antônio Feliciano – Antoninho Feliciano, famoso pelos discursos em que gesticulava com um lenço branco – que em 1945 o levaria para o PSD, na fundação da seção paulista do partido, e principalmente o treinaria no contato popular. Foi pelas mãos de Feliciano que Ulysses se tornaria presidente do Santos Futebol Clube.

Quando veio a redemocratização de 1945 e as eleições para deputado estadual constituinte de São Paulo em 1947, Ulysses Guimarães inicia sua trajetória solo, sustentada exclusivamente pelo voto popular. Nos 55 anos seguintes, até a morte, em 1992, disputaria e se elegeria doze vezes pelo voto proporcional. Sem-

◆◆◆
Desenvolvimento sem liberdade e justiça social não tem esse nome. É crescimento ou inchação, é empilhamento de coisas e valores, é estocagem de serviços, utilidades e dívidas, estranha ao homem e a seus problemas, é inacessível tesouro no fundo do mar, inatingível pelas reivindicações populares.
 ◆◆◆

pre através de eleições, chegou ao seu décimo primeiro mandato de deputado federal, já que a primeira eleição foi para deputado estadual. Em toda a vida, perdeu apenas uma eleição: a disputa pela Presidência da República, em 1989. Sofreu esmagadora derrota, classificando-se em sétimo lugar, com 4,43% dos votos. Foi ultrapassado por Collor, eleito presidente, e também por Lula, Brizola, Covas, Maluf e Afif. Basta dizer que, em São Paulo, teve menos votos para presidente do que havia recebido para deputado federal. O desastre teve muitas explicações no momento, mas, em perspectiva, vê-se que a candidatura de Ulysses havia ficado na contramão da opinião pública, que o responsabilizava pelo governo Sarney, no fundo do poço em matéria de popularidade. Mais tarde, Ulysses reconheceria com a famosa frase: “Sarney é uma tatuagem que eu trago e que, por mais que lave e tente removê-la, mais fica viçosa”. Sua candidatura também contrariava os interesses imediatos



dos seus companheiros do PMDB, que o traíram desavergonhadamente e que pagariam caro pelo gesto porque o partido iniciaria uma fase de irrecuperável decadência. O desastre da candidatura presidencial foi desconcertante para ele, que considerava a opinião pública a matéria-prima do seu trabalho, onde buscava inspiração e a quem dirigia seus discursos e ação política. Tendo desistido da política de clientela – e nunca esqueceu o dia 2 de dezembro de 1954, em que tomou a decisão de não mais frequentar gabinetes ministeriais encaminhando pedidos e pleitos de eleitores, como normalmente fazem os deputados – reeleger-se-ia a cada quatro anos com a ajuda de amigos fiéis e admiradores anônimos que se multiplicavam a cada eleição. Antes de se candidatar a presidente em 1989, nunca havia testado em eleição majoritária os efeitos dessa abstinência fisiológica que impunha aos eleitores, viciados em ver nos políticos mais despachantes que estadistas.

Mas, como candidato à presidência, a situação era bem outra. Uma fantástica máquina precisava ser posta em movimento e o que menos contaria era a imagem de líder moderado na luta contra a ditadura. Devia apostar uma corrida pela preferência popular ao sabor dos temas do momento, com técnicas mercadológicas que respondiam às emoções populares e dispensavam a arte da política, sua especialidade, trocada pelas estratégias da moderna propaganda. A situação era diferente até mesmo do quadro político eleitoral de 1958, quando tentou ser candidato a governador de São Paulo e Juscelino lhe negou apoio. Ulysses, que em 1955 havia chefiado no estado a campanha de Juscelino para presidente da República, imaginava reunir apoio político e votos, desfraldando a bandeira do otimismo desenvolvimentista que dominava o país sob o governo JK.

Em 1989, a sucessão presidencial deu-se num vazio de ideias políticas, com o povo de costas para a História, fascinado por truques de propaganda e marketing. A vitória de Fernando Collor premiou a ação pragmática e inescrupulosa de aventureiros, instrumentalizados por leituras competentes das sondagens de opinião pública. Dominando esse precioso conhecimento, publicitários desenvolveram mensagens que exploravam instituições e indignações populares. Os brasileiros, dominados por um porre de liberdade inédito na História do Brasil e vivendo as primeiras eleições democráticas depois de vinte anos de ditadura e de cinco anos de difícil transição para a plena ordem constitucional, deixaram-se levar.

Ulysses, obrigado a negociar com a ala esquerda do partido – que lhe impôs o candidato a vice, o ex-governador da Bahia, Valdir Pires –, descaracterizou-se, enquanto a disputa pelo voto popular travava-se entre duas posições radicais, já preenchidas: Lula, do PT, era a esquerda, enquanto Collor representava o oposicionismo. Já os especialistas em marketing con-

tratados para conduzir a campanha, apavorados com a situação, quisessem seguir o mal exemplo de Collor. Abandonaram a imagem que Ulysses e o próprio PMDB haviam construído pela vida afora, tentaram glamourizar sua velhice honrada – apresentando-o como um “velhinho vulgar” – e esvaziaram sua oratória impondo-lhe um discurso cosmético. O orador admirado e até sua boa convivência com a televisão – como atestavam o sucesso das suas entrevistas nos programas de Marília Gabriela e Jô Soares – foram desprezados nos planos de campanha. O candidato presidencial Ulysses Guimarães nada tinha do deputado Ulysses Guimarães, era um *frankstein* produzido por precários cientistas da propaganda política. Nada restou, na campanha de 1989, da sua experiência e sabedoria de hábil manipulador da comunicação no dia a dia da política, que voltaria a praticar em seguida ao desastre da eleição presidencial.

A candidatura presidencial começou exigindo-lhe a demonstração prática de uma das suas mais divertidas e insistentes fanfarrônicas. Ulysses costumava gabar-se de que fazia política com um olho na opinião pública, outro nos políticos. Dizia que não se descurava jamais da manipulação partidária e institucional. “É preciso ganhar no campo e não perder no tapetão”, uma das suas divisas, tirada da gíria futebolística. Afinal, havia sido cartola da Federação Paulista de Futebol e dirigente do Santos Futebol Clube. Pois em 1989, para se impor candidato pelo PMDB, precisou enfrentar e vencer os cartolas do partido, que pontificavam no “tapetão” da convenção. Ironicamente, venceu no “tapetão” e perdeu no campo.

A malograda experiência da candidatura presidencial de Ulysses, em 1989, não era órfã



na crônica internacional.

Em 1981, na França, Michel Debré (1912-1996), que tal como Ulysses era chamado pelos franceses de Monsieur Constitution – pois foi quem elaborou a Constituição gaullista da V República, em 1959 – disputou as eleições presidenciais vencidas por Mitterrand. Debré foi abandonado pelos partidários do general De Gaulle – a cuja fidelidade havia abandonado tudo – e amargou apenas 1,6% dos sufrágios. Tal como Ulysses, que na eleição presidencial brasileira foi superado pelo eleito Collor e por mais cinco outros candidatos (Lula, Brizola, Covas, Maluf e Afif), Michel Debré teve menos votos que uma desimportante candidata, Arlete Laguillier, sobre quem a História não reservará nem 1,6% do espaço garantido àquele que tinha sido primeiro-ministro da França na implantação da V República.

Surpreendentemente, porém, esse extraordinário desastre eleitoral (cujas proporções podem ser medidas pelo fato de Ulysses ter

.. Política não se faz com ódio, pois não é função hepática. É filha da consciência, irmã do caráter, hóspede do coração. Eventualmente, pode até ser açoitada pela mesma cólera com que Jesus Cristo, o político da Paz e da Justiça, expulsou os vendilhões do Templo. Nunca com a raiva dos invejosos, maledicentes, frustrados ou ressentidos. Sejam os fiéis ao evangelho de Santo Agostinho: ódio ao pecado, amor ao pecador. Quem não se interessa pela política, não se interessa pela vida...

recebi-
do em São
Paulo menos vo-
tos para presidente da
República do que sua votação para deputado federal na eleição anterior) não interrompeu nem turvou sua atividade política. Nem interrompeu sua atividade parlamentar. Nas eleições de 1990 para deputado federal, ele renovaria seu mandato.

O Prosador das Arcadas

Ulysses pretendia o reconhecimento da sua retórica. Que se identificassem densidade filosófica e qualidade literária nos seus discursos. Achava pouco os ganhos funcionais e episódicos da sua comunicação político-eleitoral e se empolgava quando ouvia leituras críticas que atribuíam inspirações e profundidade à sua oratória. Especialmente quando se apontavam tais virtudes nas suas cotidianas arengas táticas de repercussão popular. Foi assim que chegou a

contemplar uma candidatura à Academia Brasileira de Letras, proposta pelo então senador Luís Viana. Queria ser reconhecido como personalidade literária ou, mais precisamente, “medalhão”, conforme a teoria do famoso conto de Machado de Assis, que costumava citar com senso de humor. Achava que podia dispensar demonstrações das habilidades ecléticas que procurou, avidamente, demonstrar no seu primeiro livro, *Tentativa*, em que reuniu discursos, poesia, ensaio e ficção. Tanto porque os havia abandonado, como havia abandonado o piano, como porque havia assumido sua condição de personalidade política e feito da oratória seu gênero artístico.

Publicado quando ainda estudava Direito e premiado pela Academia Paulista de Letras, o livro *Tentativa* lhe rendeu o título de Prosador das Arcadas (arcadas, traço arquitetônico mitológico da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo). O rigoroso crítico Antônio Cândido não o esqueceu ao citar nas suas memórias os jovens acadêmicos de Direito dos anos 30 que despontavam para a literatura, lembrando a famosa antologia *Poesia sob as arcadas*, que Ulysses organizou em 1940.

Ele tratou da candidatura à Academia Brasileira de Letras – difundindo-a e tentando viabilizá-la através de contactos realizados no Rio por seu amigo, ex-deputado e ex-ministro Renato Archer (1922-1996) – tal como fazia nas suas manobras político-eleitorais. Além da ação nos bastidores e notinhas nos jornais, que sabia como manipular, bastava-lhe aproveitar o assédio dos repórteres e atender telefonemas de editores e colunistas. A ilusão acadêmica soçobrou pela má vontade do presidente da Academia, Austregésilo de Ataíde, que conduzia o preenchimento das vagas e àquela altura estava comprometido com uma longa lista de candidatos.

Atento às exigências formais dos veículos de comunicação e sem esquecer os humores

diários de cada editor, a boa imprensa de que desfrutava Ulysses era, em boa parte, consequência da boa vontade dos repórteres, que lhe davam vistas aos originais das pautas que recebiam das redações, o que lhe permitia saber o objetivo das indagações. Essa intimidade não só o informava privilegiadamente como lhe permitia posicionar-se no dia a dia do noticiário. Sua habilidade estava em compatibilizar a participação nesse jogo com seus objetivos estratégicos e suas manobras do varejo da política. Por isso, preparava-se, refletia, ensaiava. Treinava até o que apareceria depois como improvisações. Era assim que começava seu dia. Enquanto bebia o suco de frutas que a empregada Geralda, fiel e também madrugadora, trazia-lhe ao escutar na cozinha o menor sinal de que ele se levantara. Não há dúvida de que as performances públicas de Ulysses, especialmente depois que assumiu a presidência do MDB, em 1970, foram sempre arditamente pensadas, planejadas, testadas (ele era de pensar em voz alta, falando o que escrevia) e minutadas nesse laboratório matinal.

Documentação de autoria

De quase todos os textos de Ulysses Guimarães, descobriram-se os manuscritos básicos originais. Dos seus discursos mais famosos, como o “Hoje começa o outro dia” (na V Convenção Nacional do MDB, em 1972, quando exorta os radicais a adotarem a ação partidária pacífica com o slogan “Não é hora de morrer, é hora de viver”), à polêmica nota do PMDB, que quase lhe custou a perda do mandato pelo AI-5, quando comparou o arbítrio do presidente Ernesto Geisel, no episódio da cassação do deputado Alencar Furtado, aos desvarios de Idi Amin Dada, o boçal ditador de Uganda. Se a demonstração de autoria consagra ou condena, os arquivos de Ulysses o expõem inapelavelmente. Não há dúvida de que, no mínimo, assumiu sugestões de amigos e correligionários. Gostava de citar, orgulhosamente,

os economistas do PMDB que o aconselhavam: Maria da Conceição Tavares, José Serra, João Manuel Cardoso de Melo, Luís Gonzaga Beluzo, Luciano Coutinho, Bresser Pereira. Mas, quando utilizava as ideias desses acadêmicos, procurava traduzi-las para sua prosa bacharelesca, o que, frequentemente, resultava em interpolações. Muitos colaboradores, em algum momento, ofereceram dados e textos para subsidiar discursos de Ulysses – como Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier, para só citar dois a quem agradeceu formalmente – que quase sempre foram reescritos e adaptados.

Entre seus contemporâneos, ninguém mais que Ulysses teve responsabilidade sobre o que disse e escreveu. Com ele, *ghostwriters* morreriam de fome. Bastavam-lhe revisores. Quando foi presidente da Câmara, em 1985, tinha à sua disposição máquina numerosa e competente de assessores da Mesa. Esses fun-



cionários não esperavam por sua iniciativa. Adiantavam-se a quaisquer efemérides ou pretextos que exigissem uma manifestação do presidente da Casa e redigiam notas, declarações, discursos. Examinei uma pasta graúda contendo esses textos, tão gramaticalmente corretos quanto assépticos em matéria de estilo, conforme o modelo dos *ghostwriters* burocráticos. Conferi que Ulysses quase sempre os desprezou. Não os leu nem os assinou. Ou improvisou – se eram declarações feitas ao Plenário –, abandonando inteiramente a leitura, ou recobriu-os de tantas garatujas que os originais propostos resultaram irreconhecíveis na versão final.

Ulysses Guimarães desenhou seu próprio perfil, e o melhor caminho de encará-lo é transcrevê-lo. A velha fórmula do *par lui même*, que significa encandear e colar seus escritos,

foi o método que adotei para escrever-lhe a biografia (Moisés, codinome Ulysses Guimarães – Companhia das Letras, 1994). Depois de ler os discursos e mergulhar nos arquivos, posso dizer que foi complementar o exaustivo trabalho de entrevistas (comecei ouvindo o próprio Ulysses) e depoimentos (como as deliciosas impressões de sua mulher, D. Mora). Até o levantamento de documentação paralela para situá-lo na vida brasileira, em seus 76 anos de vida, não apresentou revelações importantes. A vida de Ulysses Guimarães está inteira nos seus discursos e escritos. Ele não poupou, nas suas patéticas confissões públicas, nem os sentimentos mais delicados. Como a sublimação da angústia que o invadiu por ter sido ultrapassado em 1984 pelas contingências políticas que asseguraram a Tancredo Neves o lugar de candidato a presidente da República, que julgava lhe pertencer de fato e de direito como chefe da oposição. Ele dizia que não era inveja nem ciúme, mas o irrecusável sentimento de derrota. Tancredo ganhara a vez, não dava para contestar-lhe a vitória. Portanto, restava-lhe reconhecer que o momento era do companheiro e rival. Portanto, podia comandar: Viva o presidente Tancredo Neves!

Ser e não ser

A consciência do papel do Parlamento, o domínio da retórica política e um humilde respeito pela História, deixava-o à vontade para expor-se corajosamente, quando o natural seria resguardar-se. Não fingia superioridade nem se mostrava indiferente se estava frustrado. Pelo contrário. Partia para o ataque, como fez com os jovens deputados do Grupo Autêntico, do MDB, que, no início dos anos 70, mal havia assumido a presidência do partido, tentaram destruí-lo. Ele os desafiou, inspirado na máxima napoleônica: “Tout est perdu. J’attaque”.

A única questão em aberto sobre seu caráter – ou seja, um fato sobre o qual não há

documentação para que seja julgado pela opinião pública – é o episódio da elaboração por deputados e senadores da proposta de uma medida a ser votada pelo Congresso logo após o golpe de 31 de março de 1964. Uma espécie de capitulação da ordem constitucional à situação de fato do golpe militar. Uma alternativa – em linguagem corrente brasileira, um jeitinho parlamentar – que teria evitado o Ato Institucional de 1964, fascista na forma, no conteúdo e na autoria. O fato de haver sido redigido, pessoalmente, pelo notório Francisco Campos, o Chico Ciência, o mesmo autor da Constituição do Estado Novo, de 1937, qualifica-o não só pela competência jurídica como pela perversidade ideológica. Ulysses participou desse grupo de políticos realistas de que faziam parte Bilac Pinto, João Agripino, Daniel Krieger, Adauto Lúcio Cardoso, Martins Rodrigues, Pedro Aleixo, Paulo Sarasate. Reuniram-se no Palácio das Laranjeiras, onde pontificava o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, imaginando que havia sucedido constitucionalmente ao deposto presidente Jango Goulart, sem perceber que o general Costa e Silva e seu autoproclamado Supremo Comando da Revolução cuidavam de implantar a ditadura em que o país mergulharia nos vinte anos seguintes. Desde então, e principalmente quando se tornou presidente do MDB, Ulysses foi perseguido por boatos, periodicamente reanimados, de que os militares desmascarariam, a qualquer momento, seu liberalismo oposicionista. Prometiam divulgar o texto original dessa proposta de ato punitivo, que, tanto como o ato institucional fascista, de que pretendia ser uma alternativa parlamentar, também previa cassações de mandato e suspensão de direitos políticos. Com uma agravante em relação a Ulysses, pessoalmente. Acusavam-no de, para satisfazer a sede moralista e ideológica dos militares, ter proposto punições ainda mais duras que as contidas no ato institucional finalmente editado. A minuta desse ato alternativo, elaborado pelos

políticos, jamais foi publicada nem localizada em nenhum arquivo. Os sete companheiros que compuseram esse grupo de redatores convocados por Mazzilli já haviam morrido, inclusive o próprio Mazzilli, e Ulysses reagia à chantagem negando responsabilidade pessoal por qualquer parte do documento: “Só tenho a dizer que, qualquer crítica que me façam no episódio, minha parte não é superior a um oitavo, pois éramos oito e prevaleceu sempre o consenso”.

Mesmo assim, havia registrado seu álibi. No dia 22 de abril, usou o pretexto de uma saudação ao presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, para referir-se ao assunto. A transcrição taquigráfica, publicada pelo *Diário do Congresso*, sob o título “Mazzilli e o ato institucional”.

Ulysses assumiu tudo o mais que disse ou escreveu. No máximo, fez autocríticas. Penitenciou-se do excesso de prudência responsável pela demora, em 1992, em se engajar no movimento do *impeachment* de Collor, que depois lideraria. Também renegou o entusiasmo apologético com que anunciou e saudou a promulgação da Constituição de 1988, por ele cognominada de Constituição Cidadã, orgulhoso por haver promovido sua elaboração como presidente da Assembleia Constituinte. Antes que se generalizasse a onda reformista, majoritária com o Plano Real e a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1994, começou a admitir equívocos na Constituição de 1988:

Primeiro, a impatriótica estabilidade dos servidores públicos, engessada no art. 18 das Disposições Transitórias. Segundo, a imprevidente admissão das medidas provisórias, do art. 62, que deram privilégios irresponsáveis aos presidentes da República, autorizados a legislar por decreto com instantânea força de lei, durante trinta dias, permitindo-lhes reeditá-las, repetida e ilimitadamente, mesmo que tenham sido recusadas pelo Congresso.

Ideologia e estratégias

Conservador clássico em matéria de pensamento político, o que não significa imobilismo, mas até facilita comportamentos pragmáticos, Ulysses não parecia constrangido por cercar-se de liberais, esquerdistas de todos os matizes, até comunistas, na grande frente oposicionista que liderou durante a ditadura militar. Achava-se herdeiro das habilidades do velho PSD – sua escola de ação política, onde cumpriu todos os estágios de ascensão hierárquica, até tornar-se um dos seus caciques nacionais, ou “cardeais” – e encarava essas alianças como manobras táticas indispensáveis. Sem os comunistas, em 1955, Juscelino Kubitschek não teria vencido as eleições para presidente e, no entanto, quem pode acusar seu governo de comunista? Os pessedistas eram muito ciosos da experiência com o poder e não tinham medo de parcerias, se era

esse o preço a ser pago para alcançá-lo. Daí, sua atuação parlamentar marcada pela controvérsia, pela polêmica, pelo desafio e por aparente ecletismo ideológico. Mas Ulysses sabia o que estava fazendo. Basta ler os seus discursos. Identificado o inimigo, ia ao ataque com vigor. Andava no fio da navalha, para não afugentar aliados, mas não fazia concessões profundas na hora de estabelecer alianças. Além de atento aos limites das parcelas de liderança que confiava às esquerdas do MDB, depois PMDB. Os militares no poder é que não entendiam nada. Desesperados, confundiam as manobras de Ulysses com demagogia, fraqueza de “inocente útil”, falta de discernimento e cumplicidade interesseira para fins eleitorais. Em sua maioria egressos da velha UDN, esqueciam que Ulysses transferiu para o PMDB o estilo e ideologia do PSD do regime da Constituição de 46. Anticomunistas viscerais e enredados em posições fascistas por empresários cavilosos que

se beneficiavam da repressão da ditadura (o maior abuso de medidas de exceção baseadas no AI-5 foi feito justamente na área econômico-financeira, para facilitar negócios) e exploravam a falta de flexibilidade política do regime, os militares não conseguiam entender a temeridade de Ulysses com sua frente ampla tropical. Ouviam de cientistas políticos e historiadores que os comunistas tinham desenvolvido historicamente modelos de frentes populares, que acabavam por controlar.

Indiferente, Ulysses apostava nas artes de raposa da sua aprendizagem pessedista. Achava que as esquerdas trocavam a astúcia pela agressão e eram politicamente incapazes se não tivessem a força, como acontecia nas ditaduras comunistas sob controle soviético. Preocupava-se mais com a competição dos seus próprios companheiros de centrodireita. O futuro deu-lhe razão. Quando caiu a ditadura, ele bancou o Moisés bíblico: havia sido o líder da dura travessia do deserto, mas, na hora de entrar

na Terra Prometida, teve que passar o bastão a Josué. Aliás, Tancredo. Ou, mais precisamente, pelas circunstâncias, Sarney.

Na hora H da virada, não foram os esquerdistas, que lhe disputaram a liderança da oposição, que lhe tomaram as rédeas do poder. Foi a direita, formada em grande parte por ex-aliados da ditadura convertidos à oposição nos estertores finais do regime militar.

O grande momento das Diretas-já

A marcha batida da oposição rumo ao poder – que, sob a liderança de Ulysses, durou quinze anos, de 1970 a 1985 – foi alimentada basicamente por um sentimento meramente intuitivo de esperança. Não houve, durante todo o período, nenhuma análise ou projeto teórico oposicionista que permitisse prever, no tempo, o esgotamento do regime militar. Muito menos planos consistentes de ação a curto, médio e longo pra-



zoz, com a visualização objetiva dos seus efeitos. Tudo aconteceu surpreendentemente, começando pela espetacular derrota eleitoral da Arena, partido governista, nas eleições majoritárias para o Senado, em 1974. As relações de causa e efeito somente puderam ser estabelecidas a posteriori. De fato, naquele ano, ocorreu apenas uma disposição generosa e heroica de Ulysses (e do secretário-geral do MDB na época, deputado Tales Ramalho) de dar um mínimo de organização ao partido e marcar presença junto aos diretórios estaduais, alguns implantados justamente às vésperas das eleições. O regime estava fortíssimo na época – o ex-presidente Médici havia atingido ótimos índices de popularidade e a euforia em torno do Milagre Brasileiro parecia generalizar-se – e dispunha do artifício da sublegenda para somar, a seu favor, os votos dos grupos rivais nos estados e municípios. Esses adversários locais, parcelas da oposição nacional acomodados em várias Arenas, o partido ofi-

cial (Arena 1, Arena 2, Arena 3), substituíam o MDB nos estados, livrando-os do ônus de ser oposição num país sob ditadura. Não perdiam as benesses do poder nem enfrentavam os riscos da má vontade das guarnições militares locais. Quando começou a campanha de 1974, viu-se que a opinião pública não pactuava dessa farsa primária da sublegenda e votou maciçamente no MDB. Mas o poder institucional do regime era tão absoluto, sob o AI-5, que logo veio a reação, com a criação dos senadores biônicos e a decretação de novas leis de exceção – o chamado Pacote de Abril, de 1975.

Por incrível que pareça, a primeira e até então única previsão metódica conhecida sobre o momento fatal da ditadura – mais tarde confirmada – foi feita em 1974 pelo general Golbery do Couto e Silva (1911-1987). Ironicamente, Golbery havia sido um dos principais cabeças do golpe de 1964, criador do SNI e responsável pelas conspirações internas do regime que

fizeram dois presidentes, Geisel e Figueiredo. Transmitida a Ulysses pelo próprio Golbery – num histórico encontro a três, pois também assistido pelo deputado Tales Ramalho, que o havia promovido através de contatos do general Cordeiro de Farias (1901-1981) –, Ulysses não a levou a sério. Manteve a mesma linha de combate que seguia na presidência do PMDB e mais tarde foi acusado de ter aproveitado o conhecimento das indicações que Golbery lhe transmitiu para impedi-las de se cumprirem. Segundo tais acusações, Ulysses orientava-se pela ambição pessoal de poder, já que Golbery – tal como aconteceu – imaginava uma transição suave e naturalmente negociada, hipótese em que seguramente o poder não seria transferido à oposição e, muito menos, ao seu líder e guerreiro mais escrachado. Era evidente que, se transmitissem o poder a Ulysses, configurar-se-ia claramente a capitulação que os militares desejariam, no mínimo, disfarçar.

Pode-se acreditar, porém, na sinceridade do ceticismo de Ulysses quanto às análises e previsões de Golbery, baseadas na autocrítica dos militares e na confiança de que o próprio regime faria a transição para a democracia. As alegadas motivações egoísticas de Ulysses tinham também lastro estratégico, uma vez que um dos cenários cultivados pela oposição era um súbito enfraquecimento do regime, aproveitado arditamente pela oposição. Como aconteceu no episódio das Diretas-já, o melhor ensaio de tomada pacífica do poder em que a oposição usou as regras institucionais da própria ditadura.

Aproveitando a votação de uma emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira (PMDB-Mato Grosso), que estabelecia o fim do Colégio Eleitoral para a escolha do presidente da República que substituiria o general João Figueiredo em 1985, as oposições promoveram uma campanha nacional por sua aprovação.

Iniciado timidamente – já havia se tornado rotina o PMDB fazer campanhas nacionais para aproveitar a votação de emendas desse tipo, como a proposta de eleições diretas para prefeito das capitais, que a ditadura havia tornado cargo de nomeação pelos governadores –, o movimento das Diretas-já levantou o país. Não chegou a concretizar a “autonomia das ruas”, como exagerava o senador Teotônio Vilela (1917-1983), considerando-a uma manifestação revolucionária, mas um sinal de que a ditadura já não exprimia qualquer parcela da sociedade brasileira, nem mesmo os quartéis. Os comícios nas capitais se sucediam (a oposição já controlava os governos estaduais de São Paulo, Minas, Paraná e Rio de Janeiro) e chegam a reunir um milhão de pessoas na Candelária, Rio de Janeiro, e um milhão e setecentos mil no Anhangabaú, São Paulo. O movimento tem cor – todos usam amarelo; um locutor oficial, Osmar Santos, no auge da sua popularidade como narrador esportivo; o próprio Hino Nacional adquire o tom revolucionário da Marselhesa, puxado ao fim das manifestações pela cantora Fafá de Belém; Ulysses Guimarães é aclamado em toda parte como *Senhor Diretas*.

Tardiamente, o governo reage à avalanche. Para pressionar o Congresso, decreta medidas de emergência em Brasília e cidades vizinhas, sendo nomeado executor militar o general Newton Cruz, antigo chefe da agência central do SNI e que comete desatinos na tentativa de intimidar as manifestações.

Finalmente, no dia 25 de abril de 1984, o Congresso se reúne para votar a Emenda das Diretas-já, que precisava de dois terços dos votos da Câmara e do Senado para estabelecer que o futuro presidente da República, sucessor do general Figueiredo, seria eleito pelo voto direto, no dia 15 de novembro de 1984.

A votação começa pela Câmara e o placar é espantoso: 298 *sins* e apenas 65 *nãos*. Faltam, no entanto, 27 votos sim para atingir



o quórum de 325 votos, exigido para a aprovação de emendas constitucionais. A Emenda das Diretas-já é derrotada e nem vai ser submetida ao Senado. Em consequência, a sucessão presidencial, ainda uma vez, será decidida através do Colégio Eleitoral.

Imbatível se as eleições fossem diretas, Ulysses estaria fatalmente alijado da disputa. O *Senhor Indiretas* era outro. O governador de Minas, Tancredo Neves (1910-1985), finalmente eleito no dia 15 de janeiro de 1985, pelo Colégio Eleitoral. Placar: Tancredo, 480 votos; Maluf, 180.

Tancredo não tomará posse, mas é de Ulysses Guimarães a voz (institucionalmente, como presidente da Câmara; politicamente, como presidente do PMDB) de serenidade e esperança que paira sobre a tragédia da morte de Tancredo Neves e assegura ao vice eleito, José Sarney, condições para se consolidar na Presidência da República.

Recusando-se a assumir a Presidência da República no dia 15 de março – conforme oferta de Figueiredo, disposto a lhe passar a faixa presidencial, que não queria, por capricho, passar a Sarney, antigo aliado –, Ulysses disse que não aceitou a oferta por duas razões siamesas: a vez era, constitucionalmente, de Sarney e não seria ele, Ulysses, quem violaria as regras constitucionais. Foi, sem dúvida, sua maior chance de ter o poder, mas, se tivesse sucumbido à tentação, teria dado um golpe, comprometido irreversivelmente sua biografia de legalista e homem de Direito. Ele preferiu manter a coerência.

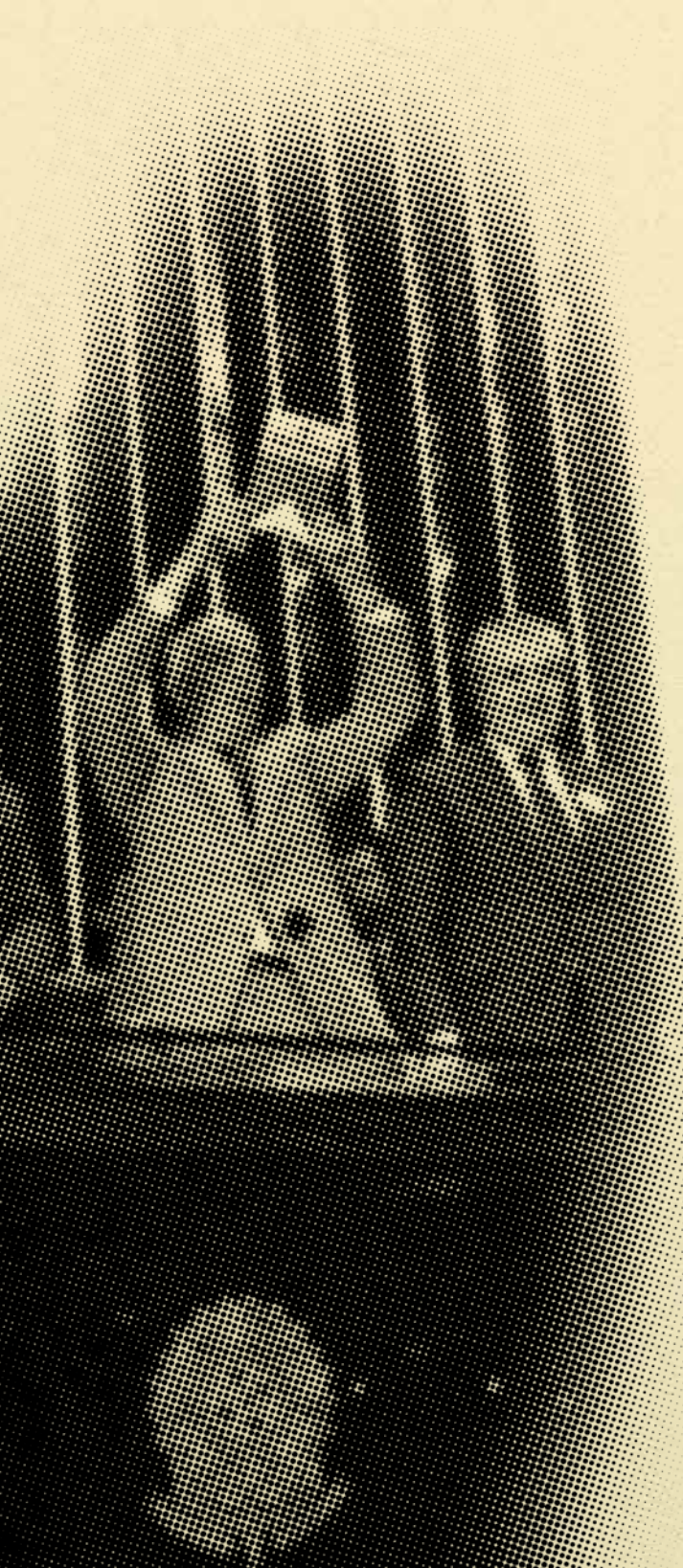
A campanha das Diretas-já não rendeu discursos antológicos. Os oradores precisavam falar pouco, pois eram muitos e o pique nos comícios devia corresponder à transmissão ao vivo de um flagrante pelo Jornal Nacional da TV Globo; o que se dissesse era abafado pelas palavras de ordem; pelo grito de “Diretas-já!” e até pela simples leitura do art. 1º, § 1º, da Consti-

tuição, “Todo o poder emana do povo...”, como fez o jurista Sobral Pinto (1893-1989) no comício da Candelária. Mas os discursos de Ulysses Guimarães a propósito da morte de Tancredo seriam memoráveis.

“ **Baioneta não é voto, cachorro não é urna.**”

De todas as frases que Ulysses produziu e episódios que protagonizou como líder da oposição, nenhum foi mais emblemático e melhor sintetizado – num texto curto, completo e bem escrito do jornalista e ex-deputado Sebastião Néri, que o publicou na *Folha de S. Paulo* – do que seu desafio à Polícia Militar da Bahia na noite de 16 de maio de 1978.

O próprio Ulysses adotou a crônica de Néri como prefácio para seu livro *Rompendo o cerco* (Editora Paz e Terra, 1978). Estava em Salvador uma delegação itinerante do PMDB composta por Ulysses, Tancredo Neves (então deputado), Freitas Nobre (líder do MDB na Câmara) e Saturnino Braga (senador pelo estado do Rio). Hospedados no Hotel Praia-Mar, receberam a angustiada visita da direção baiana do MDB, trazendo notícia da notificação recebida da polícia de que não seria permitida a reunião do partido para o lançamento dos candidatos da oposição baiana ao Senado. Havia de fato uma portaria do ministro da Justiça proibindo comícios em praça pública, mas a reunião programada pelo MDB baiano se realizaria em recinto fechado, na sede do partido, Praça Dois de Julho, no Campo Grande. A proibição, concluiu Ulysses, era uma arbitrariedade e ele não iria aceitá-la. Segundo Néri, “Ulysses esfregou as mãos na testa larga, desceu-as pelos olhos fechados, levantou-se e anunciou: Vou entrar de qualquer jeito. Vamos entrar. É uma arbitrariedade sem limites”. Quando chegaram à Praça Dois de Julho, saltaram em frente ao Teatro Castro Alves, defronte à sede do MDB:



A praça era um campo de batalha – recorda Néri:

“**quinhentos homens com fuzil com baioneta calada; 28 caminhões de transporte; dezenas de patrulhas, grossas cordas amarradas nos coqueiros em torno de toda a praça. Ulysses olhou, meditou, comandou: ‘Vamos rápido, sem conversar.’**”

Todo o grupo – a comitiva do MDB nacional, mais os líderes baianos, Rômulo de Almeida e Hermógenes Príncipe, candidatos ao Senado – o seguiu. Continua Néri:

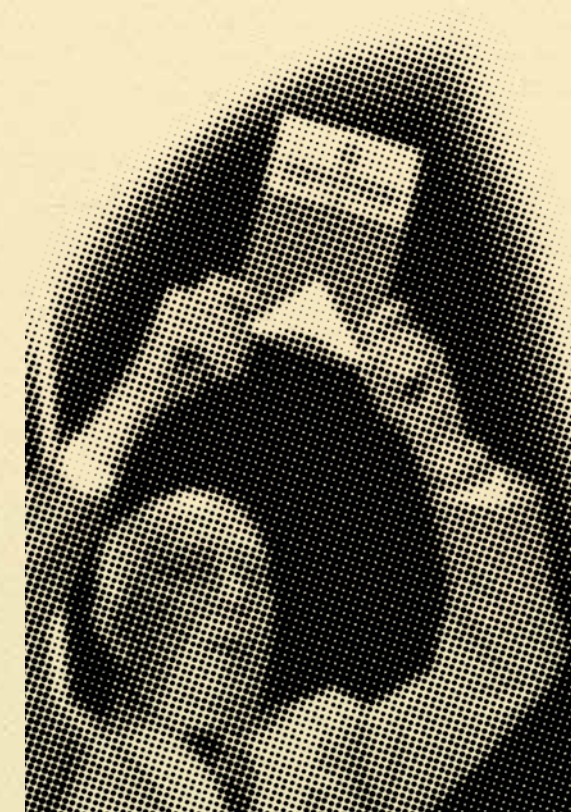
“**Quando o grupo se aproximou, um oficial gritou: ‘Parem, parem!’ Ulysses levantou o braço e gritou mais alto: ‘Respeitem o líder da oposição’. Meteu a mão no cano do fuzil, jogou-o para o lado, atravessou. Tancredo meteu o braço em outro, passou. O grupo foi em frente. Três imensos cães saltam sobre Ulysses. Freitas Nobre dá um pontapé na boca de um. Rômulo de Almeida defende-se de outro.**”

Todos entram na sede do MDB, vão para as sacadas, os alto-falantes são ligados com a boca para a rua e começa um comício com quatorze oradores – depois saíam em passeata com as ruas desimpedidas pela PM, que se recolheu desmoralizada –, encerrado por Ulysses, que exortava: “Soldados da minha pátria, baioneta não é voto, cachorro não é urna”.

Cenas, personagens e datas

Dificuldade idêntica àquela que impedia os militares de avaliar, na época, as suas manobras como líder da oposição à ditadura podem confundir quem hoje lê os seus textos. No lugar da paranoia que no passado dominava os malogrados militares, agora o risco é a desinformação, que confunde a maioria das análises sobre a

atuação de Ulysses. Tudo deriva do fato de que os discursos parecem monólogos, imperativos, solenes, presunçosos, autossuficientes, quando na verdade eram réplicas, tréplicas, tiros de dissuasão ou mesmo “abertura de barragem de fogos”, como se deflagravam as velhas batalhas. Deslocados da contingência em que foram pronunciados e apesar da carga de dramaticidade que contêm, mesmo os que resistem como forma – alguns são verdadeiras obras-primas da arte do discurso –, perdem muito do colorido, da ironia, do oportunismo originais. Até o sentido das metáforas corre o risco de se diluir, sem achegas históricas que os situem. É uma pena que, pelas circunstâncias e limitações deste volume, tenhamos sido obrigados a pequenas ementas, quando o ideal era dar a cada peça o acompanhamento de reconstituições, ilustrações, longas notas sobre a realidade do momento. Não fomos além de atribuir títulos, aplicando a técnica das manchetes, e oferecer indicações sumárias. **Mas a maior parte dos discursos ganharia sabor especial se conhecidas suas motivações ou as reações que provocaram. Sendo impossível reconstituir tiroteios verbais – ou, no caso de Ulysses Guimarães, a verdadeira avalanche de ações jurídicas, parlamentares, eleitorais que foram seus quinze anos, entre 1970 e 1985, de combate à ditadura como presidente da oposição –, é indispensável que a imaginação do leitor reconstitua quadro a quadro os cenários.** O papel pujante do orador parlamentar, assim transcrito, sem o apoio do som, da imagem e, principalmente, das reações das plateias, não pode ser dissociado do panorama em que produziu suas exortações, imprecações, arengas e protestos. O que parece orações gratulatórias ou meras celebrações de efemérides foram sempre pretextos ardilosos para convidar à resistência, à desobediência civil, à organização da sociedade, à indignação consequente. Nem necrológios eram isentos de recados políticos, e os militares



se irritavam porque a censura era driblada. Ou seja, a peça isolada, suspeita de gratuidade ou literatice, panfletarismo ou messianismo, desde que situada no tempo, no espaço, na verdade é um documento oportuno, funcional e pujante.

Temos o caso exemplar do discurso conhecido como “Navegar é preciso”. Uma expressão poética (retirada, sob forma de verso, de um fado de Caetano Veloso, que o havia colhido de um texto épico de Fernando Pessoa, que, por sua vez, já o transcrevera das *Vidas paralelas*, de Plutarco) ganha um novo sentido quando Ulysses o declama da tribuna da Convenção Nacional do MDB, na tarde de 22 de setembro de 1973:

“**Navegar é preciso.
Viver não é preciso.**”

A citação transformou-se em slogan quixotesco da oposição, infundindo ânimo aos



que se opunham à ditadura. Foi tomado como expressão de desprezo à vitória da violência e da prepotência do regime militar. Significava que, mesmo derrotada, a anticandidatura de Ulysses à Presidência da República era um momento de triunfo na luta pela democracia. A vitória moral, politicamente inconsequente numa disputa de poder, foi aceita pela nação. O importante era lutar; vencer era secundário. O impacto popular dessa mensagem de otimismo para uma sociedade subordinada ao regime absolutista do AI-5 (o Ato Institucional nº 5, edito perverso do general Costa e Silva, de 1968, que punha privativamente nas mãos dos eventuais generais-presidentes poderes de fazer e desfazer tudo, até a Constituição, sem apreciação pelo Judiciário) pode ter sido responsável pelo vigor com que o eleitorado, até então complacente com a ditadura, votou nos candidatos da oposição nas eleições diretas de 1974. Pela primeira vez, o MDB derrotou a Arena pelo voto majoritário (nas eleições para o Senado) e não há dúvida de que os efeitos mágicos do “Navegar é preciso” influenciaram na campanha.

Esta é a parte épica da oratória de Ulysses Guimarães. Aquela que o inscreve na História entre as grandes vozes da consciência democrática brasileira.

Lacerda como referência

Não é justo, porém, esquecer o virtuosismo com que Ulysses praticava a rotina parlamentar, a sagacidade das intervenções em plenário, dos apartes e contra-apartes, especialmente das falas da presidência (que ele exerceu por seis anos, o que o torna recordista em tempo de ocupação da Presidência da Câmara dos Deputados). ***Há muito humor, elegância, criatividade, domínio e correção da língua em tudo quanto dizia nos embates parlamentares. Há, principalmente, habilidade. Nada de inconsequências ou precipitações, porque a oratória parlamentar de Ulysses era objetiva e funcional.***

Não ter sido esmagado por Carlos Lacerda, que ao eleger-se deputado federal pela primeira vez, em 1954, levou para a tribuna parlamentar seu vigor de polemista insuperável, foi uma das proezas de Ulysses na sua primeira passagem pela Presidência da Câmara, nos anos 50. Já haviam se defrontado como simples deputados em debates sobre projetos que opunham UDN x PSD, mas os melhores momentos ocorreram entre Ulysses, presidente da Câmara, e Lacerda, líder da oposição. Mesmo assim,

mantiveram-se cordiais e respeitosos. Foi Lacerda quem botou o apelido de Ramsés III em Ulysses, que, por sua vez, presidiu, com isenção e firmeza, a histórica votação em que a Câmara negou a perda de imunidade a Lacerda para um processo político pretendido pelo general Lott, durante o governo JK.

Quando assumiu pela primeira vez a Presidência da Câmara em março de 1956 – com Juscelino Kubitschek iniciando seu governo –, ainda estavam muito vivas as cicatrizes do contragolpe de 11 de novembro de 1955, que garantiu a posse de JK, ameaçada por uma conspiração udenista. Tanto que Ulysses recebeu a presidência do deputado Flores da Cunha, vice-presidente, que havia assumido no lugar do mineiro Carlos Luz.

No seu discurso de posse, porém, dá um jeito de anunciar sua disposição de comportar-se com isenção:

“ ***Tendo sido sempre fiel ao meu partido, por obediência ao imperativo até de teor moral da disciplina, irei honrá-lo no exercício desta presidência sendo sinceramente fiel ao Regimento.***”

Dona Mora e o eterno recomeçar

Embora tenha citado várias vezes o mito de Sísifo para demonstrar a condenação que o regime militar impunha à oposição, obrigando-a a retornar ao ponto original a cada avanço que realizava, Ulysses nunca teve dúvidas de que, em algum momento, tais tentativas vingariam. O seu Sísifo sem o desespero, que significava esvaziar o mito grego da carga trágica, impunha-lhe um eterno recomeçar revigorado e confiante. O que valia tanto para o partido que liderava (MDB, depois PMDB) como para sua vida pessoal.

Com o apoio compreensivo da companheira, D. Mora (que na verdade se chamava

Ida e que nunca se envolveu ou deu palpites decisivos na vida do marido), Ulysses não se deixava abater, por mais que os fatos prescrevessem abatimento.

Quando se casaram, em fevereiro de 1955, Ulysses já era deputado federal, tinha 38 anos (ela, 34, viúva), e nunca estavam juntos nas campanhas. Mora ficava na retaguarda, não participava, mas tinha papel decisivo na recuperação do humor do marido depois das *débâcles*, que não foram poucas.

Por exemplo, em 1958, Ulysses chegou a ser escolhido pelo PSD como candidato





a governador de São Paulo, mas foi obrigado a desistir porque Juscelino (cuja campanha para presidente, em 1955, havia coordenado no estado) preferiu fazer um acordo de não beligerância com Jânio Quadros e o abandonou sem apoio e sem meios. Uma humilhação – aliviada porque a candidatura não chegou a ser registrada na Justiça Eleitoral – que Ulysses deu por superada reelegendo-se deputado federal.

Em 1964, militares exaltados e preconceituosos usaram IPMs e a Comissão Geral de Investigação em tentativas para comprometer Ulysses. Chegaram a pedir sua cassação, recusada pelo presidente Castelo Branco. Enquanto esperava a cada dia receber a notícia da cassação, Ulysses saía todas as noites e D. Mora recordava que nunca foram tanto ao teatro, cinema e restaurantes.

No dia seguinte à sua espetacular derrota nas eleições presidenciais, em 1989, Ulysses

se acordou como se nada tivesse acontecido e disposto a iniciar a campanha pelo parlamentarismo, cujo fracasso no plebiscito a morte poupou-o de assistir.

D. Mora surge na cena política a partir da campanha das Diretas-já, em 1984, e, a partir daí, nunca mais deixa de acompanhar Ulysses nas suas movimentações. Em 1985, muda-se para Brasília (há 25 anos Ulysses vivia na ponte aérea entre Brasília e São Paulo, dividindo apartamentos com amigos, como o senador Néelson Carneiro) e torna-se rapidamente uma personagem da capital federal.

No dia 12 de abril de 1989, ela está nas primeiras páginas dos jornais. É a personagem central de reportagens que descrevem sua reação desafiadora aos governadores do PMDB que foram ao apartamento de Ulysses para anunciar-lhe que não o apoiariam como candidato à Presidência da República. Sentada ao lado do

marido, sem dizer uma palavra, ela encara um por um os governadores que falam, e seu olhar relembra-lhes as bajulações que ouviu dos mesmos, noutros tempos, quando precisaram do prestígio de Ulysses para se elegerem. O olhar acusador de D. Mora fez história, tanto como sua famosa frase, quando Ulysses, irônico, perguntou-lhe porque não mandou servir bebida, nem um cafezinho, aos visitantes:

“ Em São Paulo, só servimos café aos amigos.”

Em seguida, engajou-se na malograda campanha eleitoral.

Na última ação política de Ulysses, liderando o movimento pelo *impeachment* de Collor, D. Mora assistiu com ele à memorável

sessão do Supremo Tribunal Federal que recusou o recurso judicial do ex-presidente.

Unidade na multiplicidade

Quem conheceu Ulysses experimentou sua estranha capacidade de ser um só, quaisquer que fossem as circunstâncias. Na tribuna e na descontração da intimidade, mudavam os temas, a linguagem (ele fazia questão dos rituais, dos solenes protocolos aos testemunhos carinhosos da amizade), mas o espírito era o mesmo. O *Doutor Ulysses* mitológico da luta contra a ditadura; da campanha das Diretas-já; das múltiplas presidências – da Câmara, da Constituinte, do PMDB e da República –, que, num certo momento, chegaram a ser quatro, acumuladas; da doença depressiva de que ressuscitou espantosamente; da acachapante derrota nas eleições presidenciais de 1990; na sua última façanha, como *Doutor Impeachment* (quando comandou a derrubada do presidente Collor); ele foi sempre o mesmo. Não mudava nada. Nas cartas à mãe e ao pai – que se sacrificaram para educá-lo; das atividades como acadêmico de Direito; na intimidade com jornalistas, de quem se tornava amigo dedicado; no contato com cabos eleitorais e eleitores; nas escaramuças com adversários e nas disputas com companheiros (e nenhuma mais divertida, dura e elegante como a que travou com o presidente Sarney), era sempre o mesmo. Em resposta a Collor, que o chamou de velho, bonifrate: “Velho, sim; velhaco, não”. Mas toda a graça, se lhe concederem, ou caráter, se quiserem qualificá-lo com rigor, está num dos seus pareceres como membro da Comissão de Justiça da Câmara, em 1960. Questionava-se a concessão de um auxílio federal de dez milhões de cruzeiros para a realização do VII Congresso Eucarístico Nacional. Havia quem



contestasse a constitucionalidade do favor aos católicos. O parecer de Ulysses concluiu:

“**Não se justifica a interpretação extremada que afirma que, entre nós, o Estado seja agnóstico ou ateu. Ou ainda mais que isso: que seja hostil, contra a religião. A verdade histórica, social e constitucional é muito outra: o Estado brasileiro, frente aos cultos, é neutro, mas não é incrêuo; é imparcial, mas não é ímpio; não é indiferente às práticas morais, caritativas, assistenciais e educacionais que a fé exercita, porque sabiamente as encoraja.**”

A subvenção foi aprovada.

Corte biográfico

O melhor Ulysses está contido na sua oratória e textos. Quando escrevi sua biografia, esqueci os critérios convencionais e decidi-me por um corte arbitrário e ousado. Comecei a contar a história da sua vida a partir de dezembro de 1954, quando já era deputado federal, tinha 38 anos e vivia no Rio de Janeiro, então capital federal. Foi a partir daí que a vida de Ulysses Guimarães passou a apresentar real interesse público. Deixei para trás a infância, a juventude – os tempos, que tanto gostava de valorizar, da Faculdade de Direito, as experiências literárias e até sua passagem pela Assembleia Legislativa

de São Paulo, onde liderou uma tentativa de *impeachment* contra o governador Ademar de Barros. Reduzi esses registros a um apêndice – sob o título Biografia Linear – no final do meu livro. Esta antologia demonstra as razões que fundamentaram a decisão e que ele mesmo admitia, fixando o momento – dia, hora e local – em que fez a opção pela grande política e nasceu como homem público, o estadista, seu grande objetivo de realização humana até a morte.

Uma última indicação preciosa. Não adianta tentar encontrar Ulysses Guimarães fora dos cenários parlamentares. A política era sua razão de viver e nunca lhe importaram dinheiro, patrimônio, luxo, riqueza e outras ten-

tações que costumam desviar os políticos e das quais se preveniu elegendo como divisa este verso de Cervantes:

“*Construí uma muralha
entre meus apetites e minha
honestidade*”

(Don Quixote de la Mancha, capítulo 44, parte II).

Brasília, agosto de 1996.

Luiz Gutemberg ■

(Texto extraído do livro “*Perfis Parlamentares – Ulysses Guimarães*”; 2ª edição; publicado pela Câmara dos Deputados)

*Câmara dos Deputados - Departamento
de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História - Série Brasileira*

Discurso proferido na sessão de 5 de outubro de 1988.

*(Publicado no DANC de 5 de outubro
de 1988, p. 14380-14382)*

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) – Exmo. Sr. Presidente da República, José Sarney; Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Humberto Lucena; Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Rafael Mayer; Srs. membros da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte; eminente Relator Bernardo Cabral; (palmas) preclaros Chefes do Poder Legislativo de nações amigas; insignes Embaixadores, saudados no deca-no D. Carlo Furno; Exmos. Srs. Ministros de Estado; Exmos. Srs. Governadores de Estado; Exmos. Srs. Presidentes de Assembleias Legislativas; dignos Líderes partidários; autoridades civis, militares e religiosas, registrando o comparecimento do Cardeal D. José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília, e de D. Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB; prestigiosos Srs. Presidentes de confederações, Sras. e Srs. Constituintes; minhas senhoras e meus senhores:

Estatuto do Homem, da Liberdade e da Democracia.

Dois de fevereiro de 1987: “Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar.” São palavras constantes do

discurso de posse como Presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou. (Palmas.)

A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos poderes, mudou restaurando a Federação, mudou quando quer mudar o homem em cidadão, e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa. (Palmas.)

Num país de 30.401.000 analfabetos, afrontosos 25% da população, cabe advertir: a cidadania começa com o alfabeto.

Chegamos! Esperamos a Constituição como o vigia espera a aurora.

Bem-aventurados os que chegam. Não nos desencaminhamos na longa marcha, não nos desmoralizamos capitulando ante pressões aliciadoras (palmas) e comprometedoras, não desertamos, não caímos no caminho. Alguns a fatalidade derrubou: Virgílio Távora, Alair Ferreira, Fábio Lucena, Antonio Farias e Norberto Schwantes. (Palmas.)

Pronunciamos seus nomes queridos com saudade e orgulho: cumpriram com o seu dever.

A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo. (Palmas.)

A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma.

Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. (Palmas.) Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. (Muito bem! Palmas.) Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério. (Muito bem! Palmas.)

A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia.

Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. (Muito bem! Palmas prolongadas.) Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações, principalmente na América Latina. (Palmas.)

Assinalarei algumas marcas da Constituição que passará a comandar esta grande Nação.

A primeira é a coragem. A coragem é a matéria-prima da civilização. Sem ela, o dever e as instituições perecem. Sem a coragem, as demais virtudes sucumbem na hora do perigo. Sem ela, não haveria a cruz, nem os evangelhos.

A Assembleia Nacional Constituinte rompeu contra o establishment, investiu contra a inércia, desafiou tabus. Não ouviu o refrão saudosista do velho do Restelo, no genial canto de Camões. Suportou a ira e perigosa campanha mercenária dos que se atreveram na tentativa de aviltar legisladores em guardas de suas burras abarrotadas com o ouro de seus privilégios e especulações. (Muito bem! Palmas.)

Foi de audácia inovadora a arquitetura da Constituinte, recusando anteprojeto forâneo ou de elaboração interna.

O enorme esforço é dimensionado pelas 61.020 emendas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de 1 milhão de assinaturas, que foram apresentadas, publicadas, distribuídas, relatadas e votadas, no longo trajeto das subcomissões à redação final.

A participação foi também pela presença, pois diariamente cerca de 10 mil postulantes franquearam, livremente, as 11 entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento, na procura dos gabinetes, comissões, galerias e salões.

Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiros, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar. Como o caramujo, guardará para sempre o bramido das ondas de sofrimento, esperança e reivindicações de onde proveio. (Palmas.)

A Constituição é caracteristicamente o estatuto do homem. É sua marca de fábrica.

O inimigo mortal do homem é a miséria. O estado de direito, conseqüente da igualdade, não pode conviver com estado de miséria. Mais miserável do que os miseráveis é a sociedade que não acaba com a miséria. (Palmas.)

Tipograficamente é hierarquizada a precedência e a preeminência do homem, colocando-o no umbral da Constituição e catalogando-lhe o número não superado, só no art. 5º, ocupam-se de 77 incisos e 104 dispositivos.

Não lhe bastou, porém, defendê-lo contra os abusos originários do Estado e de outras procedências. Introduziu o homem no Estado, fazendo-o credor de direitos e serviços, cobráveis inclusive com o mandado de injunção.

Tem substância popular e cristã o título que a consagra: “a Constituição cidadã”. (Palmas.)

Vivenciados e originários dos Estados e Municípios, os Constituintes haveriam de ser fiéis à Federação. Exemplarmente o foram. (Palmas.)

No Brasil, desde o Império, o Estado ultraja a geografia. Espantoso despautério: o Estado contra o País, quando o País é a geografia, a base física da Nação, portanto, do Estado.

É elementar: não existe Estado sem país, nem país sem geografia. Esta antinomia é fator de nosso atraso e de muitos de nossos problemas, pois somos um arquipélago social, econômico, ambiental e de costumes, não uma ilha.

A civilização e a grandeza do Brasil percorreram rotas centrífugas e não centrípetas.

Os bandeirantes não ficaram arranhando o litoral como caranguejos, na imagem pitoresca mas exata de Frei Vicente do Salvador. Cavalgaram os rios e marcharam para o oeste e para a História, na conquista de um continente.

Foi também indômita vocação federativa que inspirou o gênio do Presidente Juscelino Kubitschek, (palmas) que plantou Brasília longe do mar, no cora-

ção do sertão, como a capital da interiorização e da integração.

A Federação é a unidade na desigualdade, é a coesão pela autonomia das províncias. Comprimidas pelo centralismo, há o perigo de serem empurradas para a secessão.

É a irmandade entre as regiões. Para que não se rompa o elo, as mais prósperas devem colaborar com as menos desenvolvidas. Enquanto houver Norte e Nordeste fracos, não haverá na União Estado forte, pois fraco é o Brasil. (Palmas.)

As necessidades básicas do homem estão nos Estados e nos Municípios. Neles deve estar o dinheiro para atendê-las.

A Federação é a governabilidade. A governabilidade da Nação passa pela governabilidade dos Estados e dos Municípios. (Palmas.) O desgoverno, filho da penúria de recursos, acende a ira popular, que invade primeiro os paços municipais, arranca as Sgrades dos palácios e acabará chegando à rampa do Palácio do Planalto. (Palmas.)

A Constituição reabilitou a Federação ao alocar recursos ponderáveis às unidades regionais e locais, bem como ao arbitrar competência tributária para lastrear-lhes a independência financeira.

Democracia é a vontade da lei, que é plural e igual para todos, e não a do príncipe, que é unipessoal e desigual para os favorecimentos e os privilégios.

Se a democracia é o governo da lei, não só ao elaborá-la, mas também para cumpri-la, são governo o Executivo e o Legislativo.

O Legislativo brasileiro investiu-se das competências dos Parlamentos contemporâneos.

É axiomático que muitos têm maior probabilidade de acertar do que um só. O governo associativo e gregário é mais apto do que o solitário. Eis outro imperativo de governabilidade: a coparticipação e a corresponsabilidade.

Cabe a indagação: instituiu-se no Brasil o tricameralismo ou fortaleceu-se o unicameralismo, com as numerosas e fundamentais atribuições cometidas ao Congresso Nacional? A resposta virá pela boca do tempo. Faço votos para que essa regência trina prove bem.

Nós, os legisladores, ampliamos nossos deveres. Teremos de honrá-los. A Nação repudia a preguiça, a negligência, a inépcia. (Palmas.) Soma-se à nossa atividade ordinária, bastante dilatada, a edição de 56 leis complementares e 314 ordinárias. Não esqueçamos que, na ausência de lei complementar, os cidadãos poderão ter o provimento suplementar pelo mandado de injunção.

A confiabilidade do Congresso Nacional permite que repita, pois tem pertinência, o slogan: “*Vamos votar, vamos votar*”, (palmas) que integra o folclore de nossa prática constituinte, reproduzido até em horas de diversão e em programas humorísticos.

Tem significado de diagnóstico a Constituição ter alargado o exercício da democracia, em participativa além de representativa. É o clarim da soberania popular e direta, tocando no umbral da Constituição, para ordenar o avanço no campo das necessidades sociais.

O povo passou a ter a iniciativa de leis. Mais do que isso, o povo é o superlegislador, habilitado a rejeitar, pelo referendo, projetos aprovados pelo Parlamento.

A vida pública brasileira será também fiscalizada pelos cidadãos. Do Presidente da República ao Prefeito, do Senador ao Vereador.

A moral é o cerne da Pátria.

A corrupção é o cupim da República. (Palmas.) República suja pela corrupção impune tomba nas mãos de demagogos, que, a pretexto de salvá-la, a tiranizam.

Não roubar, não deixar roubar, pôr na cadeia quem roube, eis o primeiro mandamento da moral pública. (Muito bem! Palmas.)

Pela Constituição, os cidadãos são poderosos e vigilantes agentes da fiscalização, através do mandado de segurança coletivo; do direito de receber informações dos órgãos públicos, da prerrogativa de petição aos poderes públicos, em defesa de direitos contra ilegalidade ou abuso de poder; da obtenção de certidões para defesa de direitos; da obtenção de certidões para defesa de direitos; da ação popular, que pode ser proposta por qualquer cidadão, para anular ato lesivo ao patrimônio público, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico, isento de custas judiciais; da fiscalização das contas dos Municípios por parte do contribuinte; podem peticionar, reclamar, representar ou apresentar queixas junto às comissões das Casas do Congresso Nacional; qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato são partes legítimas e poderão denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União, do Estado ou do Município. A gratuidade facilita a efetividade dessa fiscalização.

A exposição panorâmica da lei fundamental que hoje passa a reger a Nação permite conceituá-la, sinoticamente, como a Constituição coragem, a Constituição cidadã, a Constituição federativa, a Constituição representativa e participativa, a Constituição do Governo síntese Executivo-Legislativo, a Constituição fiscalizadora.

Não é a Constituição perfeita. Se fosse perfeita, seria irreformável. Ela própria, com humildade e realismo, admite ser emendada, até por maioria mais acessível, dentro de 5 anos.

Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira, desbravadora. Será luz, ainda que de lamparina, na noite dos desgraçados. É caminhando que se abrem os caminhos. Ela vai caminhar e abri-los. Será redentor o caminho que penetrar nos bolsões sujos, escuros e ignorados da miséria.

Recorde-se, alvissareiramente, que o Brasil é o quinto país a implantar o instituto moderno da seguridade, com a integração de ações relativas à saúde, à previdência e à assistência social, assim como a universalidade dos benefícios para os que contribuam ou não, além de beneficiar 11 milhões de aposentados, espoliados em seus proventos. (Palmas.)

É consagrador o testemunho da ONU de que nenhuma outra Carta no mundo tenha dedicado mais espaço ao meio ambiente do que a que vamos promulgar.

Sr. Presidente José Sarney: V.Exa. cumpriu exemplarmente o compromisso do saudoso, do grande Tancredo Neves, de V.Exa. e da Aliança Democrática ao convocar a Assembleia Nacional Constituinte. A Emenda Constitucional no 26 teve origem em mensagem do Governo, de V.Exa., vinculando V.Exa. à efemeridade que hoje a Nação celebra.

Nossa homenagem ao Presidente do Senado, Humberto Lucena, atuante na Constituinte pelo seu trabalho, seu talento e pela colaboração fraterna da Casa que representa.

Sr. Ministro Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal, (palmas) saúdo o Poder Judiciário na pessoa austera e modelar de V.Exa.

O imperativo de “Muda, Brasil”, desafio de nossa geração, não se processará sem o consequente “Muda, Justiça”, (palmas) que se instrumentalizou na Carta Magna com a valiosa contribuição do poder chefiado por V.Exa. Cumprimento o eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, que, em histórica sessão, instalou em 1º de fevereiro de 1987 a Assembleia Nacional Constituinte.

Registro a homogeneidade e o desempenho admirável e solidário de seus altos deveres, por parte dos dignos membros da Mesa Diretora, condôminos imprescindíveis de minha Presidência.

O Relator Bernardo Cabral foi capaz, (palmas) flexível para o entendimento, mas irremovível nas posições de defesa dos interesses do País. O louvor da Nação aplaudirá sua vida pública.

Os Relatores Adjuntos, José Fogaça, Konder Reis e Adolfo Oliveira, (palmas) prestaram colaboração unanimemente enaltecida. Nossa palavra de sincero e profundo louvor ao mestre da língua portuguesa Prof. Celso Cunha, por sua colaboração para a escorreita redação do texto.

O Brasil agradece pela minha voz a honrosa presença dos prestigiosos dignitários do Poder Legislativo do continente americano, de Portugal, da Espanha, de Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Príncipe e Cabo Verde. (Palmas.) As nossas saudações. (Palmas prolongadas.)

Os Srs. Governadores de Estado e Presidentes das Assembleias Legislativas dão realce singular a esta solenidade histórica.

Os Líderes foram o vestibular da Constituinte. Suas reuniões pela manhã e pela madrugada, com autores de emendas e interessados, disciplinaram, agilizaram e qualificaram as decisões do Plenário. Os Anais guardarão seus nomes e sua benemérita faina. (Palmas.)

Cumprimento as autoridades civis, eclesíásticas e militares, integrados estes com seus chefes, na missão, que cumprem com decisão, de prestigiar a estabilidade democrática.

Nossas congratulações à imprensa, ao rádio e à televisão. (Palmas.) Viram tudo, ouviram o que quiseram, tiveram acesso desimpedido às dependências e documentos da Constituinte. Nosso reconhecimento, tanto pela divulgação como pelas críticas, que documentam a absoluta liberdade de imprensa neste País.

Testemunho a coadjuvação diuturna e esclarecida dos funcionários e as-

sessores, (muito bem! palmas) abraçando-os nas pessoas de seus excepcionais chefes, Paulo Affonso Martins de Oliveira e Ademar Sabino. (Muito bem! Palmas.)

Agora conversemos pela última vez, companheiras e companheiros constituintes.

A atuação das mulheres nesta Casa foi de tal teor (palmas prolongadas), que, pela edificante força do exemplo, aumentará a representação feminina nas futuras eleições.

Agradeço a colaboração dos funcionários do Senado – da Gráfica e do Prodasen.

Agradeço aos Constituintes a eleição como seu Presidente e agradeço o convívio alegre, civilizado e motivador. Quanto a mim, cumpriu-se o magistério do filósofo: o segredo da felicidade é fazer do seu dever o seu prazer. (Palmas.)

Todos os dias, meus amigos constituintes, quando divisava, na chegada ao Congresso, a concha côncava da Câmara rogando as bênçãos do céu, e a convexa do Senado ouvindo as súplicas da terra, (palmas) a alegria inundava meu coração. Ver o Congresso era como ver a aurora, o mar, o canto do rio, ouvir os passarinhos.

Sentei-me ininterruptamente 9 mil horas nesta cadeira, em 320 sessões, gerando até interpretações divertidas pela não saída para lugares biologicamente exigíveis. (Risos. Palmas.) Somadas as das sessões, foram 17 horas diárias de labor, também no gabinete e na residência, incluídos sábados, domingos e feriados.

Político, sou caçador de nuvens. Já fui caçado por tempestades. (Palmas.) Uma delas, benfazeja, me colocou no topo desta montanha de sonho e de glória. Tive mais do que pedi, cheguei mais longe do que mereço. (Não apoiado.) Que o bem que os Constituintes me fizeram frutifique em paz, êxito e alegria para cada um deles.

Adeus, meus irmãos. É despedida definitiva, sem o desejo de retorno.

Nosso desejo é o da Nação: que este Plenário não abrigue outra Assembleia Nacional Constituinte. (Palmas prolongadas.) Porque, antes da Constituinte, a ditadura já teria trancado as portas desta Casa.

Autoridades, Constituintes, senhoras e senhores, A sociedade sempre acaba vencendo, mesmo ante a inércia ou antagonismo do Estado.

O Estado era Tordesilhas. Rebelada, a sociedade empurrou as fronteiras do Brasil, criando uma das maiores geografias do Universo.

O Estado, encarnado na metrópole, resignara-se ante a invasão holandesa no Nordeste. A sociedade restaurou nossa integridade territorial com a insurreição nativa de Tabocas e Guararapes, (palmas) sob a liderança de André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e João Fernandes Vieira, que cunhou a frase da preeminência da sociedade sobre o Estado: “Desobedecer a El-Rei, para servir a El-Rei”. (Muito bem!)

O Estado capitulou na entrega do Acre, a sociedade retomou-o com as foices, os machados e os punhos de Plácido de Castro e dos seus seringueiros. (Palmas.)

O Estado autoritário prendeu e exilou. A sociedade, com Teotônio Vilela,

Cátedra

pela anistia, libertou e repatriou. (Palmas.)

A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

Foi a sociedade, mobilizada nos colossais comícios das Diretas-já, que, pela transição e pela mudança, derrotou o Estado usurpador.

Termino com as palavras com que comecei esta fala: a Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar.

A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança.

Que a promulgação seja nosso grito:

– Mudar para vencer!

Muda, Brasil!

(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.) ■



A Fundação Ulysses Guimarães oferece um Programa de Formação Política continuado.

- Curso Básico de Formação Política
- Preparatório para Candidatos a Prefeito, Vice-prefeito e Vereador
- Gestão Pública Municipal (subdividido em 3 módulos diferentes)
- Formação de Agentes de Cidadania Comunitária
- Dicção e Oratória
- Formação Política para Juventude
- Políticas Públicas de Gênero

A televisão, a internet, o correio eletrônico e o DVD unem-se para formar o mais revolucionário Programa.

Visite www.ead.fundacaoulysses.org.br na internet e dê o primeiro passo para fazer parte do Programa.

Ideias de crescimento para o Brasil

Em entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo em agosto de 2012, a economista Mônica de Bolle, doutora em Economia pela London School of Economics, avaliou algumas estratégias de desenvolvimento para o Brasil. Em sua visão, o Brasil deve passar a investir mais no setor agroindustrial em função das vantagens comparativas que este setor representa para o país, na relação com outros países.

De acordo com a economista, a configuração atual das trocas globais não permite que os países sejam competitivos em todas as áreas. Nesse sentido, segundo ela, é importante concentrar esforços e recursos em um só setor, que, no caso brasileiro, deveria ser o da agroindústria.

Em sua avaliação, a economia não está crescendo, em parte, por causa do setor industrial, que vem demonstrando queda há pelo menos dois anos. Além disso, têm ocorrido a quebra de safra agrícola nos EUA – seguida do baixo crescimento desta nação –, a recessão na Europa e a desaceleração chinesa, motores do consumo do mundo atual.

Segundo Mônica, para tirar a economia desta situação, precisamos de mais investimentos nos setores intensivos em mão de obra. Ela explica que, no início dos anos 2000, a taxa de investimentos do Brasil era de 15% sobre o PIB. Atualmente, esta taxa está em torno de 19%, mas muito abaixo de países como o Chile, que

alcançou 28%, e do México, que atingiu 25%. Para Mônica, devemos ampliar nosso índice para ao menos 8% a mais por ano, nos próximos cinco anos, se quisermos alcançar taxas comparáveis às apresentadas. Infelizmente, ela pondera, não há perspectiva de isso ocorrer.

Ao avaliar o pacote de concessões para infraestrutura lançado pela Presidenta Dilma Rousseff, Mônica apontou que há, no país, um problema bastante grave de infraestrutura, o qual somente será sanado com altos volumes de investimento no setor de infraestrutura, atraídos pelos grandes projetos do governo. Há de se destacar, contudo, que os investimentos propostos não apresentarão resultados no curto prazo. Mesmo assim, na análise da economista, eles devem ser mantidos.

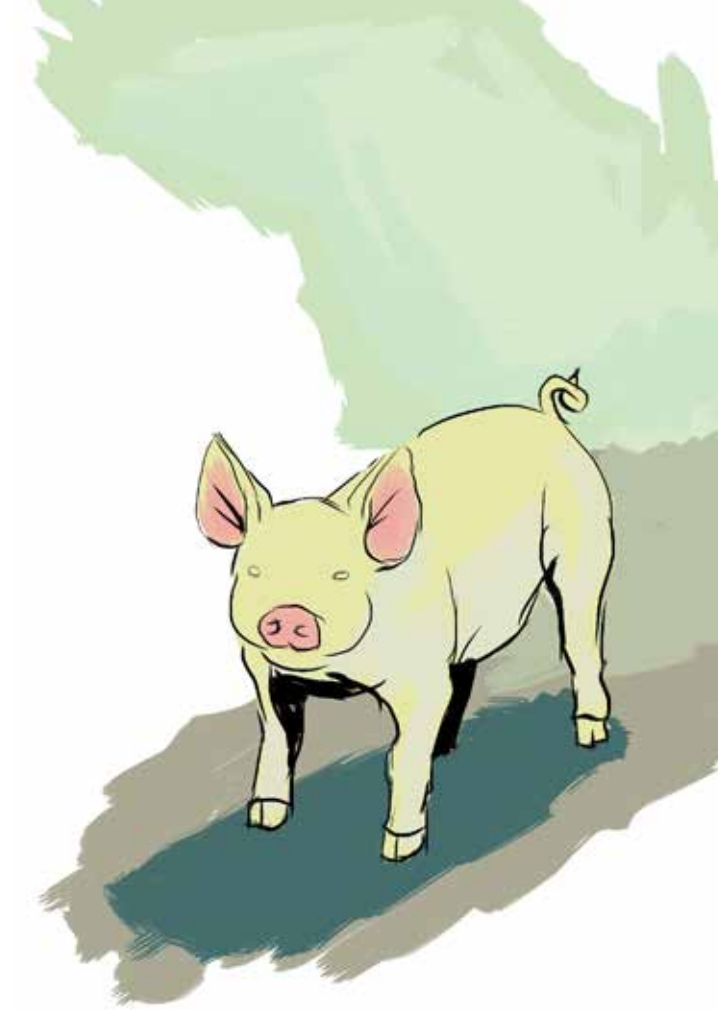
De Bolle avaliou também o fenômeno

denominado “política de crescimento econômico baseado no incentivo ao consumo”. Ela pontuou que houve, de fato, tal incentivo, porém ressaltou que o crescimento ocorrido entre 2004 e 2010 foi sustentado, principalmente, pelo investimento em setores de uso intensivo de capital e pelos gastos públicos direcionados a essa política. Neste momento, as famílias estão amortizando suas dívidas em um cenário de queda de juros e de pleno emprego. Estas são condições essenciais ao retorno do consumo.

Ao ser questionada sobre a afirmação de que haveria pleno emprego no país, a economista explicou que o perfil da economia brasileira mudou nos últimos anos. O setor de serviços, intenso em mão de obra, ganhou espaço onde a indústria perdeu. Ao avaliar os riscos desta nova dinâmica econômica, Mônica informou que não há, na literatura acadêmica, indícios de que um setor seja necessariamente superior a outro. Portanto, segundo ela, temos de esperar para ver quais áreas do setor de serviços se destacarão no Brasil.

Quanto ao papel da indústria no reaquecimento da economia, de Bolle reafirmou a necessidade de o Brasil definir o perfil desejado para si no setor industrial. Qual modelo queremos seguir? – pergunta a economista. Seria o alemão, mais focado em engenharia e tecnologia de ponta, ou o americano, mais versátil na produção: de sapatos a equipamentos médicos de alta tecnologia? Certamente o Brasil não tem a possibilidade de produzir de tudo, como o faz a China, destaca De Bolle, porque nossa mão de obra não é abundante e barata como a de lá.

De Bolle volta a reforçar que a vocação brasileira é a agroindústria. Ela explica que existe uma concepção errada de que o setor agrícola não pode ser considerado industrial, e enfatiza que o setor agroindustrial não só bem representa o setor industrial como também experimenta a valorização de estar se tornando altamente rentável para o Brasil. Porém, com a péssima in-



fraestrutura que o país apresenta, ainda não há como produtores do interior do Brasil venderem seus produtos ao exterior a preços competitivos.

Finalmente, ao comparar as políticas econômicas de Dilma, Lula e FHC, de Bolle resalta que os principais legados de FHC foram construir as bases macroeconômicas do país e assegurar à nação a credibilidade externa, inexistente à época. O governo FHC plantou as sementes colhidas pelo governo Lula, que, segundo a análise realizada por de Bolle, surfou numa onda de fartura econômica internacional inacreditável. A presidenta Dilma, por outro lado, enfrenta um cenário mais hostil, mas, na crítica da economista, embora nossa dirigente pareça ter um projeto de país, não consegue identificá-lo muito bem, e, além disso, é excessivamente intervencionista, o que não é positivo para o Brasil. ■




A Fundação Ulysses
Guimarães é uma
Instituição focada na
educação e na busca do
conhecimento. Conheça!

www.fundacaoulysses.org.br

 www.twitter.com/FundUlysses

 www.facebook.com/FundacaoUlyssesGuimaraesNacional

 www.youtube.com/fundulysses

FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES 



*Agorá você encontra a
Revista Ulysses no acervo
da Biblioteca Nacional!*

Nosso código é ISSN 2179-4723. Participe da Revista Ulysses, enviando sugestões para pautas, entrevistas e artigos pelo e-mail revistaulysses@fundacaoulysses.org.br



ULYSSES